

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ– UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

SARA MUNIQUE NOAL

**CAROLINA EM 4 ATOS
As diferentes fases de uma trabalhadora brasileira (1920-1970)**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
2024**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ– UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

SARA MUNIQUE NOAL

CAROLINA EM 4 ATOS

As diferentes fases de uma trabalhadora brasileira (1920-1970)

Apresentado à Banca Examinadora como requisito obrigatório para a defesa da tese de doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, visando à obtenção do título de Doutora em História.

Orientação: Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi.

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
2024**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Noal, Sara Munique
CAROLINA EM 4 ATOS - As diferentes fases de uma
trabalhadora brasileira (1920-1970) / Sara Munique Noal;
orientador Antonio de Pádua Bosi. -- Marechal Cândido
Rondon, 2024.
166 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon) --
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. História. 2. Literatura. 3. Trabalho. 4. História
Social. I. Pádua Bosi, Antonio de , orient. II. Título.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DE DEFESA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi, declaro, como **ORIENTADOR**, que presidi os trabalhos **à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de de Defesa de Doutorado da candidata SARA MUNIQUE NOAL deste Programa de Pós- Graduação.

Considerando o trabalho entregue, a apresentação e a arguição dos membros da banca examinadora, **formalizo como orientador**, para fins de registro, por meio desta declaração, a decisão da banca examinadora de que o(a) candidato(a) foi considerado(a): APROVADO(A) na bancade defesa realizada na data de 21 de novembro de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **ANTONIO DE PADUA BOSI**
Data: 21/11/2024 15:54:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Antonio de Pádua Bosi
Programa de Pós-Graduação em História
UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do
Paraná

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA
DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR
VIDEOCONFERÊNCIA**

Eu, Aparecida Darc de Souza Prof.(a) Dr.(a) **em História Econômica pela USP**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) **Sara Munique Noal**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro interno**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de **21 de novembro de 2024**.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Não julgo necessária modificações ou correções.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 APARECIDA DARC DE SOUZA
Data: 21/11/2024 17:27:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nome e assinatura

Instituição:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.**FAGNER GUGLIELMI PEREIRA**, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) **SARA MONIQUE NOAL**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) **APROVADO(A)**, na banca realizada na data de 21 de novembro de 2023.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,



Nome e assinatura

Instituição:

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História da candidata **Sara Munique Noal**, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que a candidata pode ser considerada **APROVADA**, na banca realizada na data de 21 de novembro de 2024, às 14hs., pela Plataforma Teams.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Com exceção de correções e mudanças bem pontuais, nada mais tenho a declarar. Ótimo trabalho de doutoramento.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Rodrigo Ribeiro Paziani
UNIOESTE – Marechal Candido Rondon

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

DECLARAÇÃO E PARECER DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DOUTORADO REALIZADA À DISTÂNCIA, DE FORMA SÍNCRONA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

Eu, Prof.(a) Dr.(a) Rosangela Patriota Ramos, declaro que **participei à distância, de forma síncrona e por videoconferência** da banca de defesa de doutorado em História do(a) candidato(a) Sara Munique Noal, deste Programa de Pós-Graduação em História.

Considerando o trabalho entregue, apresentado e a arguição realizada, **formalizo como membro externo**, para fins de registro, por meio desta declaração, minha decisão de que o candidato(a) pode ser considerado(a) APROVADO(A), na banca realizada na data de vinte e um de novembro de 2024.

Descreva abaixo observações e/ou restrições (se julgar necessárias):

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
 **ROSANGELA PATRIOTA RAMOS**
Data: 21/11/2024 17:26:58-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Nome e assinatura – Rosangela Patriota Ramos
Instituição: Universidade Presbiteriana Mackenzie

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha mais profunda gratidão à minha família, cujo apoio incondicional foi a base de cada passo desta jornada.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Dr. Antonio de Pádua Bosi, por acreditar no potencial desta pesquisa desde o início e por sua orientação dedicada e inspiradora ao longo de todos esses anos. Sua confiança e conhecimento foram fundamentais para este trabalho.

Estendo minha gratidão a todos os professores e colegas que tive o privilégio de conhecer ao longo do doutorado. As trocas e aprendizados com cada um de vocês foram essenciais para a construção desta tese. Um agradecimento especial ao meu querido amigo Lucas Gaspar, cuja amizade, lealdade e apoio constante iluminaram esta caminhada.

Por fim, registro minha sincera gratidão à CAPES pelo suporte financeiro durante os últimos seis meses desta pesquisa, viabilizando a conclusão deste projeto.

Ao meu amigo Caio, que, apesar das divergências, sempre esteve ao meu lado ao longo desses anos acadêmicos. Sua ajuda foi fundamental desde a minha primeira prova até o desenvolvimento do projeto desta tese, que agora se encerra.

Que você esteja em anarquia.

RESUMO

NOAL, Sara Munique. **CAROLINA EM 4 ATOS**: As diferentes faces de uma trabalhadora brasileira (1920-1970). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2024.

Carolina Maria de Jesus é uma figura emblemática da literatura brasileira, não apenas pela sua escrita singular, que nos provoca a repensar as formas literárias tradicionalmente aceitas, mas também por ter vivido sob a condição de trabalhadora durante toda a sua vida. No entanto, essa condição não foi estática, ou, ao menos, não pareceu ser, visto que ela experimentou diversas formas de trabalho e relações laborais ao longo do tempo. Carolina trabalhou no campo, na cidade, como empregada doméstica, operária, lavadeira, cozinheira, catadora de papel, escritora e até em um circo! Mas o que representou essa experiência para Carolina Maria de Jesus? Como ela influenciou sua maneira de agir, a construção de seus valores e, até mesmo, sua produção literária? Como Carolina se via e se retratava, tanto a si mesma quanto a outros trabalhadores? Em seus diários e escritos ficcionais, Carolina sempre se esforçou para deixar claros seus posicionamentos políticos e valores morais, que se tornam fontes preciosas para compreendermos sua vivência e a experiência da classe trabalhadora. São essas questões que buscarei explorar e responder ao longo desta tese.

Palavras-chave: História; Literatura; Trabalho; História Social.

ABSTRACT

NOAL, Sara Munique. *Carolina in 4 Acts: The Different Faces of a Brazilian Worker (1920-1970)*. Doctoral Thesis – Postgraduate Program in History at the State University of Western Paraná (UNIOESTE). Marechal Cândido Rondon, 2024.

Carolina Maria de Jesus is an emblematic figure in Brazilian literature, not only because she was a unique writer who challenged academically accepted literary forms but also because she lived her entire life as a worker. However, her condition as a worker was only sometimes, or at least did not appear to be, static, as she experienced various forms of work and labor relations. She worked in the countryside and the city, as a domestic servant, factory worker, laundress, cook, paper collector, writer, and even in a circus! But what did these experiences mean for Carolina Maria de Jesus? How did they shape her actions, values, and literary production? How did Carolina perceive and portray herself and other workers? In her diaries and fictional writings, Carolina consistently sought to express her political views and moral values, making them valuable sources for understanding her experience and the working class. These are the questions I seek to answer throughout this thesis.

Keywords: History; Literature; Labor; Social History.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	p. 15
INTRODUÇÃO	p. 16
CAPÍTULO I - 1920-1937	p. 35
A POESIA COMO FUGA: QUEM GOSTARIA DE SER?	
1.1 <i>Literatura, História e Memória e seus entrelaços em Diário de Bitita</i>	p. 35
1.2 <i>Trabalho e cotidiano na cidade de Sacramento</i>	p. 37
1.3 <i>Carolina e o mundo do trabalho: primeiras impressões</i>	p. 50
1.4 <i>Migração: em busca de um novo começo</i>	p. 62
CAPÍTULO II - 1937-1958	p. 78
CONSTRUINDO SEU LEGADO: QUEM SEREI?	
2.1 <i>O desembarque: primeiras impressões</i>	p. 78
2.2 <i>Rio de Janeiro: sobreviver na Cidade Maravilhosa</i>	p. 84
2.3 <i>De volta a São Paulo: entre cortiços e albergues</i>	p. 91
2.4 <i>A formação da favela do Canindé</i>	p. 98
2.5 <i>O desafio de viver e escrever na favela</i>	p. 108
CAPÍTULO III - (1960-1963)	p. 120
EM BUSCA DO RECONHECIMENTO ENQUANTO ESCRITORA: QUEM PENSAM QUE SOU?	

3.1 <i>A construção da imagem de Carolina pela mídia</i>	p. 124
3.2 <i>O estigma refletido na Casa de Alvenaria</i>	p. 133
CAPÍTULO IV - (1963-1977) - O SONHO AINDA A SER ALCANÇADO!? QUEM SOU EU!	p. 145
4.1 <i>A última mudança: estabelecendo o seu lugar</i>	p. 150
CONCLUSÃO	p. 161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	p. 164
<i>Fontes</i>	p. 164
<i>Bibliografia</i>	p. 166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sacramento - MG	p. 32
Figura 2 - Idas e vindas a Sacramento	p. 57
Figura 3 - Censo estatístico de 1940	p. 74
Figura 4 - Região que abrigava a Favela Canindé	p. 94
Figura 5 - Localização do Canindé	p. 99
Figura 6 - Estádio do Canindé, antigo espaço da favela	p. 100
Figura 7 - Casa da família Jesus na Favela do Canindé	p. 106

INTRODUÇÃO

Produzir uma tese é um processo que envolve muito mais que pesquisar e escrever um trabalho. São quatro, às vezes cinco, ou até mais anos, nos quais a nossa vida se torna, ela mesma, parte do trabalho. Por mais que tenhamos as horas de produção da escrita, quando sentamos em frente ao computador, cercados de livros, abas de PDF e outros materiais, e materializamos a pesquisa através de palavras, em uma síntese lógica, com sintaxe e semântica, e tudo o que a língua formal exige, a produção de uma tese é muito mais ampla que isso. No meu caso, essa tese se fez ao longo de 10 anos, um pouco mais, visto que ela se iniciou ainda na minha graduação.

Isso pode soar estranho para muitos acadêmicos, afinal, a maioria não mantém a mesma pesquisa durante tantos anos, mudando as fontes, a temática, a linha de pesquisa ou mesmo a instituição de ensino. No meu caso, no entanto, as mudanças foram pequenas, mantendo uma sequência bastante lógica no desenvolvimento de uma pesquisa que se iniciou ainda em 2014, com o professor Antônio Bosi, que me orienta, também, nesse trabalho. Isso não significa dizer que a pesquisa ainda é a mesma que no momento de seu início, em forma e conteúdo, ou mesmo nível de aprofundamento. Isso se observa, principalmente, na ampliação do entendimento de Carolina enquanto trabalhadora, percebendo em sua experiência a inter-relação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, duas dimensões que se complementam em sua trajetória. Essa perspectiva, por sinal, iniciou-se ainda no desenvolvimento de minha dissertação sob orientação da prof. Cida, na qual buscamos entender a relação entre o trabalho manual e intelectual na produção literária de Carolina. Mas a percepção de que é uma pesquisa que ainda continua, se dá a partir da possibilidade de poder retomar discussões realizadas em todos esses anos, aprofundá-las, e entender, a partir da análise da experiência de Carolina, ao mesmo tempo, o processo de tornar-me a historiadora e o ser humano que sou hoje.

Por mais que o pesquisador precise, por respeito à própria metodologia da história, manter o distanciamento necessário ao analisar suas fontes, seus sujeitos

ou acontecimentos históricos, é inevitável que um sentimento de identificação se desenvolva no processo. No caso da minha pesquisa, as fontes primárias de análise são as obras da escritora Carolina Maria de Jesus, importante figura histórica brasileira. Por meio de seus escritos podemos conhecer parte da vida do nosso povo, as lutas cotidianas de trabalhadores que enfrentam diariamente o desafio de sobreviver com muito pouco. Mas também pudemos conhecer a alegria diária e a beleza da vida por meio do seu olhar poético e sonhador. Afinal, “assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido - as pessoas podem, dentro de limites, viver as expectativas sociais ou sexuais que lhes são impostas pelas categorias conceituais dominantes” (THOMPSON, 1978, p. 17). Assim, mais do que uma rica fonte para a pesquisa historiográfica, essas produções nos fazem refletir sobre a nossa própria vida, nossas ações diárias e até mesmo na busca de nossos objetivos. Carolina nos ensina a resistir e persistir!

A vida de Carolina sempre foi carregada de ambiguidades. É comum, mas não é, é única, mas também não é. E é nesse ser e não ser que reside a magnitude dessa história, dessa experiência de ser Carolina. Ela nos revela a complexidade contida na experiência dos sujeitos históricos tanto em relação com o todo, como no limite de sua própria particularidade. Afinal, embora compartilhada, toda a experiência humana possui suas nuances de singularidade.

E como bem apontou Thompson, quando nós historiadores, comumente preocupados em entender as inter-relações entre nossas múltiplas evidências, isolamos uma “evidência singular para um exame à parte, ela não permanece submissa ao interrogatório: agita-se, nesse meio tempo, ante nossos olhos”. Essa agitação é a fonte de onde tiramos novos problemas, novas inquietações e, acima de tudo, “dão origem continuamente à *experiência*”, a qual “surge espontaneamente no social” visto a relação dialética entre o ser e o pensar, refletir sobre o vivido e viver a partir de suas reflexões. Em outras palavras, ela surge porque “homens e mulheres são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo” (THOMPSON, 1978, p. 15-16).

Esses apontamentos nos ajudam a pensar as obras de Carolina, enquanto evidência (ou um conjunto de evidências, visto a quantidade de produções que temos dela), para analisarmos a classe trabalhadora brasileira durante grande parte do século XX. O conjunto das suas produções, tanto as autobiográficas como também as ficcionais, são resultado das suas reflexões sobre o seu mundo e as

suas vivências, ou seja, são elas resultado da *experiência*¹. Ainda segundo Thompson,

[...] homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo - não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras (sim, "relativamente autônomas") e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1978, p. 182).

Assim, ao pensarmos os trabalhadores a partir dessa perspectiva, enquanto sujeitos históricos, buscamos entendê-los como agentes ativos de suas vidas, e não como simples recipientes das condições determinadas pelos circuitos do capital. Por mais que as estruturas limitem as possibilidades de ação, esses homens e mulheres agem de forma autônoma, buscando realizar suas expectativas dentro de um certo horizonte de possibilidades que se apresenta a eles. Carolina é singular nessa questão. Através de sua produção literária podemos perceber com clareza essas movimentações, tanto do ponto de vista do texto em si, mas principalmente por ter sido a sua trajetória, enquanto sujeito histórico, o repertório da escrita.

Uma questão atravessa toda a obra de Carolina: ela, ao mesmo tempo que enuncia sua visão de mundo, revela as relações sociais que nela estão imbricadas. Como mulher, negra e trabalhadora, ela apresenta valores morais, por exemplo, cuja construção se deu no terreno conflituoso da luta de classes. Dessa forma, não é possível caracterizar seu modo de ver e descrever o mundo à sua volta como uma expressão pura da classe trabalhadora: ela construiu seu olhar numa relação direta com as formas de opressão e resistência simultaneamente e dialeticamente. Por esta razão cabe em seu vocabulário palavras duras não apenas contra o patrão, mas também contra seus iguais, os quais em diversos momentos julga moralmente dentro dos termos da ideologia dominante.

Não é novidade que a Literatura, principalmente a de caráter histórico, tem se mostrado uma importante fonte de pesquisa, não apenas para a História Social – o próprio Thompson é exemplo disso ao tomar a tradição romântica como fonte para

¹ Uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1978, p. 15).

entender a *cultura*² inglesa – mas também para vários campos que estudam diferentes perspectivas da sociedade. Tem se provado, nesse sentido, que por meio dela é possível ao pesquisador acessar dimensões das relações sociais e do contexto em que produz o autor, dimensões essas, muitas vezes, inacessíveis por meio de outras fontes. A própria trajetória de Freud no desenvolvimento da psicanálise, buscando entender não apenas a psique humana, mas também como ela reflete a e na sociedade, nos mostra como a Literatura é fundamental nesse processo.

É certo que a Literatura dificilmente fornecerá ao historiador uma precisão de datas, fatos históricos ou nomes, embora isso possa acontecer, como no caso dos diários. Mas mesmo nos diários, é a sua dimensão psicológica que mais nos interessa, visto que ela nos permite “resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo” (PESAVENTO, 2003, p. 39).

Nas palavras de Antonio Candido, no momento de produção da obra “o *externo* (no caso o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (CANDIDO, 2006, p. 14). Analisando a trajetória literária e pessoal de Graciliano Ramos, Candido nos explicita esse movimento, demonstrando, as relações entre o momento de produção do texto e a vida do autor. São essas relações que justificam, entre outras coisas, a mudança do gênero literário presente no conjunto de suas produções, que vão da ficção para a autobiografia. O próprio Graciliano, por meio de seu personagem Valério no romance *Caetés*, nos demonstra essa questão à medida que “deixa de lado os canibais; e quando os aborda, mistura neles a gente que serve de matéria à sua narrativa”.

Continuei. Suando escrevi dez tiras salpicadas de maracás, igaçabas, penas de arara, cestos, redes de caroá, jiraus, cabaças, arcos e tacapes. Dei pedaços de Adrião Teixeira ao pajé: o beijo

² “Introduzimos um termo, ‘cultura’ que, em sua origem ‘antropológica’, seria deplorado por Althusser, e que em sua definição e desenvolvimento subsequente dentro do conhecimento histórico não estava a disposição de Marx. É um termo com cuja defesa estou totalmente comprometido e, se os marxólogos insistirem na necessidade disso, até mesmo contra Marx, pois não é verdade que ele tivesse inocentemente negligenciado a necessidade de proporcionar uma certa ‘genética’ à sua teoria” (THOMPSON, 1978, p. 183).

caído, a perna claudicante, os olhos embaçados; para completá-lo, emprestei-lhe as orelhas de padre Atanásio. (RAMOS, In: CANDIDO, 2012, p. 29).

Valério é o extremo dessa relação *externa* no *interno*, essa evidência acentuada se dá pela própria trajetória do personagem fictício. Ela, no entanto, extrapola a ficção e se torna evidência histórica na medida em que a *ficção* de Graciliano Ramos, se torna “*confissão* de vívidas emoções pessoais” (CANDIDO, 2012 p. 17). Em outras palavras, é o presente da escrita do autor que constitui, se não a narrativa, pelo menos as questões que norteiam sua produção. Como bem apontou Pesavento,

Seja a Literatura de cunho realista, dispondo-se a dizer sobre o real por forma da observação direta, fruto da vivência do escritor no seu tempo, seja por transfiguração fantasmática e onírica ou de criação de um futuro aparentemente inusitado, seja pela recuperação idealizada de um passado, distante ou próximo, a Literatura é sempre um registro - privilegiado - do seu tempo (PESAVENTO, 2003, p. 40).

No que tange à literatura caroliniana isso se evidencia ainda mais, visto ser grande parte dela composta de diários, como é o caso do seu primeiro e mais conhecido livro, *Quarto de Despejo*, lançado em 1960. Já em relação às suas obras ficcionais, muitas delas foram inspiradas em situações observadas por Carolina nas casas de famílias tradicionais de São Paulo e Minas Gerais, onde trabalhou. Veremos isso mais profundamente adiante.

Da mesma forma que Candido aponta que é “necessário compreender a evolução da obra de Graciliano Ramos para sentir a unidade na diversidade” (CANDIDO, 2012, p. 18), no caso de Carolina de Jesus isso também acontece. No entanto, enquanto Graciliano vai da ficção à confissão, Carolina toma o sentido inverso, da confissão para a ficção, pelo menos do ponto de vista editorial. As duas primeiras obras publicadas da escritora, e as únicas que contaram com grande apoio editorial e midiático, são diários, propriamente ditos, com marcação de data, escritos quase à luz dos acontecimentos. Mas também precisamos entender que a maioria dos seus escritos é ficcional, e o maior interesse da Carolina sempre foi do ponto de vista da produção de uma literatura romântica, no sentido mais literal da palavra. Não é por acaso que o primeiro livro publicado por ela depois dos dois primeiros diários, com recursos próprios inclusive, tenha sido *Pedaços da Fome*. É

nesse ponto que a percepção de Candido em relação a Graciliano Ramos se aplica também à obra de Carolina, visto ser necessário entender a evolução da sua obra para então entendermos toda a sua diversidade enquanto parte de um todo.

Como bem apontou o biógrafo Tom Farias (2017), Carolina é um enigma. A caracterização de suas obras não é uma tarefa fácil, tanto do ponto de vista da complexidade da experiência retratada em suas narrativas, como também da variedade literária produzida por ela. É essa variedade que buscaremos explorar agora, visto que a abundância e diversidade de fontes com as quais teremos de lidar, impõem uma rigorosidade na hora do levantamento e categorização de cada uma. Ainda, é esse rigor que colocará em prática a articulação entre operações históricas fundamentais, como a crítica documental, com aferições de hipóteses, inferências a partir de uma história comparada, e um intercâmbio com a literatura que possibilite nela perceber teses, hipóteses e questões que orientam a investigação histórica.

Entre os críticos literários, não se produziu um consenso sobre em qual gênero literário as obras de Carolina podem ser enquadradas. Ocorre que, autobiografia, diário íntimo, poema autobiográfico, entre outros gêneros que se fazem presentes na obra de Carolina, embora se assemelham, possuem características metodológicas muito distintas (LEJEUNE, 1991). Apesar de alguns desses debates fugirem a alçada da História, faz-se necessário compreendê-los, mesmo que minimamente. Isso ocorre, principalmente porque nos textos podemos encontrar as memórias pessoais e a descrição de diários que nos apresentam a voz de Carolina num primeiro plano. Mas, onde também se percebe a voz de outros, dentre os quais aqueles que moldaram e adequaram sua obra ao formato editorial. É importante lembrarmos que, segundo Bakhtin,

Uma atitude fecunda com a língua exclui a palavra separada da voz, a palavra da pessoa. Em cada palavra há vozes, vozes que podem ser infinitamente longínquas, anônimas, quase despersonalizadas (a voz dos matizes lexicais, dos estilos, etc.) inapreensíveis, e vozes próximas que soam simultaneamente (BAKHTIN, 2000, p. 353).

Essa questão diz muito sobre as obras de Carolina, visto que tais vozes modificaram, não apenas o texto, como a própria construção de sua imagem. Elas podem ser percebidas ao analisarmos as edições dos diários publicados da

escritora: *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961), *Diário de Bitita* (1986) e *Meu estranho diário* (1996). Cada um deles teve interferências diferentes, tanto em decorrência do momento da escrita, dos períodos retratados ou dos lugares de edição e publicação.

Essa questão é bastante evidente no que tange aos dois primeiros, e mais conhecidos, diários de Carolina Maria de Jesus, *Quarto de Despejo: diário de uma Favelada* (1960) e *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada* (1961). Ambos foram editados e publicados, primeiramente, por Audálio Dantas. O jornalista foi quem “descobriu” Carolina, durante uma reportagem que realizava na favela do Canindé e, após ler algumas páginas dos diários, propôs-se a editar parte de seus manuscritos e transformá-los em um livro, que viria a ser *Quarto de Despejo* (DANTAS, 2012). Esse livro corresponde a uma pequena parte do tempo em que a escritora viveu na favela do Canindé. Ele está dividido em duas partes: a primeira se inicia em 15 de julho de 1955 e se encerra em 28 de julho do mesmo ano; o diário então é retomado em 2 de maio de 1958 e termina em 1 de janeiro de 1960. Publicado neste ano, em pouco tempo se tornou um sucesso de vendas em todo o mundo. Os temas como a fome, a precariedade nas condições de vida, a carência material, violência (física e psicológica), entre outros, chocaram o mundo, o que levou o *Quarto* a ser publicado em mais de 40 países.

Apesar da edição de Dantas manter a forma da escrita, o formato do texto e até os erros de gramática que cometia Carolina, vários trechos e até relatos de dias inteiros foram cortados, como ele próprio relata no prefácio do livro: “A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes e selecionados os trechos mais significativos” (DANTAS, In: JESUS, 2014a, p. 6). Porém, como bem apontaram José Carlos Meihy e Robert Levine,

É verdade que a vastidão das entradas dos diários e as muitas páginas inéditas, demandariam publicações volumosas e por isto de difíceis alcances comerciais. Seria impossível naquele então publicar tudo. [...] Explicando que tirou repetições – como se elas não fossem significativas – contudo, faltou ao importante jornalista dizer qual o critério – técnico e moral – que o levou a “cortar” passagens relevantes para a construção de um perfil mais humano, menos linear, mais próximo do que se revela na leitura das entradas do *Meu Estranho diário* (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 263-264).

Realmente, ao compararmos *Quarto de Despejo* com o *Meu estranho diário* (1996)³ é perceptível a diferença no resultado da composição final acerca da personalidade da escritora. Em *Meu estranho diário*, podemos observar uma Carolina mais “humanizada”, uma mulher que errava e acertava na medida em que processava a sua experiência na sua consciência e, então, as escrevia em seus cadernos. Essa edição, também revelou dimensões mais complexas da vida e da personalidade da escritora, do que aquela observada nas obras antes publicadas. Ao compararmos esses dois materiais podemos observar diferentes intencionalidades no que tange à construção da imagem da escritora. Dantas, apesar de seus esforços louváveis, estava subordinado aos interesses políticos e ideológicos de parte da elite intelectual da época, que apenas aceitariam uma Carolina “lógica”, dirigida para ser uma mercadoria útil ao consumo cabível naquela circunstância” (JESUS, In: MEIHY; LEVINE, 1996, p. 24), ou nos termos de Carolina, alguém “teleguiada”.

Podemos observar essas questões na própria forma como ela foi retratada na grande mídia na época do lançamento de *Quarto de Despejo*⁴. A mídia divulgou incessantemente a “escritora da favela”, uma mulher que, mesmo se encontrando na miséria quase absoluta, escrevia sua via crucis, mas nunca sem deixar de apreciar a “beleza da vida”. Em um editorial literário do jornal O Estado de S. Paulo, publicado em 4 de setembro de 1960, o redator faz a seguinte consideração sobre o livro,

[...] mesmo em circunstâncias as mais adversas, o espírito logra sobrepor-se às misérias do mundo. Nos momentos de maior tortura, a pobre catadora de lixo encontra, ainda, animo para registrar nos seus “cadernos” a beleza das nuvens da espuma branca correndo

³ Este diário também foi organizado a partir dos mesmos manuscritos que Dantas utilizou para produzir *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, porém, Meihy e Levine usaram critérios diferentes na hora de selecionar as passagens que comporiam a obra. Segundo os pesquisadores, a obra tinha um duplo dever: “primeiro, de historiadores; segundo, de pessoas preocupadas em diminuir lacunas abertas por circunstâncias de um tempo que julgamos superado” (JESUS, In: MEIHY; LEVINE, 1996, p. 10). Meihy e Levine também incluíram nesse livro trechos inéditos do diário escrito por ela durante o tempo que residiu em seu sítio em Parelheiros, SP.

⁴ Segundo Cruz e Peixoto, é importante pensarmos a historicidade da imprensa, visto que, isso implica em primeiro lugar “tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos, atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

de encontro ao céu azul-forte, ou a “sutil doçura que paira nos jardins e nos altares das igrejas no mês de maio”⁵.

No trecho, observamos um tom de condescendência na forma de tratar os escritos de Carolina. A “pobre catadora de lixo”, o fato de “cadernos” estar em aspas, dando a entender um certo receio de considerar muito técnico o seu meio de produção textual, por sinal, recurso muito semelhante ao usado por Audálio para se referir às suas outras produções⁶. Esses são alguns indícios relevantes para entendermos essas questões. São esses pequenos detalhes, em sua grande maioria implícitos, não diretamente declarados, que nos revelam, entre outras coisas, um distanciamento social entre o que podemos chamar de uma “cultura erudita”, aprendida por meio da educação formal, aceita pela elite e propagada como o modelo ideal, e uma “cultura popular”⁷, da gente comum, que se faz na própria experiência, no costume e na tradição da classe trabalhadora (THOMPSON, 2002, p. 11-48). Esse distanciamento permitiu um “florescimento de ilusões” (THOMPSON, 2002, p. 15), ou seja, uma idealização dos modos de viver dos trabalhadores, onde não existe espaço para defeitos ou contradições e, principalmente, subordinada aos interesses da elite. Esses interesses, nesse sentido, estão relacionados a uma perspectiva “moral”, em que os valores são impostos a partir de uma perspectiva “de cima”.

Mas é importante lembrarmos que a classe também possui os seus valores, suas “visões-de-vida”.

Homens e mulheres discutem sobre os valores, escolhem entre valores, e em sua escolha alegam evidências racionais e interrogam seus próprios valores por meios racionais. Isso equivale a dizer que essas pessoas são tão determinadas (e não mais) em seus valores quanto o são em suas ideias e ações, são tão sujeitos (e não mais)

⁵ Da favela à Vila Buarque. O Estado de S. P. São Paulo, SP, 4 de setembro de 1960. Jornal Literário. p. 16.

⁶ No prefácio de Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada, Audálio Dantas escreveu: “Agora que você está na sala de visita e continua a contribuir com este novo livro, com o qual pode dar por encerrada a sua missão. [...] Guarde aquelas “poesias”, aqueles “contos” e aqueles “romances” que você escreveu”. (DANTAS, In: JESUS, 1961, p. 10).

⁷ E.P. Thompson, no artigo “Educação e Experiência”, analisa as relações estabelecidas ao longo dos séculos XVIII e XIX, entre a “cultura popular”, forjada na experiência, no costume e na tradição dos trabalhadores (ou das classes populares) e a “cultura erudita”, uma cultura restrita às elites, aprendida por meio da instrução formal. O mais interessante é que Thompson não se limita a analisar a hierarquização da “cultura erudita” em relação à “cultura popular” ao longo do processo histórico, mas também aponta a necessidade de uma interrelação entre ambas as culturas, ou “uma dialética entre a educação e a experiência” (THOMPSON, 2002, p. 11-48).

de sua própria consciência efetiva e moral quanto de sua história geral. Conflitos de valor, e escolhas de valor, ocorrem sempre. Quando uma pessoa se junta ou atravessa um piquete grevista, está fazendo uma escolha de valores, mesmo que os termos da escolha e parte daquilo que a pessoa escolha sejam social e culturalmente determinados. (THOMPSON, 1978, p. 194).

Nesse sentido, não demorou muito para que ocorresse um “choque” entre a Carolina “da vida real” e os interesses da elite intelectual, o que foi desastroso tanto para a sua imagem, como também contribuiu para a diminuição de seu legado. Carolina passou a ser criticada por ter uma postura orgulhosa, arrogante, muito diferente daquela vista nos relatos do diário. Como bem apontaram Meihy e Levine,

Jornalistas e políticos a criticavam porque suas ideias, expressas no diário, a mostravam como dócil, mas em público ela se erguia agressivamente, próxima do que os norte-americanos chamavam pejorativamente na década de 50 de *uppity black*, ou seja, ‘preta arrogante’” (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 21-22).

O próprio Audálio Dantas, no último parágrafo do prefácio de *Casa de Alvenaria* (1961), chegou a escrever: “Conserve aquela humildade, ou melhor, recupere aquela humildade que você perdeu um pouco” (DANTAS, In: JESUS, 1961, p. 10). Assim, esses confrontos já começaram a ficar mais evidentes no segundo diário, sendo que em vários momentos ela relata discussões e aborrecimentos que teve com membros da elite paulistana, ou mesmo com o próprio Audálio Dantas: “O repórter disse-me que eu sou orgulhosa. – Que orgulho que eu posso ter? Eu procuro só o que é humilde para fazer. Fui empregada doméstica, catava papel, moro na favela. Você não vai querer mais humildade do que isso” (JESUS, 1961, p. 31-32).

No que diz respeito à edição de *Casa de Alvenaria*, ela não gerou tantas divergências no que concerne à personalidade de Carolina, visto que a sua edição parece ter sido um pouco mais “acanhada”, questão inclusive ressaltada por Raffaella Fernandez. Segundo a pesquisadora, essa obra “pode ser considerada a escrita mais fiel à realidade das escrituras de Carolina de Jesus, visto que ela mesma afirmou que era chegado o ‘tempo de escrever desilusões’” (FERNANDEZ, 2015, p. 158). Quando comparamos com *Meu Estranho Diário*, também não encontramos tantas divergências quanto em *Quarto de Despejo*.

Entretanto, do ponto de vista da supressão das passagens, a edição foi bastante cruel, provavelmente pela necessidade de deixá-lo com um formato comercial, condição já imposta ao *Quarto*. Recentemente a editora Companhia das Letras publicou a íntegra dos diários que compõe *Casa de Alvenaria*⁸. A edição composta de dois volumes, possui ao todo 658 páginas referentes ao diário, ante as 183 páginas da primeira edição. A nova edição, nesse sentido, tem nos revelado ainda mais a complexidade daquela experiência, principalmente no que se refere às expectativas criadas e à realidade encontrada pela escritora.

Já em *Diário de Bitita*, o que ocorreu foi uma “limpeza”. O livro foi primeiramente publicado na França, com o título *Journal de Bitita* (1982). É normal em um processo de tradução ocorrer variações linguísticas, que, embora necessárias, modificam o texto. Os regionalismos, jargões, erros gramaticais, entre outras especificidades, nesse caso, tiveram de ser adequadas ao francês. Essas questões, no entanto, tornam-se um problema, visto que, o texto publicado no Brasil é uma tradução da versão francesa, ou seja, uma “retradução”. *Diário de Bitita* não foi reelaborado a partir dos manuscritos originais, como uma versão “autêntica”, que respeitasse a escrita “caroliniana”, como denomina Fernandez (2015).

Nesse processo, muitas características da forma de escrita de Carolina se perderam. Nesse diário, por exemplo, não encontramos os típicos erros gramaticais que são um aspecto importante da produção de Carolina, visto que são eles, em parte, que marcam a sua singularidade, tanto do ponto de vista literário, mas também como traço característico da sua trajetória de vida. Eram nesses erros gramaticais que podíamos compreender os textos para além da palavra escrita, mas como resultado das experiências vividas por Carolina, seu lugar social e sua luta para alcançar o “mundo intelectual”.

Outra peculiaridade acerca dessa obra é sua forma de organização e de produção. Carolina escreveu essas histórias quando já era adulta, e as reeditou e as compilou em um livro quando já residia em seu sítio em Parelheiros. Como observou Raffaella Fernandez (2015), era prática comum de Carolina reescrever suas obras, seus contos, duas, três vezes. Ao analisar os manuscritos de *Diário de*

⁸ Com exceção de uma pequena parte que corresponde aos meses de maio a agosto de 1960, os dois volumes publicados pela editora correspondem integralmente aos anos que sucederam a publicação de *Quarto de Despejo*. O volume 1: Osasco, vai de 30 de agosto de 1960 a 20 de dezembro de 1960. O volume 2: Santana, inicia em 24 de dezembro de 1960 e se encerra em 18 de dezembro de 1963. Cada volume corresponde, respectivamente, aos dois bairros de classe média onde Carolina residiu após o sucesso do primeiro livro.

Bitita, por exemplo, Fernandez chegou a localizar pelo menos três versões do que seria o prólogo da obra. Assim, percebemos um processo de rememoração, no caso em questão, de sua infância, do tempo em que morou em Sacramento (MG) e também de suas andanças pelo interior dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, antes de se estabelecer na capital paulista.

O fato de ser uma retrospectiva já contribui para a organização e construção da imagem que a própria Carolina queria passar. Isso não significa que o que Carolina escreveu não seja verdade, longe disso. Mas, devemos ter em mente que a forma como ela escreveu ou mesmo os acontecimentos relatados são escolhas feitas por ela mesma, em um momento específico de sua trajetória. Apesar de parecer algo comum a qualquer um que tenha a prática de produzir textos, isso também diz muito sobre a construção da memória de Carolina, visto que,

Em *Pour l'autobiographie*, Lejeune (1998, p. 225-226) sugere que o autor que redige uma autobiografia apoiando-se num diário, tende a esquecer detalhes do vivido e tenta encontrar uma imagem desse passado mais adequada ao seu presente; a fim de sofrer menos, escreve para reviver. Seguindo essa pista podemos pensar que as várias versões de um mesmo texto de Carolina de Jesus e suas variantes acompanham as diferentes fases de sua vida, bem como as diferentes leituras que ela pôde realizar, adequando-as a seus diferentes estados de espírito (FERNANDEZ, 2015, p. 267-268).

A partir dessas colocações, a hipótese que fica é a de que, se Carolina tivesse conseguido publicar esses manuscritos ainda no tempo em que morava na favela do Canindé, ou mesmo quando ainda estava em evidência na mídia e nos meios intelectuais, as histórias poderiam ter sido contadas de outras formas, evidenciando questões diferentes. Em outras palavras, o momento da produção da memória influencia diretamente naquilo que se escreve. Portanto, o contexto histórico e, principalmente, o contexto social do momento da escrita, aparecem como uma chave para a compreensão dessa narrativa.

Essas são algumas considerações acerca das peculiaridades das obras autobiográficas e de suas respectivas edições. Para o bem ou para o mal, precisamos compreender essas distintas interferências que cada uma recebeu, pois elas também são indícios daquele momento histórico. A forma como cada editor “moldou” as narrativas e, portanto, a imagem de Carolina, também nos mostram evidências sobre as relações sociais do período, principalmente de como os

trabalhadores eram compreendidos e como sua cultura era “manipulada”, em certa medida, para ser “aceita” pela classe dominante.

Embora isso fique bem evidente ao tratarmos dos diários, essas questões também se expressam nas produções ficcionais, contos e romances, e nas suas poesias. No que consiste à obra de Carolina, mesmo o repertório dessas produções, decorrem de suas experiências. Em uma entrevista concedida a Meihy e Levine, Vera Eunice, filha mais nova de Carolina, afirmou que

Antes de a gente nascer, minha mãe passou por várias famílias de tradição, e cada uma tinha o seu jeito. Às vezes o pai era mandão, às vezes era a mãe quem dava a última palavra; famílias grandes, em geral: o pai, a mãe e a escadinha de filhos. Tinha gente de todo tipo, e era nestas pessoas que minha mãe me inspirava para escrever. Foram eles que acabaram se transformando em personagens nos caderninhos dela, dia após dia. O que acontecia dentro de casa ia para o papel: história de amor, brigas. Ela anotava tudo para não esquecer, depois mudava os nomes, misturava os personagens, os casos, e ia escrevendo seus romances (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 77).

Para produzir suas obras, tanto os diários escritos à luz dos acontecimentos, como *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, como também as narrativas retrospectivas, como *Diário de Bitita*, poemas e contos autobiográficos, Carolina se baseou naquilo que viu e viveu. Como bem apontou Benjamin a “[...] experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte que recorrem todos os narradores” (BENJAMIN, 1987, p. 198). Diante disso, percebemos que apesar das peculiaridades inerentes a cada uma das produções, precisamos entendê-las como um conjunto, um todo que se complementa. Isso porque, por mais heterogêneas que pareçam, todas tratam de uma experiência social traduzida em textos literários. Assim, para proceder a análise histórica de seus textos, tomá-los-emos como testemunhos, nos termos propostos por Bloch (2001, p. 76), ou seja, os analisamos como registros voluntariamente produzidos pela autora sobre sua vida, que simultaneamente nos permitem entrever o mundo cotidiano dos trabalhadores.

Um dos horizontes metodológicos possíveis, nesse sentido, corresponde ao reconhecimento dessas produções como uma forma de expressão da memória. Em suas produções, podemos dizer que a memória, a experiência e a narrativa estão interligadas e, embora sejam conceitos diferentes, eles se correlacionam no caso em questão. De forma simplificada, podemos dizer que a experiência é aquilo que

foi vivido por Carolina, às relações sociais que cultivou ao longo da vida, os valores morais a que foi submetida, tudo aquilo que constitui sua trajetória. A memória é a lembrança dessas experiências. Por fim, a narrativa é a forma como essas memórias são elaboradas através de um meio objetivo de expressão. Em outras palavras, é através da narrativa que a experiência, “acessada” por meio de uma memória, pode ser transmitida ao leitor.

Esses apontamentos são importantes para compreender a construção das produções de Carolina Maria de Jesus. Mesmo sendo evidente que os textos possuem o caráter de memória, devemos ter clareza que não se trata apenas de uma memória pessoal, mas de um tempo, de uma forma de viver de uma sociedade e seus dilemas. Como apontou Myriam Moraes Lins de Barros,

Embora o homem só possa ter memória de seu passado enquanto ser social, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva e este ponto de vista varia de acordo com o sentimento de realidade, dado pelo lugar que o indivíduo ocupa nas relações sociais. [...] A memória individual é dependente, assim, do lugar de onde se narra as lembranças. O caráter relativo da memória também vai ser congruente com a ideia da memória como uma reconstrução do passado (BARROS, 2011, p. 11).

Dessa forma, mesmo que nossa intenção seja a de compreender o individual, na produção de uma autobiografia, devemos nos “esforçar por apreender suas relações com o geral”, pois são as “relações entre fatos gerais e o individual que permitem uma análise deste último” (LORIGA, 2011, p. 151). Essa questão não é exclusiva da História. Na própria produção de biografias, como a que Tom Farias (2017) produziu acerca de Carolina, por exemplo, podemos observar a relação entre o geral e o individual. Apesar de privilegiar a vida da autora, o biógrafo busca sempre relacionar com o contexto em que viveu Carolina, ou quando se passaram os acontecimentos.

Essa relação engrandece a biografia, permitindo uma noção mais ampla da trajetória do biografado. Segundo Dosse,

O gênero biográfico encerra o interesse fundamental de promover a absolutização da diferença entre um gênero propriamente literário e uma dimensão puramente científica - pois, como nenhuma outra forma de expressão, suscita a mescla, o caráter híbrido, e manifesta assim as tensões e as convivências existentes entre a literatura e as ciências sociais (DOSSE, 2009, p. 18).

Desse ponto de vista, a biografia (ou autobiografia no caso) seria um gênero híbrido, no qual História e Literatura disputam o conteúdo e a linguagem, em que reside o conflito entre o desejo de realidade e a ficção (DOSSE, 2009, p. 12). Essas questões também aparecem nas autobiografias, sendo que esta tensão pode ser sentida nos escritos de Carolina. Nos diários, ainda que revele situações cruéis e violentas, ela busca sempre um tom de poesia, um “romancear” na forma de narrar. Parece querer uma aproximação com a literatura clássica, com uma “literatura de referência”, como apontou Perpétua (2003, p. 64-81).

É nesse sentido que percebemos a relação entre a literatura, a história e a autobiografia, bem como as tensões entre a ficção e a realidade, no conjunto das produções que compõem a obra de Carolina Maria de Jesus. Segundo Giovan Levi, a biografia constitui um canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem à historiografia” (LEVI, 1996, p. 168). No caso da biografia, ela permite acessar dimensões da vida dos sujeitos que seriam, muitas vezes, impossíveis se recorrêssemos a outro tipo de fonte. Cultura, lazer, a solidariedade da classe, são apresentadas a partir de uma perspectiva singular.

No conjunto da produção de Carolina podemos observar, entre outras coisas, as peculiaridades nas relações sociais entre os trabalhadores no campo e na cidade, desde os arrendamentos coletivos nas plantações de café do interior de Minas, até os vizinhos da favela do Canindé e, posteriormente, nos bairros de classe média onde residiu. Essas particularidades são o que mais nos interessam do ponto de vista da História Social.

Nesse sentido, esta tese se divide em quatro capítulos, sendo que cada um deles corresponde a um período da vida da escritora e suas diferentes relações com o mundo do trabalho. Relações, essas, sempre permeadas pela sua carreira no mundo das letras.

O primeiro capítulo, intitulado *A poesia como fuga: quem gostaria de ser?*, corresponde ao período de 1920 a 1937, ou seja, da infância de Carolina até a sua chegada à capital paulista. Nele busquei compreender o eixo campo e cidade a partir da experiência de Carolina enquanto trabalhadora. Esse momento corresponde a um importante período para a classe trabalhadora, com grandes lutas sociais por direitos, pela criação da legislação trabalhista e seus desdobramentos.

No entanto, como essas mudanças são percebidas no cotidiano dos trabalhadores que viveram esse processo? Essas questões aparecem de uma forma muito peculiar nos escritos de Carolina, pois além de estarem presentes nos diários, em suas reflexões sobre sua vida cotidiana, também são norteadoras das temáticas que compõem suas ficções. A exploração do trabalho no campo, não apenas na lavoura, mas também na totalidade das relações que compunham aquela sociedade (social, racial e economicamente); a revolução de 1930 e o início da Era Vargas e a forma como a ideologia varguista se apresentou para esses trabalhadores, principalmente por meio da propaganda da ideologia do trabalhismo; bem como as expectativas e limites desse processo.

Para tal, usaremos como fonte privilegiada o livro *Diário de Bitita*. Embora essa não seja a melhor forma de abordar uma obra literária do ponto de vista da metodologia da história, nesse momento buscamos analisar o contexto histórico narrado na obra, dando menor ênfase para o momento (ou momentos) da produção⁹. Isso ocorre pela necessidade de entendermos a forma como ela traçou seu caminho até chegar à capital paulista, tendo em vista suas expectativas, principalmente de se tornar uma escritora reconhecida. É pensando nessas expectativas que propusemos a pergunta, *Quem gostaria de ser?*

O segundo capítulo, por sua vez, intitulado *Construindo seu legado: quem serei?*, corresponde a chegada de Carolina à cidade de São Paulo, até a publicação de *Quarto de Despejo*, ou seja, entre 1937 e 1960. Esse período da trajetória da escritora é bastante significativo para analisarmos as condições sociais que encontravam aqueles que migravam para a capital paulista, perseguindo as expectativas criadas em torno do discurso da modernização e do progresso.

As relações de trabalho estabelecidas por Carolina ao longo desse período são bastante elucidativas dessas questões, bem como sua condição social de modo geral. Apesar da necessidade da mão de obra desses trabalhadores nos grandes centros industriais, ao mesmo tempo começava a se criar mecanismos de expulsão desses trabalhadores das áreas centrais das cidades, por meio dos processos de modernização e urbanização, limitando-os a espaços de convivência próprios,

⁹ Será no quarto capítulo desta pesquisa que desdobraremos e aprofundaremos nossa análise em relação a essa perspectiva da escrita, tentando compreender a obra a partir da construção da memória. Minha hipótese se sustenta na ideia de que a própria escrita deste diário se deu como forma de resistência, tanto no presente da escrita, como também no passado, como uma forma de defender sua trajetória e suas escolhas, tendo como base a narrativa acerca da sua formação social e moral.

profundamente insalubres, como é o caso das favelas. Nessa perspectiva também se faz interessante analisar os limites e contradições das relações paternalistas estabelecidas por ela com políticos como Adhemar de Barros, o qual foi interventor federal de São Paulo entre 1938-1941; Prefeito de São Paulo entre 1957-1961; e duas vezes Governador de São Paulo, entre 1947-1951 e 1963-1966.

Além disso, ao mesmo tempo em que lidava com a realidade do cotidiano de trabalhadora, primeiro doméstica, depois como catadora de recicláveis, ela também se mostrava cada vez mais motivada a publicar seus escritos, sonho que se torna realidade no momento que conheceu o jornalista Audálio Dantas. Esse acontecimento passa a nortear sua forma de escrita, dando prioridade à escrita do diário. No entanto, observamos como o legado de Carolina começou a ser construído por ela muito antes do encontro com Dantas, por meio de seus esforços e a certeza que tinha de seu talento.

No que tange às fontes, neste capítulo utilizaremos, prioritariamente, o livro *Quarto de Despejo* e o conto *Favela*, de autoria de Carolina. Nesses documentos buscaremos evidências para pensarmos as questões aqui propostas, visto que eles estão carregados de reflexões sobre política, relações sociais, valores, moralidade, ou seja, tudo aquilo que se entrecruzam na construção da experiência dos sujeitos históricos. Mais do que isso, nele percebemos a singularidade da escritora, ao entrelaçar em sua condição de trabalhadora manual, também o seu trabalho intelectual. No entanto, também usaremos como fontes duas importantes reportagens concedidas por Carolina, no início dos anos 1940, sendo uma realizada em São Paulo e a outra no Rio de Janeiro. A partir delas podemos observar indícios das condições de vida e de trabalho encontradas nas grandes capitais brasileiras naquele contexto, bem como o início da construção do legado da *poetisa preta*.

O terceiro capítulo, *Em busca do reconhecimento: quem pensam que sou?* se dedica a compreender o período mais particular da trajetória de Carolina, o momento em que seu livro se tornou fenômeno nacional e internacional, colocando-a sob os holofotes da mídia hegemônica em tempo integral. Apesar de se tratar de um curto período de tempo, entre 1960 e 1963, a abundância de fontes e a complexidade de tal experiência, justificam-no. Aqui buscaremos analisar a construção da sua imagem enquanto escritora, e não qualquer escritora, mas sim a “escritora favelada”! Que peso isso teve para ela? E para a sua continuação

enquanto escritora reconhecida? É nesse sentido que a questão “*Quem pensam que sou?*” intitula este capítulo.

Outro ponto que deve ser destacado e se relaciona com a questão acima, é a sua condição de trabalhadora e como ela se enxergava enquanto tal. Muitos apontavam, e ela própria chegou a acreditar, que o sucesso havia alavancado a sua condição econômica a de uma pessoa “rica”, o que isso implicava nesse contexto? Mesmo que ela não se enxergasse enquanto trabalhadora, as evidências nos mostram o contrário. Nesse sentido, nos cabe pensar quais as relações de trabalho estabelecidas entre ela e seus “patrões” (editora/editor)? Como essas relações afetaram sua continuidade no mundo das letras?

Aqui também vale destacar que durante esse período Carolina estabeleceu contato com importantes políticos, e membros da elite de modo geral, de diferentes regiões do Brasil e também de outros países latino-americanos. Isso é bastante significativo, pois esses encontros são constantemente narrados em *Casa de Alvenaria*, sempre carregados de reflexões. Assim, podem ser um meio de compreendermos o lugar social que ela ocupava naquele momento, ou que julgava ocupar.

Por fim, o último capítulo, *O sonho ainda a ser alcançado: quem eu sou?*, foca no período em que o impacto do sucesso já começava a se acalmar, restando apenas a intromissão indesejada e constante da imprensa e de aproveitadores no seu cotidiano e intimidade. Some-se a isso o preconceito que vinha sofrendo, juntamente com seus filhos, no bairro de Santana, e o resultado foi sua fuga repentina para o sítio que havia comprado no interior de São Paulo. Assim, a temporalidade que abrangemos nesse momento será de 1963 até a sua morte, em 1977. Durante esse processo será importante analisarmos como ela se percebe “novamente” enquanto trabalhadora, visto que nesse período passa a viver, também, de pequenas vendas que fazia dos produtos que produzia em seu sítio.

Também é importante destacar que a partir de 1964 o país passou a viver sobre o regime ditatorial, o qual durou até 1985, sofrendo grandes intervenções por parte do Estado na área da cultura e das artes. As proibições de obras consideradas “agitadoras” não são novidades. Nesse sentido, como a escrita de Carolina, bastante polêmica, foi encarada nesse período? Como ele afetou a sua condição de escritora? Até que ponto o contexto político pode ser entendido como um agente da

sua “recondução” à marginalidade? Essa marginalidade, no entanto, não era mais necessariamente econômica, mas principalmente social, visto que naquele momento não tem contato com políticos e muito pouco com jornalistas.

Não temos tantas fontes disponíveis sobre esse período da vida de Carolina como nos anos passados, assim, os silêncios, a ausência, também serão uma forma de analisarmos essa experiência. Dentre as fontes que nos ajudam a entender a vida da escritora nesse período, temos algumas notícias localizadas nos jornais da época, além de *Diário de Bitita*, último livro entregue por ela para publicação. Entender o contexto da organização e seleção da obra, deliberadamente entregue a Cléa Pisa para que fosse editada e publicada, parece representar uma espécie de “redenção” para Carolina, visto os temas e a forma de abordagem das situações narradas no livro. É nesse sentido que coloco aqui a pergunta, *Quem eu sou?* Essa pergunta, posta no último capítulo, serve como forma de compreendermos o conjunto dessa experiência, quase como um ciclo que se encerra e por isso permite uma visão do “todo”.

CAPÍTULO I

1920-1937 – A POESIA COMO FUGA: QUEM GOSTARIA DE SER?

*Sueñan las pulgas con comprarse un perro
y sueñan los nadies con salir de pobres,
que algún mágico día llueva de prontola buena
suerte,
que llueva a cántaros la buena suerte;
pero la buena suerte no llueve ayer, ni hoy, ni
mañana, ni nunca,
ni en lloviznita cae del cielo la buena suerte,
por mucho que los nadies la llamen y aunque les
pique la mano izquierda,
o se levanten con el pie derecho,
o empiecen el año cambiando de escoba.*

*Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de
nada.*

*Los nadies: los ningunos, los ninguneados,
corriendo la liebre, muriendo la vida, jodidos,
rejodidos:*

Que no son, aunque sean.

Que no hablan idiomas, sino dialectos.

Que no hacen arte, sino artesanía.

Que no practican cultura, sino folklore.

*Que no son seres humanos, sino recursos
humanos.*

Que no tienen cara, sino brazos.

Que no tienen nombre, sino número.

*Que no figuran en la historia universal,
sino en la crónica roja de la prensa local.*

*Los nadies, que cuestan menos que la bala que
los mata (GALEANO, Eduardo)*

*Mas a fome não é só o que a gente precisa pôr na
barriga, é também a fome das costas [que é
preciso vestir], dos pés [que é preciso calçar], da
dor de barriga [que é preciso curar], do teto [que é
preciso cobrir], da cabeça [das crianças, que é
preciso escolarizar] (SAYAD, 1975, p. 28)*

1.1 Literatura, História e Memória e seus entrelaços em *Diário de Bitita*

Conforme mencionado na introdução deste trabalho, do ponto de vista histórico, uma obra literária utilizada como fonte de pesquisa deve ser interpretada dentro do contexto de sua produção, ou seja, do momento em que o autor escreve o

texto (CANDIDO, 2006). Ao resgatar a memória, o autor transforma o passado em um evento atual, impregnando-o de um significado que reflete o presente da escrita.

Neste capítulo, entretanto, essa abordagem não será seguida de forma estritamente rigorosa. É importante que o leitor tenha isso em mente, pois, por uma escolha metodológica, a análise aqui se concentra no conjunto da vida de Carolina enquanto trabalhadora, e não apenas enquanto escritora. Em alguns momentos, pode escapar à nossa reflexão que as análises feitas por Carolina, ao narrar suas memórias de infância, foram construídas anos ou até décadas depois, por uma Carolina adulta e marcada pelas experiências vividas.

A estrutura dividida pelos quatro marcos da vida de Carolina impôs a necessidade de utilizar a obra *Diário de Bitita* como fonte para analisar sua infância até sua chegada a São Paulo. Essa obra é fundamental para compreender o processo de sua trajetória, os deslocamentos e os diversos trabalhos realizados por Carolina dentro de uma perspectiva cronológica.

No entanto, há um aspecto crucial a ser considerado: essa narrativa está carregada de significados e reflexões que só podem ser plenamente compreendidos no contexto em que foram escritos, ou seja, no presente da escrita de Carolina. Esse fenômeno não é exclusivo de sua obra. O processo de construção de textos literários, especialmente os autobiográficos, está profundamente ligado ao questionamento do presente vivido pelo autor (CANDIDO, 2006). Nesse sentido, a memória surge como uma ferramenta essencial para a narrativa autobiográfica.

A memória pode ser entendida como uma reconstrução do passado realizada com base em elementos do presente. Esse processo envolve uma seleção inevitável, uma vez que é impossível registrar tudo o que ocorreu em um determinado momento, seja no âmbito individual ou coletivo (RIOS, 2013, p. 6). Como enfatiza Barros,

Embora o homem só possa ter memória de seu passado enquanto ser social, a memória individual é um ponto de vista da memória coletiva, e esse ponto de vista varia de acordo com o sentimento de realidade, dado pelo lugar que o indivíduo ocupa nas relações sociais. [...] A memória individual é dependente, assim, do lugar de onde se narra as lembranças. O caráter relativo da memória também é congruente com a ideia da memória como uma reconstrução do passado (BARROS, 2011, p. 11).

Portanto, ao ler este capítulo é essencial ao leitor considerar que Carolina revisita sua infância com um olhar moldado por suas experiências acumuladas e pelo contexto de sua vida adulta. A relação entre memória, história e literatura se manifesta de maneira complexa, revelando tanto as marcas de um passado vivido quanto as perspectivas de uma mulher que reinterpretou essas memórias para dar-lhes novos significados no presente.

1.2 Trabalho e cotidiano na cidade de Sacramento

Foi em Sacramento - MG que Carolina começou sua trajetória. Onde ela nasceu e viveu, entre (muitas) idas e vindas, até parte de sua juventude. A cidade natal, é para mim (e acredito que para a maioria das pessoas), o ponto inicial da nossa formação social. Para Carolina também parece ter sido assim, visto que ela mesma busca elencar essa formação no decorrer dos capítulos de *Diário de Bitita* (2014). Esse livro, escrito a *posteriori*, é a narrativa sobre a infância e juventude da escritora, iniciado com memórias por volta dos quatro anos (segundo ela aponta), até os 23 anos, quando conseguiu chegar à cidade de São Paulo.

Nessa obra, Carolina nos apresenta suas primeiras impressões acerca do mundo do trabalho e dos trabalhadores, seus modos de vida, seu cotidiano, as lutas e enfrentamentos diários, bem como seus costumes, ritos, formas de lazer e de sociabilidade. Sendo ela própria e sua família parte desse mundo. Isso se evidencia pela própria divisão da obra em 22 capítulos, com títulos como: As madrinhas; Ser pobre; A família; A escola; Doméstica, para citar alguns. É nesta obra que ela nos conta, de forma sistematizada, suas origens históricas e sociais.

Carolina nasceu no seio da classe trabalhadora, em sua esfera mais empobrecida. Era neta de um ex-escravo, Benedito, liberto em 1888, que segundo ela narra, “era um vulto que saía da senzala alquebrado e desiludido, reconhecendo que havia trabalhado para enriquecer o seu sinhô português” (JESUS, 2014b, p. 60). A descrição que ela faz do sentimento do avô no momento da libertação, um homem cansado, já velho, consciente de que o auge de sua existência foi roubado por outrem. Seu senhor, após enriquecer com o seu trabalho, agora lhe “dava” a liberdade, mas sem o devido reparo social ou econômico. Nessa perspectiva, essa liberdade se limitava a poder vender o único bem que lhe restou: sua força de trabalho. Por mais que Carolina tenha nascido já sobre a égide do nascente

capitalismo brasileiro, a memória sobre a escravidão ainda estava muito presente no cotidiano desses trabalhadores e também na de Carolina. Isso porque, todo o ciclo de sua infância fora marcado pelos séculos de trabalho escravo, embora mais de três décadas depois da abolição da escravidão. A condição de vida de sua família se encontrava um pouco melhor do que aquela experienciada pelo avô no fim do século XIX. Agora, eles possuíam, além da sua força de trabalho, também um terreno onde residia o avô, seus oito filhos e também os netos.

Mas antes de adentrarmos na análise dos modos de vida desses trabalhadores no início do século XX, gostaria de apresentar um panorama mais técnico a respeito da cidade de Sacramento, dando ênfase para a sua constituição enquanto cidade e alguns aspectos sociais de sua formação naquele momento.

Sacramento desenvolveu-se às margens do Ribeirão Borá, no centro oeste do Estado de Minas Gerais, na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Parnaíba. Faz fronteira com as cidades mineiras de Araxá, Conquista e Uberaba, para citar algumas e com o Estado de São Paulo ao sul (FLORÊNCIO, 2010, p. 26). Entender a localização geográfica de Sacramento é interessante para entendermos, posteriormente, os caminhos percorridos por Carolina nos seus processos migratórios antes de chegar à capital paulista.



Figura 1: Sacramento, MG
Fonte: Google Maps (2024).

A cidade foi fundada em 1820 como um povoado, pelo cônego Hermógenes Cassimiro de Araújo (FARIAS, 2017, p. 13), sendo sua população composta principalmente por “fazendeiros e seus escravos” que migravam, forçados pelas mudanças econômicas que o estado sofria naquele momento, principalmente pela substituição do garimpo de ouro pela agricultura (CERCHI, In: FARIAS, 2017, p. 15). Assim, a localidade, se mostrava atrativa, por ter um solo fértil e abundância de água (FLORÊNCIO, 2010).

É importante lembrarmos que, Minas Gerais, no final do período escravista, era um dos estados com a maior população de escravos do país. Segundo dados apontados por Roberto B. Martins, entre 1819 e 1872, a população de escravos em Minas cresceu em uma taxa média de 1,53% ao ano, passando de 168.543 para 381.893, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro (2,31) e do Rio grande do Sul (1,72). Ainda segundo Martins, Minas Gerais tinha em 1872, “uma proporção de escravos homens no grupo de 11 a 40 anos mais alta que em qualquer outra província”. Apesar de ter ocorrido uma redução na população de escravos em Minas entre 1872 e 1886, nesse último ano ainda existiam 286.491 escravos, sendo 9.998 residentes na região do Alto Paranaíba (MARTINS, 1980, p. 28-31).

Como a própria Carolina apontou anteriormente, após a abolição da escravidão a lógica do sistema continuou pouco alterada, visto que, do ponto de vista do trabalhador, seria somente mais um modelo de exploração. É interessante que, no Brasil, a passagem do trabalho escravo para o livre não alterou em quase nada as configurações sociais e econômicas predominantes. A grande propriedade de terra, o latifúndio, continuou nas mãos daqueles que já os possuíam, enquanto o escravo passou a vender sua força de trabalho, para esse mesmo latifundiário, antes seu senhor. Isso se deveu, principalmente, ao próprio sistema oligárquico em vigência, que “executou a transição gradual das formas escravistas - susteio a grande propriedade - para outras relações de trabalho, mantendo o sistema latifundiário, característico de nossa estrutura agrária, até os dias atuais” (GADELHA, 1989, p. 155). Essa divisão de terras foi estabelecida ainda em 1850, com a Lei de Terras promulgada por Dom Pedro II, a qual “ao mesmo tempo, assegurou a manutenção de um contingente de trabalhadores livres disponíveis para a grande propriedade, então, dirigida para a produção do café” (GADELHA, 1989, p. 155).

Tudo isso nos leva a crer que esses homens, ao verem-se em situação de total abandono por parte daqueles que os “libertaram”, em um primeiro momento, buscaram nas pequenas cidades do interior por trabalho e moradia. Destacamos aqui que, na virada do século XIX para o XX, ao falarmos nessas cidades devemos ter em mente que elas se desenvolviam como um centro de comércio, de compra e venda de mercadorias, inclusive de mão de obra, que depois seria destinada para a fazenda. De grosso modo, em Sacramento essas estruturas não eram diferentes, como podemos observar no capítulo *A cidade*. Segundo Carolina, era apenas nos

fins de semana que a cidade fervilhava de pessoas, trabalhadores do campo que buscavam por diversão. “Isto ocorria aos sábados e aos domingos. A cidade superlotava de homens, circulando à procura das meretrizes”(JESUS, 2014b, p. 91) e nos sábados, “só falavam em baile o dia todo”, tudo isso porque “os homens que trabalhavam na roça passavam a noite de sábado para domingo na cidade” (JESUS, 2014b, p. 100).

A primeira visão que temos de Sacramento aparece já no início do livro, com a descrição do local de moradia dos pobres. “Os pobres moravam num terreno da Câmara: o ‘Patrimônio’. Não tinha água. Mesmo furando o poço eles tinham que andar para carregar água” (JESUS, 2014b, p. 13). Embora ela aponte que o terreno pertencia à “Câmara” o professor Cerchi esclarece que o terreno, na verdade, pertencia a igreja e era “núcleo básico de onde surgiu a cidade” (CERCHI, In: FARIAS, 2017, p. 15). Muito provavelmente tenha sido esse mesmo terreno onde o cônego Hermógenes levantou a capela com o orago “Santíssimo Sacramento apresentado pelo Patrocínio de Maria”, fruto de uma doação de uma tal de “Maria Ausente” à Igreja, localizado no distrito de Nossa Senhora do Desterro de Desemboque (FARIAS, 2017, p. 13). Nesse sentido, mesmo com a expansão da cidade, que na época do nascimento de Carolina contava com cerca de 10 mil habitantes (FARIAS, 2017, p. 13), os pobres ainda moravam no terreno da igreja, com pouco ou nenhum saneamento, visto que quase 100 anos depois ainda não possuía nem água disponível para a população que ali residia.

Como já apontado anteriormente, a família de seu Benedito já não residia mais no Patrimônio quando Carolina nasceu. Segunda ela conta, “Nós morávamos num terreno que o vovô comprou do mestre, um professor que tinha uma escola particular. O preço do terreno foi cinquenta mil-réis. O vovô diz que não queria morrer e deixar os filhos ao relento” (JESUS, 2014b, p. 13). O sentimento de ter sido explorado e despossuído durante todos os anos de escravidão ao ponto de, ao ser libertado, não ter nem “um teto descente”, um canto onde “encostar”, se traduz na necessidade de conquistar a compra de um terreno. A afirmativa de que não queria “deixar os filhos ao relento” pode ser compreendida como uma maneira de assegurar que os seus descendentes não descobrissem tal sentimento, pois teriam, independentemente de qualquer coisa, um refúgio. Em certa medida, seu Benedito conseguiu alcançar seu objetivo, já que a propriedade não foi apenas um refúgio,

mas também representou, muitas vezes, um lugar de recomeço, como veremos mais adiante.

Essa condição de “proprietários”, no entanto, não os diferenciava muito daqueles totalmente despossuídos. A compra do terreno, ao que tudo indica, foi resultado da soma de privações extremas por parte do avô. Sua casa, por exemplo, foi descrita por ela como sendo,

[...] uma choça com quatro águas cobertas com capim. Semelhante às ocas dos índios que eu lia nos livros. A casa do vovô era tão pobre!

Ele catou quatro forquilhas e enterrou-as no chão. Pôs dois travessões e as tábuas. Era a cama com um colchão de saco de estopa, cheio de palha. Uma coberta tecida no tear, um pilão, uma roda de fiar o algodão, uma gamela para lavar os pés e duas panelas de ferro. Não tinham pratos, comiam na cuia (JESUS, 2014b, p. 29).

O fato dela lembrar com clareza o que tinha dentro da casa do avô, casa essa que ela já não via há muitos anos ao escrever essas memórias, é bastante significativo na experiência de quem viveu desde muito cedo a condição da pobreza extrema. A limitação material vivenciada por esses trabalhadores deixa marcas profundas em suas memórias. É importante ressaltarmos que a situação de sua mãe, de seus tios e tias e, por consequência, dela mesma, não era muito diferente da do avô. A casa onde morava com sua mãe e seu irmão era “coberta de sapê. As paredes era de adobe cobertas com capim. [...] O chão não era soalhado, era de terra dura, condensada de tanto pisar” (JESUS, 2014b, p. 13). A grande diferença entre elas são as paredes, uma feita de tábuas, outra de adobe.

Independentemente do material com que eram construídas as casas dos pobres de Sacramento, ou mesmo o lugar onde eram construídas, sendo em terreno próprio ou no Patrimônio, em nenhuma delas havia água encanada, “tinham que andar para pegar água” (JESUS, 2014, p. 13), não possuíam luz elétrica, usavam “lâmparinas a querosene e o ferro a carvão” (JESUS, 2014a, p. 82), cozinhavam com lenhas que buscavam no mato, pois não tinham dinheiro para comprar (JESUS, 2014a, p. 99).

Cidade de base agrícola, Sacramento se encontrava inserida dentro do sistema oligárquico, marcado por uma profunda desigualdade social e intensa exploração dos trabalhadores no campo. Embora nos grandes centros urbanos

vimos florescer, ainda no final da década de 1910, os debates em torno dos direitos trabalhistas, com a intensificação da industrialização e da urbanização e, conseqüentemente, com uma classe trabalhadora que começava a se organizar em associações e sindicatos, no interior do país esses debates pouco avançavam, e a divisão desigual da propriedade da terra sustentava as relações de dominação e resistência daqueles trabalhadores.

Eu notava que os brancos eram mais tranquilos porque já tinham seus meios de vida. E para os negros, por não ter instrução, a vida era-lhes mais difícil. Quando conseguiam algum trabalho, era exaustivo. O meu avô com setenta e três anos arrancava pedras para os pedreiros fazerem os alicerces das casas (JESUS, 2014b, p. 58).

Dentro dessa perspectiva, gostaria de ressaltar um ponto que aparecerá com frequência ao longo de nossa análise visto a importância do tema para a autora, a questão da educação formal. Quando pensamos o racismo dentro da obra de Carolina, sempre devemos ter em mente que para ela, o que diferenciava o branco do negro (após o fim da escravidão) era o nível de instrução. O censo realizado em 1920 mostra que, naquele momento, cerca de 71,2% da população era analfabeta, sendo que em Minas Gerais 75,4% da população com cinco anos ou mais era analfabeta (KREIDLOW; FERRARO, 2004). Entre 1890 e 1920, em termos percentuais, o número de analfabetos caiu de 85% para 75%. No entanto, nesse mesmo intervalo o número absoluto de analfabetos cresceu de 12 para 23 milhões, devido ao crescimento demográfico (RIBEIRO, 1992, p. 74). Podemos concluir após esses dados que a educação se encontrava restrita à elite brasileira, que buscava sua instrução formal majoritariamente em outros países. Não é novidade que essa elite era composta, em sua grande maioria, por brancos, visto toda a conjuntura histórica e social que envolveu, e ainda envolve, o povo negro.

Assim, o acesso à educação, o qual foi negado a esses sujeitos por séculos, sendo permitido o seu acesso, de forma institucional, somente após 1910 e, ainda assim, de forma muito restrita, seria, para ela, o principal motivo que impedia os negros de não ascenderem na escala social. Essa ideia, muito provavelmente, tenha surgido ainda com o avô, visto que ela, em muitos momentos, aponta que o avô sempre os incentivava a estudar, pois via nesse caminho uma possibilidade de ascender socialmente, como fica implícito, por exemplo, na seguinte passagem, “O

vovô nos contava que os pretos que moravam nas cidades grandes já sabiam ler e tinham até dinheiro nos bancos. Ele não sabia ler, mas procurava saber se os negros já estavam subindo na esfera social” (JESUS, 2014b, p. 58).

Nos parece, a partir dessa reflexão, que os trabalhos especializados (sapateiros, pedreiros, marceneiros, ou seja, que carecem de “instrução”, como afirma Carolina), nas cidades menores, como no caso de Sacramento, estavam destinados aos brancos. No que tange ao comércio, esse era dominado pelos estrangeiros, “os italianos, os sírios que haviam chegado no Brasil [...] foram estabelecer-se no comércio” (JESUS, 2014b, p. 53), o motivo, segundo ela, é que eles “não vinham pobres”, pois “não eram analfabetos. E o brasileiro analfabeto não tinha condições de progredir” (JESUS, 2014b, p. 63-64). Para os negros, pobres e analfabetos, na concepção de Carolina, o que sobrava, então, era realizar o mais exaustivo trabalho braçal e com a pior das remunerações. As reflexões da escritora a partir de sua própria experiência, reforçam uma perspectiva já observada na historiografia. Segundo Viscardi (1995, p. 43), “O trabalho imigrante foi utilizado, em sua maioria, nas atividades urbanas, cabendo ao trabalhador livre nacional as atividades no campo”. O “trabalhador livre nacional” nesse caso, seria majoritariamente o negro, visto que, como já apontado anteriormente, o fim da escravidão e advento do capitalismo, não significou a mudanças nas estruturas sociais de classe, apenas transformando a condição do escravo em “escravo do capital”.

Por ser uma cidade cuja economia girava em torno da produção agrícola, isso significava dizer que a grande maioria desses trabalhadores pobres buscava trabalho nas fazendas ou nas casas dos grandes fazendeiros, ou “coronéis”, nas palavras da escritora, “O café do Brasil era famoso na Europa. E os fazendeiros que vendiam tanto café eram tipos incultos, que quando enriqueciam nos obrigavam a trata-los de ‘coronel’. E era coronel pra todos os recantos” (JESUS, 2014b, p. 45).

Apesar de entre os anos 1920 e 1930 terem sido de decadência para o sistema coronelista (e a oligarquia, de modo geral), como veremos mais adiante, as relações de poder e dominação que sustentavam esse sistema nas cidades do interior ainda eram muito visíveis, principalmente por serem tais cidades marcadas por uma profunda divisão social, como já mencionado. Nesse momento as relações

coronelistas não se apresentavam, necessariamente, tendo a figura de um coronel, propriamente dito, como centralizador do poder.¹⁰

Nesse sentido, direta ou indiretamente, a figura do “coronel” estava presente nas diferentes esferas sociais como, nas formas de contratação de mão de obra, na administração pública, na aplicação das leis e, por consequência, nos julgamentos legais (ou mesmo morais). Ademais, é logo no início do livro, quando ainda narrava suas aventuras de criança, o que gostava de comer, suas brincadeiras e a cultura que a cercava, que Carolina nos mostra as primeiras situações que expõem essas relações. No capítulo *Ser pobre*, ela narra o seguinte acontecimento,

Um dia, minha mãe estava lavando roupa. [...] Os policiais prenderam-na.
Fiquei nervosa. Mas não podia dizer nada. Se reclamasse, o soldado me batia com um chicote de borracha. [...] Eu pensava: “So as pretas que vão presas”. Quando o senhor Manoel Nogueira soube, ficou penalizado:
- Coitada da Cota. Não faz mal a ninguém.
Para prender alguém é preciso existir motivos (JESUS, 2014b, p. 31).

A prisão arbitrária, sem motivos aparentes, é reflexo da forma como a lei era aplicada contra os trabalhadores, sujeita a vontade do legislador. Essa perspectiva é corroborada com a narrativa que sucede o trecho anterior.

Um dia eu andava pelas ruas, ia contente. Ganhei uma lima, ia oferecer a minha mãe quando apareceu o Humbertinho e me tomou a lima. Chorei. Ele era branco. [...] Todos temiam-no, ele era filho do juiz. E o juiz manda prender. Ele dava vazão ao seu instinto satânico (JESUS, 2014b, p. 32).

É possível observar que o juiz, no caso aqui o Dr. Brand, tinha amplos poderes sobre a sociedade de Sacramento, principalmente os pobres. No caso da mãe, a figura aparece por meio dos policiais, que estão a mando do juiz, afinal, “o juiz manda prender”. Já no caso da lima, seu filho aparece como própria extensão do pai, e do cargo que exercia. Apesar das particularidades, em ambos os casos o juiz é associado a situações de injustiça e, portanto, de grande temor por aqueles

¹⁰ Nas palavras de Leal, os chefes políticos municipais nem sempre são autênticos “coronéis”. A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidades de comando e dedicação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados políticos dos “coronéis” (LEAL, 2012, p. 23).

sujeitos. Por mais que o fato tenha ocorrido com ela, ao apontar que “todos temiam-no”, nos indica que esses eventos não eram esporádicos, mantendo esses trabalhadores oprimidos perante a lei e dando “vazão ao instinto satânico” do Humbertinho ou as ações violentas da polícia.

No caso das limas, mais adiante na discussão, quando o juiz já estava presente, Carolina relata que fez a seguinte denúncia: “Esse ordinário [Humbertinho] vive pegando no seio das meninas pobres, aperta-os e as deixa chorando” (JESUS, 2014b, p. 32). Aqui, o abuso de poder transcende ao ponto de se tornar um abuso sexual. O filho do juiz, blindado pelos poderes decorrentes da posição do pai, se sente à vontade, quem sabe até no direito, de abusar das filhas dos trabalhadores.

Embora não fique claro na obra os meios utilizados pelo Dr. Brand para se tornar juiz em Sacramento, a forma como suas decisões judiciais se davam, nos parecem bastante imparciais e pouco legais, reforçando a ideia de que poderiam haver laços com os fazendeiros ou “coronéis”. Ao que tudo indica, eram esses homens que sustentaram, pelo menos até meados da década de 1920, esse sistema, reforçando as divisões sociais entre os que “dominavam” e os que eram “dominados”.

O homem pobre deveria gerar, nascer, crescer e viver sempre com paciência para suportar as filáucias dos donos do mundo. Porque só os homens ricos é que podiam dizer: “Sabe com quem você está falando?” para mostrar sua superioridade.

Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o seu noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram de além-mar.

No fim de nove meses, a negrinha era mãe de um mulato, ou pardo (JESUS, 2014b, p. 38).

A profunda opressão a que esses trabalhadores eram submetidos, conforme relatado por Carolina, se sustentava em uma necessidade quase desesperada de manter seus empregos. Essa necessidade surge claramente em sua observação “Eram muitas pessoas para trabalhar e pouquíssimos os lugares para trabalhar. A patroa era tratada como se fosse uma santa no altar” (JESUS, 2014b, p. 38). Esse trecho revela duas camadas de significado: primeiramente, a escassez de postos de trabalho, que pressionava os trabalhadores a aceitar condições extremamente

precárias e opressivas; e, em segundo lugar, a concentração de poder nas mãos de poucos empregadores, que dominavam as oportunidades de trabalho disponíveis. Dessa forma, os trabalhadores eram forçados a aceitar situações de intensa exploração, sabendo que qualquer contestação poderia não apenas custar-lhes o emprego, mas também limitar severamente suas chances de conseguir trabalho em outro lugar.

Carolina, ao resgatar essa memória e a descrevê-la dessa maneira, a relação entre os trabalhadores e seus empregadores, utilizando termos que carregam uma forte carga crítica e, em certo grau, filosófica. Um exemplo notável é sua referência às “filáucias” dos “donos do mundo”. Esse termo, derivado do conceito aristotélico de “filáucia”, remete ao egoísmo ou amor-próprio exacerbado que Aristóteles criticava como uma forma de irracionalidade. Segundo o filósofo, a maioria dos homens é egoísta de uma maneira que ele considera errada, pois agem movidos por paixões desenfreadas, como a busca desmedida por dinheiro, honra e prazeres corporais, o que os desvia do caminho da razão e do autodomínio (LANGROUVA, 2006, p. 33).

Nesse sentido é interessante a escolha de Carolina de utilizar o termo “filáucias” para descrever as ações egoístas e irracionais dos empregadores, que, em sua busca por lucro e poder, cometem o que ela chama de “crimes brutais” contra os trabalhadores e seus filhos. A escolha desse termo é particularmente significativa, pois reflete a percepção de Carolina de que esses atos de exploração não são apenas fruto de ganância, mas também de uma falta fundamental de racionalidade e humanidade por parte dos empregadores. Eles agem de maneira “bruta”, ou seja, de forma irracional e insensível, como se fossem desprovidos de bom senso ou empatia.

Essa brutalidade é reforçada pela própria descrição que Carolina faz dos empregadores e seus filhos, que “brutalizavam” os vulneráveis. A palavra “bruto”,¹¹ ligada à ideia de alguém que carece de racionalidade, sugere uma desumanização dos trabalhadores, tratados como seres inferiores, sem consideração por sua dignidade ou bem-estar. Essa falta de razão e compaixão por parte dos empregadores criava um ambiente de opressão onde os trabalhadores eram

¹¹ Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bruto>>
Acesso em: 25 out. 2023.

constantemente submetidos a condições desumanas, sem alternativas viáveis para escapar daquela situação.

Assim, Carolina não apenas denuncia as condições materiais de exploração, mas também expõe a irracionalidade e a desumanização subjacentes a essas relações de poder. Ao usar termos filosóficos como “filáucia” e descrever a brutalidade dos empregadores, ela oferece uma crítica profunda e articulada das estruturas de opressão que moldavam a vida dos trabalhadores em sua época.

Nesse contexto, a perspectiva de Carolina revela que apenas indivíduos desprovidos de razão, esclarecimento e, principalmente, de educação formal, poderiam perpetuar tais práticas opressivas. Embora fossem homens de muitas riquezas materiais e detentores de “prestígio” social, esses empregadores careciam de uma educação “intelectual”, o que, segundo Carolina, os fazia manter e justificar essas práticas desumanas. Como ela aponta em um de seus provérbios: “Os incultos ricos sentem prazer oprimindo os fracos, e os cultos lenizando-os” (JESUS, 1963b, p. 12).

Não é novidade que Carolina via a educação, ou a falta dela, como um dos principais pilares que sustentam esse sistema de opressão. O termo “cultura” em sua obra se refere, frequentemente, a uma certa educação formal e moral, norteadas por determinados valores. A ausência dessa cultura criava, nesse sentido, homens ignorantes, fossem eles brancos ou negros. No entanto, essa ignorância tinha efeitos diferentes conforme a cor da pele: enquanto os brancos utilizam sua posição de poder, sustentada por sua riqueza material e prestígio social, para oprimi-los, os negros, desprovidos do conhecimento necessário para romper com esse sistema, permaneciam dominados. Assim, Carolina sugere que a tirania dos opressores não é apenas uma questão de ganância ou brutalidade, mas também de falta de cultura, que perpetua um ciclo de ignorância e opressão, impedindo a emancipação dos oprimidos.

As relações raciais também ficam bastante claras no trecho citado, sendo, como podemos observar em vários momentos, um dos pilares que sustentavam a exploração. Ainda no episódio com o filho do juiz ela faz questão de apontar que “ele era branco”. Isso denota que existia uma grande possibilidade do próprio juiz também o ser, bem como as demais figuras de autoridade daquela época, como o fazendeiro ou mesmo a maioria dos policiais. Esse aspecto que nos reforça a ideia de que o racismo também estava na base da manutenção do poder quase ilimitado

que dispunham tais figuras perante aqueles trabalhadores pobres e, em sua grande maioria, negros. Afinal, o próprio sistema jurídico foi (e continua sendo, em grande medida) construído a partir de uma perspectiva racista.

Os pretos tinham pavor dos policiais, que os perseguiram. Para mim, aquelas cenas eram semelhantes aos gatos correndo dos cães. Os brancos, que eram os donos do Brasil, não defendiam os negros. Apenas sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para outro. Procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala (JESUS, 2014b, p. 59).

Essa perseguição era deliberada, tinha uma intencionalidade determinada, pois agia especificamente contra um grupo: os trabalhadores pobres e negros. Além disso, a observação que ela faz de que “os brancos, que eram os donos do Brasil” não os “defendiam”, reforça a ideia de que as figuras de autoridade, que deveriam defender a igualdade perante a lei, ao acesso à educação e demais direitos básicos para alcançar uma sociedade justa e próspera, na verdade perpetuavam, de forma ignorante, os preconceitos da escravidão.

Assim, do ponto de vista legal, esses trabalhadores se encontravam completamente desamparados, estando à mercê da tirania do legislador. Mas adiante ela ainda comenta “Quando os pretos falam: ‘– Nós agora estamos em liberdade’. – Eu pensava: ‘Mas que liberdade é essa que eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes?’” (JESUS, 2014b, p. 59). A partir dessa reflexão fica bem evidente que as formas de dominação e controle desses homens e mulheres, possuíam raízes ainda no sistema escravista, em que a liberdade se apresenta apenas a partir de uma perspectiva capitalista, a compra e venda de mão de obra, estando ausentes todos os outros aspectos dessa “liberdade”. A opressão racial se apresentava, dessa forma, como pilar de sustentação da profunda exploração a que estavam submetidos os trabalhadores.

No que tange às mulheres, essa opressão também se estendia para a sua condição de gênero. As meninas “brutalizadas”, filhas das cozinheiras, eram “negrinhas”, segundo a autora. O sentido dessa brutalidade transcendia a violência física, como no caso das limas. Carolina faz questão de evidenciar essa característica, da mesma forma que evidencia o fato de Humbertinho ser “branco”. Em outro momento ela ainda aponta, “Eu notava que com as mulheres pretas, eles

não mexiam muito. Não faziam elas correrem. Mas falavam palavrões para elas e mostravam o pênis” (JESUS, 2014b, p. 59).

Dentro dessa perspectiva, podemos recorrer à análise de Angela Davis sobre a divisão do trabalho entre homens e mulheres no sistema escravista. Segundo Davis, a postura dos senhores em relação às escravas era ditada pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, as mulheres escravizadas eram vistas como desprovidas de gênero. No entanto, quando poderiam ser exploradas, punidas ou reprimidas de maneiras específicas para as mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 19).

Embora Davis esteja se referindo ao sistema escravista nos Estados Unidos, muitas de suas observações podem ser aplicadas às relações que se desenvolveram no sistema escravista brasileiro. Essa interseção entre as duas realidades escravistas sugere um ponto em comum: a manipulação do gênero das mulheres escravizadas conforme a conveniência dos senhores, o que reflete a complexidade e a brutalidade das dinâmicas de poder em ambos os contextos.

Em relação aos homens, embora não ocorresse abuso sexual, as condições também não eram muito melhores, afinal, eram pais das meninas “brutalizadas” e também tinham de aceitar. A consequência, no caso dos homens, além da perda do emprego, era o ataque sobre sua moralidade - “Cale a boca, negro vadio! Vagabundo!” – sendo socialmente condenado. Porque “se o doutor Oliveira que estudou em Coimbra dissesse: ‘- Negro ladrão...’ – aquilo ia transferindo-se de boca em boca. E aquele negro, sem nunca ter roubado, era um ladrão” (JESUS, 2014b, p. 38-39).

Aqui Carolina evidencia as desigualdades do ponto de vista racial e intelectual, visto que, ao mesmo tempo em que a condenação recaía sobre a sua condição de trabalhador negro, ela era sustentada pela autoridade do doutor que “estudou em Coimbra”. A educação se apresenta nesta narrativa como concessionária de tal “prestígio social”, ao ponto destes homens poderem chegar a livrar-se, eles mesmos, de crimes bárbaros, simplesmente acusando aquele que o denunciava, transformando-o instantaneamente em um bandido, sem possibilidade de defesa justa.

Em vista disso, ao que tudo indica, toda essa opressão se sustentava, principalmente, pela necessidade desses trabalhadores e trabalhadoras de

manterem seus empregos. A cozinheira não poderia reclamar para não “perder o emprego”, o pai não podia reclamar ou seria taxado de ladrão ou vagabundo pelo “patrão”, o que provavelmente o impediria de conseguir trabalho.

Para compreendermos melhor essa questão, passaremos agora à análise das relações de trabalho que comumente se estabeleciam naquele momento. Como Carolina escreve suas memórias desde seus quatro anos de idade, até esse ponto ela apenas nos apresenta suas observações enquanto “telespectadora”, agora, no entanto, passaremos a analisar sua própria experiência enquanto trabalhadora camponesa.

1.3 Carolina e o mundo do trabalho: primeiras impressões

Tendo em vista a experiência de Carolina narrada em *Diário de Bitita*, existiam duas “categorias de trabalho”, se assim podemos definir, nas terras dos fazendeiros ou nas casas dos fazendeiros.

Não havia braços para as lavouras. Começaram a implorar ao negro para ser colono.

O negro foi, mas o fazendeiro não consentia que plantasse arroz nas cabeceiras dos cafezais. Não podia plantar feijão no meio dos cafezais, não podia criar porcos nem galinhas; só cuidar exclusivamente do café. O fazendeiro dava uma ordem de cento e cinquenta mil-réis para o colono ir comprar os gêneros alimentícios num empório. O colono comprava feijão, farinha, toucinho, açúcar, querosene, fósforo, fumo, sabão e carne-seca. Não comprava arroz porque o dinheiro não dava. O que comprava não dava para oito dias.

E se fosse pedir outra ordem para o fazendeiro, tinha que ouvir isto:
- Vocês trabalham pouco e comem muito.

No fim do ano, o fazendeiro ia acertar as contas com o negro, o negro estava lhe devendo quinhentos mil-réis (JESUS, 2014b, p. 53).

Embora com contornos de capitalismo, a partir da compra e venda de mão de obra, a condição a que estavam submetidos esses trabalhadores era, essencialmente, escravista. O retorno financeiro que tinham era praticamente nulo, visto que o seu pagamento não cobria nem as despesas com alimentação, muito menos lhes permitia uma vida minimamente digna. Mas, é o fato do pagamento ser feito por meio de uma “ordem” o que mais denuncia essa condição. Como aponta Carolina, essa ordem deveria ser gasta em um “empório” específico, que muito

provavelmente pertencia também ao dono da fazenda, prática muito comum no que se conceitua a “escravidão moderna”.

Sendo assim, ao realizarem suas compras aqueles trabalhadores estavam apenas devolvendo o dinheiro para o seu próprio patrão. Além disso, Carolina ainda aponta que o valor atribuído a ordem não chegava para cobrir as despesas com alimentação por mais de oito dias. Assim, podemos pensar a exploração por uma dupla perspectiva, tanto em relação ao valor pago por seus trabalhos, o qual era irrisório; como também em relação ao superfaturamento nos produtos por parte do fazendeiro, dono do armazém. Tudo isso se confirma quando, ainda segundo ela, ao fecharem as contas do mês o saldo final era o de que o “negro estava lhe devendo”.

A dívida, provavelmente, era paga com mais um mês de trabalho, cuja remuneração seria muito menor. Dessa forma, ficava cada vez mais difícil livrar-se da dívida, visto as amarras a que estavam submetidos esses trabalhadores. Sem possibilidade de plantar ou criar seu próprio alimento e sendo obrigado a despender todo seu pagamento na única venda disponível, a dívida provavelmente se perpetuaria, obrigando esses sujeitos a permanecerem naquele lugar.

Assim, é interessante observarmos também a riqueza de detalhes que Carolina nos traz, da mesma forma como descreveu as poucas coisas presente na casa do avô. Note que, ao narrar o que compravam no empório, ela elenca uma quantidade bem específica de produtos, chegando inclusive a acrescentar que “Não comprava arroz porque o dinheiro não dava”. Isso pode ser entendido como resultado da sua própria experiência, tendo ela mesma vivenciado situações muito semelhantes em sua infância e juventude, tanto enquanto filha de trabalhadores, como também por ser ela mesma parte dessa classe.

Foi por volta dos nove anos de idade que Carolina mudou-se, juntamente com a mãe, o irmão e o padrasto, para o campo, sendo que naquele momento ela se insere, definitivamente, no mundo do trabalho. É interessante a ambiguidade de sentimentos descritos nessa experiência. Se por um lado ela não tenha apreciado a ideia em um primeiro momento, principalmente por isso ter significado o abandono da escola, com o passar do tempo ela foi passando a admirar os modos de vida e o trabalho agrícola. Os motivos, segundo ela, é que naquele espaço não havia a correria da cidade, mas sim, fartura de alimentos, um trabalho digno e bem remunerado, uma casa que, embora não tenha uma descrição mais precisa, parecia suprir as necessidades da família e, principalmente, tempo para ler seus preciosos

livros. Assim, ao narrar a memória sobre os quatro anos em que sua família foi arrendatária da fazenda do senhor Olímpio Rodrigues de Araújo, no interior de Uberaba, Carolina aponta que aquela foi a época “mais feliz” de sua vida.

Tendo a concordar com Carolina, visto que tudo o que ela perseguiu ao longo de sua vida parece ter sido baseado nessa memória¹². Talvez nesse momento fique difícil de vislumbrar essa hipótese, porém, ao longo desse trabalho, essa questão ficará mais evidente. É claro que, por ser uma memória, não pode ser encarada como a totalidade daquela experiência, mas uma representação, e isso se elucida na forma como ela a descreve “a terra prometida ao Moisés que eu tive a ventura de encontrar”(JESUS, 2014b, p. 133). Ainda, isso se traduz na própria forma como ela descreveu seu dia a dia naquele lugar.

Minha mãe deixava o leito assim que o astro-rei ia surgindo, ia preparar a nossa refeição para irmos para a lavoura. Eu permanecia no leito, ouvindo os gorjeios das aves. Com a insistência de mamãe, eu deixava o leito, ia aleluiar no regato, fitando a água que promanava do seio das pedras cor de chumbo e era sempre tépida. A brisa perpassava suavemente. Eu aspirava os perfumes que exalavam das flores silvestres (JESUS, 2014b, p. 133).

Essa descrição bucólica poderia muito bem ser confundida com um trecho de algum romance de época. Novamente chamo atenção aos termos utilizados por ela, como “astro-rei”, “aleluiar”, entre outros, que reforçam essa perspectiva, visto serem rebuscados, com tons poéticos, que nos permitem compreender, a partir de uma visão idealizada, a beleza que ela descrevia.

A beleza do lugar, no entanto, não era apenas externa, mas também interna, visto o sentimento de paz que aquele ambiente lhe passava. Podemos perceber como ela narra a harmonia que reinava, não apenas na relação deles com a natureza, mas também entre os próprios membros da família. O amanhecer tranquilo, onde ela podia contemplar os sons da natureza, enquanto sua mãe apenas insistia para que levantasse, sem gritos ou xingamentos (como acontecia quando moravam na cidade), mas aparentemente de forma carinhosa e paciente, como é típico da imagem

¹² Como já apontado em outros momentos, alguns posicionamentos de Carolina serão melhores discutidos no último capítulo desse livro, o qual buscará compreender alguns posicionamentos morais e sociais defendidos na autobiografia, *Diário de Bitita*, tendo em vista o momento em que ela foi escrita.

comumente atribuída as mães. A própria forma como ela se refere, “mamãe” e não apenas “mãe”, expressa essa relação de carinho. Após levantar, ainda ia despertar completamente no riacho, onde “aleluiava-se” e contemplava, agora de forma visual e olfativa, um pouco mais da beleza daquele lugar. E somente depois desse amanhecer tranquilo e do café da manhã, que sua mãe gentilmente preparava, é que iriam para o campo, trabalhar na terra.

Esse trabalho, em consonância com aquele cenário, também era maravilhoso e descrito de forma bucólica, assim como o “décimo idílio de Teócrito” que sustenta seu bucolismo no plantio e na colheita (WILLIAMS, 2011, p. 31). A descrição da sua primeira experiência de trabalho se apresenta de forma bastante diferente da forma como ela narrou as demais experiências de trabalho que se sucederam em sua trajetória, incluindo a de escritora.

Esse sentimento se expressa em frases como, “Como é bom ter terras para plantar! Eu já estava compreendendo o valor da terra que sabe recompensar o esforço do homem” (JESUS, 2014b, p. 133). Diante dessas reflexões, percebemos que, o fato da terra “recompensar o esforço do homem”, sustentava toda aquela harmonia. Carolina conta ter ficado admirada com a fartura que provém da terra, pois “plantamos dois sacos de arroz, colhemos trinta. Dois sacos de milho. Colhemos três carros. [...] As galinhas duplicavam, só carijó” (JESUS, 2014b, p. 133). Assim, por mais árduo que fosse o trabalho, ou seja, fisicamente cansativo, ele valia a pena, visto que havia uma recompensa digna do esforço. E como eram devidamente recompensados, podiam ter uma alimentação adequada, variada e muito apetitosa “ganhávamos o leite, o açúcar. O arroz nós plantávamos. Que tranquilidade” (JESUS, 2014b, p. 134). Nesse sentido, com trabalho, moradia e alimentação dignos, não havia motivos para que aquela harmonia não se mantivesse.

Apesar de ter sido um período relativamente tranquilo e alegre na vida de Carolina e de sua família, não podemos deixar de observar que esses trabalhadores estavam submetidos a um sistema de arrendamento de terra, ou seja, as terras não eram deles, mas sim do fazendeiro. Assim, apesar de tudo, ainda precisavam prestar contas de tudo o que era produzido e se submeter, em muitas ocasiões, aos

interesses do patrão. As contradições daquelas relações de trabalho são demonstradas a partir do momento em que Carolina foi convidada pela dona Maria Cândida, esposa do dono da fazenda, para “auxilia-la na limpeza da casa” (JESUS, 2014b, p. 134). Ao questionar sobre o pagamento que receberia eis que a patroa sugeriu,

- Sabe, Carolina, você vem trabalhar para mim, e quando eu for a Uberaba eu compro um vestido novo para você, vou comprar um remédio para você ficar branca e arranjar outro remédio para o seu cabelo ficar escorrido. Depois vou arranjar um doutor para afilar o seu nariz (JESUS, 2014b, p. 134).

Essa foi a primeira vez que Carolina narra uma relação de completa exploração vivenciada por ela, particularmente. É claro que nenhum pagamento foi feito, nem monetário e nem “estético”, nem mesmo o vestido Carolina ganhou após seis meses de trabalhos domésticos na casa da Dona Maria Cândida. Essa também é a primeira e única vez que Carolina expressa o desejo de ser ou de se tornar branca. Ao ter a sua condição de mulher negra usada como meio para explorá-la, ela passa a olhar diferente a si mesma, apreciando seus traços e suas origens, “Olhei as minhas mãos negras, acariciei o meu nariz chato e o meu cabelo pixaim e decidi ficar como nasci. Eu não pedi nada à dona Maria Cândida, ela é quem usou um ardil para me espoliar” (JESUS, 2014b, p. 137).

O ardil, nesse caso, foi o racismo explícito que se apresentava nessas relações. No entanto, mais uma vez ele estava entrelaçado com a condição de classe que se impunha a esses trabalhadores. Como bem aponta Carolina, “Não poderia e não deveria xingá-la, ela era poderosa. Nós dependíamos dela para viver, nos dava a terra para plantarmos. Mas roguei-lhe tantas pragas!” (JESUS, 2014b, p. 137). Apesar de reconhecer a exploração e sobre o que ela se baseava, nesse momento a sua única forma de resistência foi apelar para “forças superiores”, que atendesse as suas súplicas e intervissem nessa relação tão desigual, mesmo que por meio de “pragas”. A necessidade de manter essas terras, justificativa apresentada por ela mesma, era compreensível, visto que, embora tenha sido explorada, ainda assim tinha apego pelo trabalho e pelo que ele lhe proporcionava naquele momento. Apesar de ainda se encontrarem na pobreza, a família pode experimentar alguma autonomia econômica, pois não trabalhavam apenas para suprir suas necessidades básicas, mas também podiam se dar certos “luxos” (no

sentido mais restrito do termo). Com a produção própria de jiló, por exemplo, ela chegava a ganhar trinta-mil réis, dinheiro que usou para comprar “vestidos e um cobertor de pura lã” (JESUS, 2014b, p. 137).

Embora tivesse aguentado calada a exploração sofrida, isso não foi suficiente para manter aquele “paraíso”, pois ela e toda a família, simplesmente, foram expulsos pelo fazendeiro, o qual alegava que eles estavam lhe devendo “oitocentos mil-réis” referente aos pés de jiló plantados, colhidos e vendidos pela família na feira. Segundo Carolina, “ele vendia mil sacos de café classificado, o café moca. Vendia cem porcos gordos para os frigoríficos, e nós ganhávamos trinta mil-réis com as verduras, e ele queria divisão” (JESUS, 2014b, p. 137).

Esse trecho, apesar de evidenciar com clareza a sua condição de explorados, também nos permite analisar aspectos das transformações econômicas do país, principalmente no que tange à decadência das oligarquias cafeeiras, a qual se tornou bastante evidente nos anos que se seguiram.

Quando Carolina Maria de Jesus relata a expulsão de sua família da fazenda, ela destaca a justificativa do patrão, que alegou que eles não davam lucro, apenas prejuízo, devido à suposta fraqueza da lavoura que cultivavam (JESUS, 2014b, p. 138). Essa crítica revela a ganância do patrão, mas também aponta para um sistema agrícola em crise, onde cultivos como o café não conseguiam mais garantir o retorno financeiro esperado. Leal complementa essa análise ao observar que, embora o “coronel” fosse visto como rico pelos trabalhadores devido à sua posição relativamente superior, a realidade era que muitos fazendeiros viviam em condições apenas remediadas. Ele descreve um cenário em que a massa de trabalhadores rurais enfrentava extrema pobreza, enquanto os fazendeiros, embora tivessem algum conforto básico, como alimentos frescos e, em alguns casos, instalações sanitárias e luz elétrica, também não viviam em grande opulência (LEAL, 2012, p. 24).

Essa decadência e disparidade econômica são ainda mais evidentes na descrição que Carolina faz ao visitar a casa do Sr. Olímpio. Sua decepção ao encontrar uma residência modesta, com móveis simples e rústicos, contrasta com sua expectativa de que a posse de grandes extensões de terra deveria garantir felicidade e prosperidade (JESUS, 2014b, p. 135). Carolina inicialmente atribui essa simplicidade à ganância de Olímpio, semelhante ao que observou no caso do jiló. Ela acreditava que se a pequena porção de terra que sua família cultivava lhes

proporcionava mais do que ela jamais tivera, aquele que possuía vastas terras deveria ter muito mais. No entanto, como Leal ressalta, essa percepção era, em grande parte, uma ilusão. A riqueza dos fazendeiros não era tão grandiosa quanto parecia aos olhos dos trabalhadores, e a verdadeira disparidade estava na extrema pobreza dos trabalhadores, não na suposta riqueza dos fazendeiros. Assim, a análise de Carolina não apenas expõe a ganância dos patrões, mas também revela as limitações e a crise subjacente do sistema agrícola da época, que afetava tanto os trabalhadores quanto os fazendeiros.

A “idealização” do coronelismo por parte dos trabalhadores pode ser observada no romance *Pedaços da Fome* (1963), escrito e publicado por Carolina, em que ela traduz em termos literários a forma como percebia esse sistema. É muito visível a experiência dela na construção da obra, mas tendo como objetivo uma aproximação do “romantismo”, ou de sua “literatura de referência” como bem aponta Perpétua (2003, pp. 64-81). Apesar da personagem principal, nos parecer bem tradicional (do ponto de vista do que comumente se observa na literatura de cátedra), filha do Coronel, branca, delicada, a sua história de amor não é nada convencional, pois o sofrimento que ela encontra por causa de suas paixões é bem caroliniano.¹³

O resumo da história é mais ou menos esse: Maria Clara, filha de um importante coronel do lugar, conhece Paulo, um paulista, e em menos de 48h eles se casam e fogem para São Paulo, contrariando o pai da moça. Chegando lá se descobre que o moço não era nada daquilo que ele dizia, um dentista recém formado que poderia dar a Maria Clara o conforto ao qual estava acostumada, mas sim um pobre vagabundo, que não trabalhava. A mocinha então passa a experimentar todas as situações vividas pelos pobres, moradores das habitações coletivas de São Paulo, a fome, a precariedade das condições de moradia, os vícios, entre outras situações.

A dinâmica social existente no início do romance é o que mais nos interessa analisar nesse momento, visto a construção do personagem do Coronel Pedro Fagundes. A partir da figura do Coronel, Carolina nos faz uma espécie de

¹³ Caroliniano é o termo comumente utilizado para se referir ao conjunto de escritos da obra de Carolina Maria de Jesus, tendo em vista que suas obras apresentam características bem específicas (FERNANDEZ, 2015).

“conceituação tradicional” do que foi o sistema coronelista a partir de uma espécie de “tipo ideal”.¹⁴

O Coronel era um ex-militar que enriqueceu, tornando-se um grande fazendeiro, com amplos poderes econômicos e sociais na cidade. Logo na primeira página do romance *Carolina* faz uma descrição detalhada de sua residência, buscando dar ao leitor a devida proporção das riquezas do personagem.

No topo de uma colina, donde se avistava tôda a propriedade, o Coronel Pedro Fagundes edificou a sua fazenda. Mandou construir uma residência suntuosa. Dava gôsto contemplá-la; todos que a viam, exclamavam – “que casa linda! Isto não parece obra do homem, parece obra da natureza! É uma pena construir uma casa tão bonita no campo”. E queriam saber o nome do arquiteto que construiu aquêle recanto tão poético (JESUS, 1963a, p. 15).

A riqueza é um dos pilares que, segundo *Carolina*, sustentavam o poder do coronel naquela região. O fato de ter muitas terras, ou todas as terras ao que parece, tornava o coronel um dos únicos empregadores do local. Se podia contratar trabalhadores, o coronel também podia contratar “seguranças” ou jagunços, como é indicado várias vezes no romance. Eram estes homens que faziam cumprir suas ordens, impondo obediência e temor em todos naquele lugar. “Depois a presença do coronel impunha respeito. Ninguém embriagava-se com receio de cometer algum deslize” (JESUS, 1963a, p. 25).

O poder do Coronel Fagundes, em muitas situações, é demonstrado por meio da personagem de Maria Clara, sua filha. “Maria Clara era riquíssima, nenhum jovem ousava aproximar-se dela com receio do Coronel Fagundes. O homem mais rico do Noroeste. As más línguas diziam que o coronel tinha jagunços” (JESUS, 1963a, p. 25). No romance este poder era tamanho que chegava a ser um fardo para a filha, a qual sempre fora tratada com “deferência especial”, nos termos de *Carolina*. Essa diferenciação a impedia de encontrar seu “príncipe encantado”, afinal, se ninguém se atrevia a cometer qualquer deslize que fosse na presença do

¹⁴Pelo seu conteúdo, essa construção reveste-se do caráter de uma utopia, obtida mediante a acentuação mental de determinados elementos da realidade. A sua relação com os fatos empiricamente dados consiste apenas em que, onde quer que se comprove ou suspeite de que determinadas relações [...] chegaram a atuar em algum grau sobre a realidade, podemos representar e tornar compreensível pragmaticamente a natureza particular dessas relações mediante um tipo-ideal (WEBER, 1982, p. 105).

Coronel, quem teria coragem de envolver-se com sua única filha? Isso é bem evidente no trecho a seguir,

Maria Clara dirigiu-se para o local onde estava o seu banco. Dois senhores que estavam sentados olharam para ela e retiraram-se sem protestar. [...]
- Porquê é que aqueles dois senhores deixaram o banco sem protesto?
- São empregados do papai (JESUS, 1963a, p. 33).

O diálogo entre Maria Clara e Paulo revela a dinâmica das relações de poder, que se estabeleciam principalmente através do trabalho, já que a maioria dos trabalhadores eram empregados do coronel. Isso confere ao coronel uma hegemonia social sobre seus dependentes, e, no caso do romance, como único fazendeiro da cidade, ele domina completamente a comunidade. Como Leal descreve, “Se um só ‘coronel’ fosse o dono de um distrito inteiro, a sua hegemonia social, resultante da propriedade da terra, seria incontestável naquela circunscrição, o mesmo ocorrendo em relação a todo o município, quando fosse o caso” (LEAL, 2012, p. 38).

Carolina, ao utilizar a ficção para abordar o sistema coronelista, transcende sua própria experiência de vida e eleva a crítica a um patamar mais complexo e abrangente. A ficção lhe permite não apenas registrar e reorganizar os elementos da realidade em que viveu, mas também oferecer uma crítica profunda ao sistema de poder da época. Entretanto, é importante destacar que a realidade vivida por Carolina e outros trabalhadores do período era ainda mais densa e multifacetada do que a idealização que, muitas vezes, surge na ficção, especialmente durante a década de 1920, quando o coronelismo começava a entrar em crise.

Essa crise foi impulsionada pela decadência da economia cafeeira, a qual, até então, sustentava as oligarquias, e pela fragilidade do próprio sistema político, que começava a desmoronar. Mesmo com o declínio, o coronelismo continuou a impactar profundamente a vida dos trabalhadores. Carolina, em sua obra, não apenas denuncia as injustiças e opressões do sistema, mas também captura esse momento de transição, registrando o declínio do coronelismo e suas consequências sociais e políticas.

Embora as mudanças econômicas, como a substituição de importações e o surgimento de uma indústria voltada para bens de consumo não duráveis (tecidos,

roupas, alimentos), tenham se iniciado ainda no final do século XIX (SINGER, 1998, p. 123), Carolina relata que essas transformações foram sentidas de maneira mais intensa em sua cidade natal, Sacramento, por volta de 1924. Isso coincidiu com a Revolta do General Isidoro Dias Lopes, a qual, segundo Carolina, era pouco compreendida pela população: “Ninguém sabia o porquê daquela revolução. Oposição ao presidente Artur Bernardes?” (JESUS, 2014b, p. 41).

Bernardes¹⁵ assumiu a presidência em 15 de novembro de 1922, e sua gestão foi caracterizada pela intensificação da repressão a opositores, sejam eles militares ou civis, incluindo lideranças operárias, com destaque para os anarquistas. Segundo Gomes, essa repressão não se limitou ao aumento da violência policial. Ela se manifestou também no amadurecimento de alianças entre a polícia, o patronato, setores da elite política e intelectual do Rio de Janeiro, e contou com o apoio da Igreja Católica (GOMES, 1987, p. 139).

Os debates políticos e sociais, entretanto, desenrolavam-se de maneira bastante distinta em Sacramento, no interior de Minas Gerais, em comparação com o eixo Rio-São Paulo. A dificuldade de comunicação com algumas regiões do país já representava, por si só, um grande obstáculo. Além disso, o analfabetismo predominante em grande parte da população tornava o acesso à informação ainda mais restrito, já que a maioria das notícias chegava pelos jornais. Carolina Maria de Jesus comenta sobre essa realidade: “Para nós que morávamos no interior chegavam apenas os comentários, bem adulterados” (JESUS, 2014b, p. 42).

Uma das poucas fontes de informação para Carolina e outros moradores de Sacramento era a leitura diária de trechos do jornal *O Estado de S. Paulo*, feita por Manoel Nogueira, um morador local que, ao final do dia, lia em voz alta para os vizinhos. Carolina relata que

Ao entardecer ele sentava-se na porta de sua casa e lia o jornal *O Estado de S. Paulo* para nós ouvirmos trechos que foram ditos pelo

¹⁵ Os anos de transição entre os governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes foram extremamente turbulentos. Em 1921, Bernardes, candidato à presidência nas eleições de 1922, foi acusado de ser o autor de cartas publicadas na imprensa que criticavam duramente o ex-presidente Hermes da Fonseca e o Exército. Embora o episódio nunca tenha sido esclarecido, ele exacerbou a já tensa relação entre o governo e as Forças Armadas, que se ressentiam de questões como o não aumento salarial e a nomeação de civis para os Ministérios da Guerra e da Marinha (JÚNIOR, 2018, p. 231). O governo de Bernardes, desde o início, foi marcado por conflitos. Em julho de 1922, poucos meses antes da sua posse, uma revolta militar eclodiu no Forte de Copacabana. Embora tenha sido reprimida em pouco mais de 40 horas, o episódio levou o Legislativo a decretar Estado de Sítio no Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro (JÚNIOR, 2018, p. 231).

Rui Barbosa; por exemplo, que cada estado deveria ceder terras para os negros cultivarem. Mas esse projeto não foi aprovado na Câmara (JESUS, 2014b, p. 44).

Apesar do esforço louvável de Manoel Nogueira, a informação que chegava aos ouvintes era fragmentada. Esse problema não se devia tanto à seleção das leituras, mas principalmente à censura imposta à imprensa da época. Durante as décadas de 1910 e 1920, o mundo passava por um clima revolucionário crescente, com levantes nos EUA, Inglaterra, França e Argentina (GOMES, 1987, p. 140). No Brasil, a situação também era tensa, especialmente nos grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, onde o movimento operário já estava parcialmente organizado em sindicatos e associações de classe. As principais reivindicações incluíam a jornada de trabalho de oito horas e a criação de tabelas salariais.

Contudo, o aumento da repressão e o fortalecimento de movimentos nacionalistas resultaram em uma série de derrotas para a classe trabalhadora. Além disso, o controle sobre a mídia impediu que as vitórias dos trabalhadores tivessem ampla divulgação. Algumas notícias eram veiculadas, mas de forma restrita, em jornais anarquistas como *Spartacus*, que circulava exclusivamente no eixo Rio-São Paulo (GOMES, 1987, p. 144).

Essa realidade fica evidente quando Carolina narra os debates sobre as leis trabalhistas, as quais ela atribui erroneamente ao presidente Arthur Bernardes. Mesmo as notícias que chegavam pelos jornais eram, muitas vezes, “adulteradas” e distorcidas pela censura ou pela falta de acesso a fontes confiáveis e abrangentes de informação no interior do país.

Ele prometeu ao povo que ia criar as leis trabalhistas. Dizem que chegou a escrevê-las. Não as divulgou por causa da oposição da imprensa. Dizem que a lei que ele idealizou é diferente da atual. O melhor salário seria o do homem do campo. O seu objetivo era descongestionar as grandes cidades (JESUS, 2014b, p. 50).

De fato, durante o governo de Bernardes houve a aprovação de algumas leis “reguladoras do mercado de trabalho”, nas palavras de Gomes (1988, p. 155). Em 1923, foi aprovada “as Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs) para os ferroviários e o projeto que criava o Conselho Nacional de Trabalho (CNT)”. Em 1926, também foram aprovadas as leis de “férias para comerciários e operários

industriais e o código de menores”, porém nenhuma delas chegou a sair do papel devido ao bloqueio do patronato e a conseqüente não promulgação por parte do presidente (GOMES, 1987, p. 155).

De qualquer modo, não podemos negar a defesa que os trabalhadores faziam em relação ao governo de Arthur Bernardes, segundo a narrativa de Carolina. Ela aponta que, para os trabalhadores de Sacramento, o governo de Artur Bernardes foi “a época das vacas gordas” (JESUS, 2014b, p. 52). A própria escritora corrobora com essa ideia em certa medida, sendo que essa análise pode ser entendida dentro da sua própria experiência enquanto trabalhadora.

Primeiramente ressaltamos a relação que ela faz entre o governo de Bernardes e o acesso à educação no país, segundo ela “a primeira coisa que ele fez foi distribuir uniformes, calçados e livros para as crianças pobres. [...] E foi instituída a caixa escolar” (JESUS, 2014b, p. 48). Esse acesso à educação pode ter sido interpretado como resultado da sua própria experiência de acesso à educação, a qual se deu em um momento bem próximo da adoção das políticas mencionadas por ela, por volta de 1921.

Outro ponto apontado por ela foi o incentivo às leis trabalhistas e, principalmente, ao trabalho no campo, já que, segundo ela “Para atrair os homens para o campo, o doutor Artur Bernardes mandou os fazendeiros pagarem nove mil-réis por dia” (JESUS, 2014b, p. 49). Observemos novamente que a experiência que ela teve na fazenda do senhor Olímpio Oliveira foi contemporânea do governo de Bernardes, e que a saída da fazenda representou também o fim de tal governo e início do governo de Washington Luís (1926-1930).¹⁶

Entretanto, apesar desses benefícios conquistados durante o governo de Bernardes, a realidade se mostrava mais complexa, e a própria Carolina nos mostra isso ao apontar que “se os ordenados eram elevados, os pobres continuavam sempre pobres” (JESUS, 2014b, p. 52). Isso se provou na experiência de trabalho na fazenda do Senhor Olímpio. Por mais que nesse momento ela e sua família tenham experienciado uma condição de vida muito melhor do que a vivida até aquele momento, (com certa “fartura” de alimento, uma renda que lhe permitia

¹⁶ Apesar do nome de Washington Luís não ter sido citado em nenhum momento da obra, em Antologia Pessoal (1996) nos deparamos com um poema escrito para esse presidente, exaltando seu governo. Meu Brasil proeminente / Pátria de Tiradentes / Berço de Washington Luiz. / Foi um grande presidente / que honrou o nosso país. / Merece a consagração / Do povo e da nação / Porque soube governar / Político íntegro e pioneiro. / Não deixou o nosso dinheiro / Desvalorizar-se... (JESUS, 1996a, p.118).

comprar além do mínimo e uma moradia que lhe passava um sentimento de segurança), ao serem expulsos, nada restou. Em suas próprias palavras, eles “continuavam sendo pobres”, encontrando-se imediatamente na mesma situação, ou até mesmo em situação pior, daquela que tinham ao deixarem Sacramento. “Chorei com dó de deixa a nossa casinha, as verduras, os pés de jiló. [...] Oferecemos a um motorista nossos porcos e as aves, e ele nos levou de volta para Sacramento” (JESUS, 2014b, p. 138).

Diante dessas contradições, o que mais nos interessa observar é que, de um jeito ou de outro, os debates em torno das leis trabalhistas e das mudanças sociais que ocorriam no país chegavam àqueles trabalhadores. Ou seja, eles também estavam inseridos nessas questões que norteavam os rumos dos mundos do trabalho, e suas próprias vidas por consequência. A ideologia do trabalhismo, nesse sentido, pode ser entendida como catalisadora dessa perspectiva. No entanto, longe de sujeitos passivos, resistiam na medida que as possibilidades iam se concretizando em suas vidas.

1.4 Migração: em busca de um novo começo

É duro para um homem achar-se como um estrangeiro perdido, indefeso, incompreensível e de origem misteriosa, em algum canto obscuro da Terra (CONRAD, In: SAID, 2013, p. 52).

Mencionei anteriormente que Sacramento foi, por mais de uma vez, lugar de retorno e também de recomeço para a família de Carolina. Retorno quando as tentativas de migração não ocorriam da forma planejada, e recomeço por ser ali onde se “planejaria” o próximo destino. Por mais humilde que fosse o lugar, lá eles ainda tinham um porto seguro, sem precisar pagar aluguel e cercados pelos seus familiares.

Entre as idas e vindas constantes entre Sacramento e outras cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo, podemos contar 16 deslocamentos (FRASSON, 2016, p. 76), sendo cinco deles de retorno para a cidade natal, como podemos observar na Figura 2.

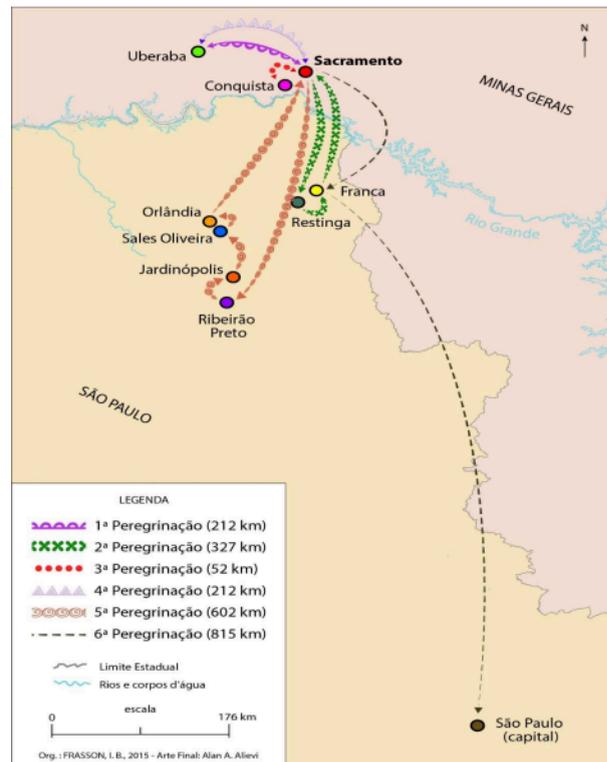


Figura 2: Idas e vindas a Sacramento
 Fonte: Frasson (2016, p. 77).

A década que se segue após a expulsão da fazenda do senhor Olímpio, aproximadamente entre os anos de 1926 até 1936, foram de grande dificuldade para Carolina e sua mãe, e também para muitos trabalhadores ligados ao campo. A concentração de capital nas grandes cidades, tendo em destaque São Paulo e Rio de Janeiro, a crise cafeeira e o aumento populacional começam a desencadear um aumento considerável de desempregados, ou “desempregados disfarçados”.¹⁷ Embora Singer esteja usando tal termo para analisar o crescimento acelerado da cidade de São Paulo e suas consequências para o agravamento de problemas urbanos, o tomarei emprestado para analisar o “desemprego disfarçado” no campo. Essa condição vivenciada pelos sujeitos no campo pode ser entendida como uma das causas do impulsionamento das massas migratórias para esses grandes centros urbanos. Carolina é quem nos faz pensar nessa hipótese, a qual se delinea já na análise do quadro explicitado, onde observamos seus deslocamentos, tendo como ponto final a cidade de São Paulo.¹⁸

¹⁷ Um desempregado disfarçado seria alguém cuja produtividade marginal é nula ou mesmo negativa. [...] na falta de estimadores diretos, é comum tentar-se avaliar o desemprego disfarçado pelo número dos que percebem rendas muito baixas (SINGER, 1998, p. 130-131).

¹⁸ Embora a ida para a fazenda do senhor Olímpio já tenha sido o primeiro movimento migratório feito pela família de Carolina, não incluirei neste tópico visto que ele durou quatro anos, tendo se tornado

Nesse sentido, a grande parte dos trabalhadores que migravam, o faziam pela necessidade de encontrar trabalho, ou de encontrar um trabalho que lhe provesse uma melhoria nas suas condições de vida, como maior acesso a saúde, educação, serviços de saneamento ou mesmo tecnologias, como energia elétrica, por exemplo. No caso de Carolina, é devido à necessidade de encontrar tratamento para uma doença que acometeu suas pernas que Carolina vai para Uberaba.

A tal doença não é denominada no livro, mas pela descrição feita podemos inferir que se tratava de varizes, visto que ela causava feridas nas pernas. Os sintomas começaram logo após o retorno para Sacramento, e durante dois anos Carolina conviveu com ela utilizando apenas tratamentos caseiros como forma de cura. “Eu bebia chá de ervas ‘carolinha veime’, tudo que me ensinavam” (JESUS, 2014b, p. 146). Mas sem repouso a doença apenas se agravava. Assim, a cidade se apresentou como um lugar onde poderia encontrar um tratamento adequado, garantindo-lhe inclusive o repouso necessário.

Chegar, no entanto, já se apresentava como um desafio. “[...] ouvi dizer que em Uberaba tinha bons médicos. Decidi ir até lá a pé” (JESUS, 2014b, p. 151). Impossibilitada de trabalhar e arrecadar fundos suficientes para a viagem, Carolina decide ir a pé, provavelmente agravando ainda mais as feridas.

Além disso, sem poder trabalhar, ela também não tinha dinheiro para pagar suas despesas na cidade de Uberaba, o que dificultou ainda mais a sua situação. Diante de tal situação, a única solução foi buscar a ajuda de uma conhecida, dona Maria Leonaldo. A recepção não foi nada calorosa, visto que a mulher cedeu-lhe apenas o quintal para pernoitar, e assim que o sol raiou ela tratou de expulsar Carolina, com a justificativa de que, com a doença, ela não tinha como colaborar com o aluguel ou as despesas da casa. Segundo dona Maria “ninguém lhe dá serviço” e, assim, ela devia procurar o asilo São Vicente de Paulo, que era o “lugar para os indigentes” (JESUS, 2014b, p. 152). Na afirmação em questão é interessante observarmos que, ao desenvolver uma doença Carolina é colocada, quase que automaticamente, na condição de indigente. A doença havia lhe tirado seu único instrumento de trabalho, seu corpo são. Assim, diante da impossibilidade

a fazenda um local de moradia relativamente permanente para eles. Os demais deslocamentos, no entanto, sempre se deram em curtos espaços de tempo, permanecendo, quando muito, um ano em cada cidade.

de se sustentar, sobrava apenas a opção de recorrer ao acolhimento da assistência social, denominado asilo.

O acolhimento no asilo proporcionou um abrigo temporário enquanto ela buscava tratamento médico na Santa Casa de Uberaba. Assim, após a consulta retornava para o asilo, local onde, supostamente, deveria repousar até curar suas feridas. No entanto, nada disso foi possível, a estrutura do asilo era precarizada e não havia quem executasse os serviços adequadamente, com segurança e higiene necessárias para um local de acolhimentos de desabrigados, em sua maioria doentes. As irmãs, segundo Carolina, “tinham nojo de lavar as roupas dos asilados” e, assim, designaram a tarefa a ela. Eram 30 pessoas asiladas naquele momento e apenas ela para lavar todas as roupas, por consequência, “as pernas não cicatrizavam” evidentemente. Sua única recompensa era ter “direito a comer a comida das irmãs”, mas isso não era suficiente, pois ela queria e precisava curar-se definitivamente (JESUS, 2014b, p. 153). Aquele trabalho além de não lhe proporcionar o repouso, também não seria remunerado, ou seja, continuaria fora do mercado de trabalho e sem possibilidades de poder auxiliar sua mãe, que havia permanecido em Sacramento. A opção mais plausível, diante dessa situação, foi voltar para a cidade natal, onde teria, pelo menos, moradia e a companhia da família.

Foi nesse meio tempo que se desencadeou, definitivamente, a mudança política que já vinha se desenhando por alguns anos. Segundo Carolina narra “Um dia amanheceu confuso, com as ruas cheias de soldados. Era a revolução” (JESUS, 2014b, p. 155). Esse momento histórico vivenciado e (posteriormente) narrado pela escritora é de extrema importância, pois ele moldou grande parte das expectativas perseguidas por ela nos anos que se seguiram. E não só dela! O discurso progressista em prol do trabalho e da industrialização, posteriormente chamado de “trabalhismo”, moldou as expectativas de grande parte da classe trabalhadora camponesa. Naquele momento, o trabalho no campo estava marcado pela intensa exploração e pela precarização da vida dos trabalhadores. Isso se expressa pela intensificação das migrações internas pós 1930. Segundo Singer, “De 1930 em diante, a imigração estrangeira, por razões externas e internas, perdeu quase toda importância”, mas, em contrapartida, “a absorção de mão-de-obra pela economia capitalista acelerou-se, graças a um aumento cada vez maiores das migrações

internas, cujo componente principal era a migração rural-urbana” (SINGER, 1998, p. 125).

O estado de Minas Gerais, segundo principal produtor de café do país, foi um dos principais atingidos. Ao analisar o rápido crescimento urbano da “grande São Paulo” Singer aponta ser “consequência da amplitude do desemprego estrutural no país”, já que, em 1970, quase 1 milhão de migrantes que residiam na Grande São Paulo havia migrado do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, Carolina também aponta que,

O povo falava que a revolução era a favor do homem do campo, que poderia deixar a vida no campo e residir nas cidades, encontrando emprego nas fábricas. O serviço nas fabricas não exigia homens especializados (JESUS, 2014b, p. 157).

É interessante observarmos as implicações desse pensamento disseminado entre a população rural naquele momento, de acordo com a escritora. A revolução estaria “a favor” do homem do campo pois ele poderia deixar tranquilamente o campo, sem risco de continuar desempregado, pois a cidade proveria suas necessidades por meio da industrialização. As fábricas seriam a solução para a classe trabalhadora do campo, pois ampliaria os postos de trabalho, com melhor remuneração e, principalmente, facilidade na realização da atividade, visto que “não exigia homens especializados”, da mesma forma que o trabalho no campo.

O discurso em torno da valorização do operário e posteriormente a definitiva criação das leis trabalhistas (lembrando que elas já aparecem nas expectativas dos trabalhadores desde o governo de Artur Bernardes), projetam uma perspectiva de grandes oportunidades no horizonte daqueles trabalhadores, principalmente àqueles que se encorajassem a sair de suas terras natais e migrar em busca de um novo futuro nas grandes capitais nacionais, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. É esse sentimento, expresso pelos trabalhadores, que Carolina narra em suas memórias daqueles dias,

- Eu vou para São Paulo e vou conseguir um empréstimo com o Getúlio e abrir uma indústria com cinquenta operários, porque o Getúlio diz que se o operário tiver emprego, ele não terá tempo para transviar-se e desajustar-se. Ele só concede empréstimo com a finalidade de que o beneficiado vai ser operário. E a indústria em São Paulo é lucro imediato (JESUS, 2014b, p. 159).

Essa reflexão,¹⁹ feita já em sua vida adulta, não deixa de evidenciar que ela mesma almejou os resultados provindos do trabalho nas cidades, principalmente pela propaganda feita por aqueles que primeiro conseguiram chegar àquele destino, passando a estabelecer como objetivo principal sua mudança para a cidade de São Paulo. Segundo ela narra,

E, agindo assim, o Getúlio vai predominar. Aqueles moços pobres, que se fardaram e entraram no estado de São Paulo, não mais voltaram para os seus estados. Conseguiram emprego em São Paulo. Na correspondência com os seus familiares, eles iam convencendo os seus parentes a transferir-se para o lado de lá. E aquela carta circulava de mão em mão, nos convencendo de que o estado de São Paulo era o paraíso dos pobres. E eu pensava: “Quando eu recuperar a saúde, quero conhecer a cidade de São Paulo. Quero ver a cidade sucursal do céu” (JESUS, 2014b, p. 158).

Na passagem observamos, além do desejo explícito de chegar à cidade de São Paulo, uma defesa, também bastante explícita, da figura de Getúlio Vargas, por meio da defesa do discurso ideológico propagado por seu governo. Não é novidade nenhuma que Carolina era, de fato, uma Varguista, tendo inclusive publicado um poema em 1950 em prol da campanha de Vargas, então candidato à presidência da república, no qual enaltecia a figura de Vargas (FERNANDEZ, 2015, p. 21).

É orgulho da nossa gente
É opinião Brasileira
Que temos um presidente
Que honra a nossa Bandeira
Getulio heroico e potente
Grande alma Nacional
Devia ser presidente
Desde o tempo de catedral
Getulio é competente

¹⁹ Ao rememorar essa experiência histórica, Carolina faz duras críticas a essa ilusão criada em torno da industrialização e conseqüente urbanização ilimitada. Em sua perspectiva a desvalorização do colono foi o que levou a essa evasão do meio rural, no entanto, aponta que se as terras fossem suas “seria rica”, evidenciando o caráter de fartura do campo. Após tantas experiências enquanto trabalhadora vivenciadas por Carolina, ao escrever *Diário de Bitita* observamos uma mulher madura, a qual abandonou as paixões políticas e que agora reflete sobre aqueles tempos com esse olhar. Como ela mesma afirma “Aqueles explicações do Senhor Manoel Nogueira não mais me entusiasmavam. Quando eu era menina, pensava que tudo o que ele dizia ia realizar-se. Agora já estava compreendendo que entra governo, sai governo, o pobre continua sendo pobre” (JESUS, 2014b, p. 159). Embora pareça que a reflexão tenha sido feita ainda no momento da experiência vivida, é mais certo pensarmos que tal pensamento se processa no momento da escrita, quando rememorado. No quarto capítulo buscarei discutir tais questões de modo mais aprofundado, principalmente com o intuito de compreender a condição de Carolina enquanto trabalhadora no momento de produção de tal obra.

Para guiar a Nação
Foi um grande presidente
Deixo minha impressão
Nas minhas orações peço
Ao bom Deus, justo e potente
Para ter breve regresso
O Getúlio a presidência (JESUS, 2014b, p. 54-55).

No entanto, a possibilidade de chegar a cidade de São Paulo ainda estava longe de ser alcançada por Carolina, sendo conquistada apenas seis anos após o início do seu governo. Os processos migratórios, apesar de intensos, na grande maioria das vezes se dão em condições bastante limitadas. No caso das migrações no Brasil na década de 1930 uma das principais limitações apontada por Singer está ligada às dificuldades de mobilidade dos trabalhadores para percorrerem grandes distâncias de uma só vez. Em suas palavras, “a incapacidade (econômica e social) dos migrantes brasileiros de abarcarem o conjunto do território na sua busca de trabalho” (SINGER, 1998, p. 134), limita-os a percorrerem curtas distâncias. Assim, em muitos casos os migrantes buscavam as cidades mais próximas, que prometiam um maior potencial empregatício e de qualidade de vida mais desenvolvida, (como observamos em diversos deslocamentos narrados pela escritora). Se o objetivo era chegar à capital de São Paulo (como foi o caso de Carolina), o trajeto provavelmente seria percorrido em etapas, tendo paradas estratégicas, principalmente para juntar dinheiro e poder prosseguir. Como é possível observarmos no mapa, a chegada definitiva à capital somente ocorreu por intermédio de uma professora de Franca, cidade paulista para a qual Carolina havia migrado. A tal professora estava se mudando para São Paulo e precisava de uma empregada doméstica para lhe acompanhar na mudança.

Essa experiência é compartilhada por muitos dos que migram, mesmo nos dias de hoje. Mas no caso mais específico da escritora, essa limitação teve um segundo agravante: a doença nas pernas. Além do incômodo natural causado por uma enfermidade, ela ainda impedia Carolina de conseguir trabalho, que por sua vez, a impedia de juntar dinheiro, para então chegar a cidade desejada (ou mesmo para suprir suas necessidades diárias com comida e moradia). O jeito foi buscar, mais uma vez, por tratamento nas cidades mais próximas e que já apresentavam um certo “progresso”, principalmente na área da saúde aos pobres e

marginalizados.²⁰ Assim, nessa segunda tentativa de buscar tratamento ela foi para o estado mais desenvolvido do país, descrito por muitos que para lá se mudaram como o “paraíso dos pobres” o Estado de São Paulo, pois “todas as cidades de São Paulo têm uma Santa Casa” (JESUS, 2014b, p. 170).

Assim, seu destino foi a cidade de Ribeirão Preto, escolhida, muito provavelmente, por ser o melhor destino que suas economias podiam alcançar naquele momento, sem que ela tivesse que ir a pé novamente. Segundo ela: “Minha mãe me deu trinta mil-réis e pensei: ‘Com esse dinheiro eu vou até Ribeirão Preto ver se consigo internar-me’” (JESUS, 2014b, p. 163). Ou seja, 30 mil-réis era o dinheiro que dispunha, somente a passagem custou 20 mil-réis, já consumindo dois terços de suas economias. Dessa forma, podemos supor que esse foi o destino mais longínquo que ela poderia ir e que prometia oferecer as melhores opções para ela naquele momento. Em primeiro lugar, realizaria o tratamento de saúde necessário para curar sua doença, e depois de curada teria mais chances de conseguir um emprego que a possibilitasse tanto se manter na cidade, como também juntar dinheiro para voltar a Sacramento, ou seguir para São Paulo capital (quem sabe).

Em meio à crise econômica enfrentada pelo país naquele momento, Ribeirão Preto foi um dos municípios que apresentaram melhor crescimento econômico e social a partir da década de 1930,²¹ parecendo, assim, uma escolha bastante certa para as suas ambições. Porém, logo na chegada suas expectativas já foram frustradas, quando ao procurar o tratamento médico recebeu o diagnóstico de que sua doença era de “ambulatório”, ou seja, não precisava de internamento. Ao que tudo indica ela só precisava ir a Santa Casa para fazer curativos de três em três dias. Nesse meio tempo, “Ficar onde?” (JESUS, 2014b, p. 163). Sem dinheiro e sem possibilidade de trabalhar, Carolina buscou abrigo na casa de uma tia, Ana, ouvindo

²⁰ Caso tivesse de ter pago por tratamento Carolina nunca teria condições de se curar de tal doença, situação que só será solucionada muitos anos após ela estar residindo em São Paulo, capital, mediante a realização de uma cirurgia, muito provavelmente realizada no Hospital das Clínicas. Segundo ela narra em Quarto de Despejo no dia 17 de julho de 1955, “Encontrei várias pessoas amigas e parava para falar. Quando eu subia a Avenida Tiradentes encontrei umas senhoras. Uma perguntou-me: – Sarou as pernas? Depois que operei fiquei boa, graças a Deus” (JESUS, 2014b, p. p. 15)

²¹ As condições bastante favoráveis de clima, solo fértil (enorme mancha de terra roxa), capacidade empresarial e utilização de técnicas modernas consubstanciaram-se em elevados níveis de produtividade e renda. Na medida em que colaboraram decisivamente para a manutenção da prosperidade nas áreas rurais, facultaram o desenvolvimento do setor comercial, industrial e de serviços do município de Ribeirão Preto, já então plenamente consolidado como a principal base urbana de convergência econômica da região (PIRES, 2004, p. 3).

já na chegada que “visitas de boca” não interessavam. Na manhã seguinte a tia a aconselhou a conseguir dinheiro, mesmo que por meio de esmolas, caso contrário que nem voltasse (JESUS, 2014b, p. 165-166). A recepção fria e antipática da família da tia Ana para com Carolina, revela mais do que a ausência de socialização e até mesmo de solidariedade. Mas nos indica uma condição mais generalizada vivida pelos trabalhadores nessas cidades, a instabilidade social. Apesar de ter uma casa confortável²² e todos terem um trabalho,²³ uma pessoa a mais para alimentar poderia significar um desequilíbrio na economia doméstica, ainda mais alguém doente, que provavelmente ficaria ali durante um período consideravelmente longo para recuperação.

É importante lembrarmos que o mesmo ocorreu em Uberaba, quando ela procurou ajuda com a sua conhecida, dona Maria Leonaldo que depois de uma noite mandou Carolina procurar ajuda no asilo, pois “Ninguém te dá serviço” (JESUS, 2014b, p. 152). Novamente, o fato de Carolina estar impossibilitada de contribuir com as despesas da casa, e ela própria ser mais uma despesa, gerou essa tentativa de afastá-la. No caso de Uberaba, essa questão fica ainda mais evidente pelo fato de haver outra mulher morando na casa de dona Maria Leonaldo naquele momento, porém, “ela era cozinheira de uma família rica. À noite ela trazia café, açúcar, sabão e dava para a dona Maria” (JESUS, 2014b, p. 152).

Mas a situação também nos revela a ausência do Estado na promoção da assistência aos pobres nos momentos de vulnerabilidade. Diferente de Uberaba, onde ela conseguiu abrigo temporário no asilo, em Ribeirão Preto esse tipo de instituição aparentemente não existia. Assim, a menor impossibilidade de trabalhar jogava esses trabalhadores na indigência completa, principalmente, em se tratando de um espaço urbano, onde as possibilidades de sobrevivência e a própria solidariedade entre os trabalhadores era limitada.

O trabalhador que deixava o meio rural em busca de uma nova condição de vida, ou mesmo em busca de tratamento médico, geralmente, não esperava que a situação se agravasse ainda mais, mas que, mesmo minimamente, encontraria maiores possibilidades de sobreviver na cidade. Contudo, na maioria dos casos,

²² Lembrando que essa era uma visão de Carolina baseada nas condições de moradia experimentadas por ela até aquele momento.

²³ É importante destacar que, segundo as impressões da autora, esse trabalho lhes permitia, não apenas suprir as necessidades básicas, como também comprar roupas bonitas e participar de bailes, ou seja, muito próximo daquilo que se propagava sobre a “ascensão” da classe trabalhadora.

aconteciam o oposto, pois a sobrevivência na cidade dependia, quase que completamente, do trabalho ininterrupto por parte do trabalhador, que, geralmente, migrava sozinho ou apenas com a família. Nesse sentido, as relações sociais estabelecidas no campo nos parecem mais sólidas a partir de uma perspectiva de união da classe trabalhadora, visto que existe um conjunto de relações recíprocas entre os trabalhadores de uma fazenda, por exemplo.

O pequeno núcleo familiar (mãe, pai, irmãos) também aparece como suporte, tanto emocional como financeiro, de acordo com as necessidades. Mais que isso, no campo raramente a necessidade se expressa como impossibilidade total de sobrevivência; visto que existem meios de produzir o próprio sustento, mesmo que limitado, enquanto que no meio urbano essa condição é inexistente. Assim, em casos como o experienciado por Carolina, existiam poucas alternativas para além da criminalidade ou da mendicância (DURHAM, 1984, p. 163). Nesse sentido, depois de considerar suas possibilidades diante da exigência da tia, Carolina decidiu que pedir esmolas era o único jeito de ela conseguir um pouco de dinheiro ou comida na condição em que se encontrava.

Segundo ela, “Tinha a impressão de estar sozinha sem Deus” (JESUS, 2014b, p. 167). A frase expressa o profundo sentimento de abandono. Longe da família, da sua terra, seus vizinhos e conhecidos, sem um Estado que a pudesse amparar ou acolher. Até Deus parecia se fazer ausente, tamanha a solidão que sentia naquele momento. Quando finalmente se decidiu e bateu na primeira casa, a mulher que atendeu foi logo acusando “Você é novinha e pedindo esmola. Não tem vergonha? É por isso que ninguém gosta dos negros, vocês são indolentes, imprestáveis. Vai trabalhar, nojenta”. E mesmo com a tentativa de Carolina explicar, afirmando que se encontrava doente e desamparada, a mulher continuou “Vocês medíocres, dão graças a Deus quando aparecem essas chagas nos seus corpos, para tirarem proveito da doença pedindo esmola”. Na segunda (e última) tentativa (relatada por ela) somente ouviu “Vai trabalhar, vagabunda!” (JESUS, 2014b, p. 167).

No decorrer desse processo migratório vivido e narrado pela autora, observamos a experiência daquilo que a filósofa espanhola Adela Cortina, denominou *aporofobia*. O termo é derivado da palavra grega *á-poros* (*άπορος*), a qual nomeia aqueles que não possuem recursos, os pobres, os desamparados,

mais a palavra fobia.²⁴ Embora o neologismo tenha ganhado visibilidade nos últimos anos,²⁵ ele nos permite refletir sobre valores e comportamentos morais presentes em experiências passadas, tornando-se atemporal. A própria chave de acesso da autora para conceituar o tema é atemporal, a aversão ao outro, no caso da autora, mais especificamente, por meio da xenofobia. Ao analisar movimentos migratórios e de refugiados na Europa atual, a autora chega à conclusão que a repulsa ao imigrante não está ligado a sua condição de imigrante, propriamente dita, mas sim de imigrante pobre, despossuído.²⁶

Embora Carolina sempre tenha vivido na pobreza, em outros momentos de sua vida, ela ainda possuía sua força de trabalho, a qual podia vender para sobreviver. Embora, muitas vezes, fosse menos que o mínimo que a dignidade humana exige, limitando-se à moradia e alimentação nas casas das patroas, condição que beirava a escravidão, essa remuneração garantia sua sobrevivência. Após sua enfermidade, entretanto, Carolina se encontrou totalmente despossuída, sem nada a oferecer à família, conhecidos ou à sociedade em geral. Nesse estado de vulnerabilidade extrema, ela foi completamente rejeitada. Seu sonho então passou a ser “ter saúde para arranjar dinheiro e competir com minhas primas. Queria transformar-me de gata borralheira em princesa” (JESUS, 2014b, p. 168). Esse relato reflete o profundo sentimento de rejeição e o desejo desesperado de ser aceita e valorizada, especialmente pela família, que naquele momento a olhava “com cara de nojo” (JESUS, 2014b, p. 168), vendo-a apenas como um estorvo.

É nesse contexto de completa marginalização e aversão ao pobre, que o Brasil estava passando por um período político em que o discurso em prol do trabalho formal estava no centro dos debates. Promovida por Getúlio Vargas, essa ideologia permeava o cotidiano dos trabalhadores por meio dos jornais e,

²⁴Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/aporofobia>> Acesso em 25 set. 2023.

²⁵ Inclusive sendo eleito como palavra do ano no ano de 2017. DEUS, Flávio Rocha de. O conceito “aporofobia” de Adela Cortina: reflexões sobre a sistêmica aversão aos pobres e a pobreza. 2021, p. 123.

²⁶ *Fue el 1 de diciembre de 1995 cuando publiqué una columna que llevaba por título «Aporofobia». Me refería en ella a una Conferencia Euromediterránea que tenía lugar en Barcelona en esos días y que pretendía poner sobre el tapete temas candentes en los países del área mediterránea; temas que hoy siguen siendo, como entonces, la inmigración, el terrorismo o los procesos de paz, y a los que habría que añadir la crisis y el desempleo. Era fácil presumir que expertos de todo el mundo dirían que el racismo, la xenofobia y los fundamentalismos religiosos son los mayores problemas del área mediterránea. Pero entendía yo — y sigo entendiendo— que en la base de todos ellos estaría como siempre un tipo de rechazo, aversión y miedo, que tenía por destinatarios a los pobres, aunque todavía no se le reconociera con un rótulo* (CORTINA, 2017, p. 22).

principalmente, pelo rádio e, segundo Carolina, moldando suas conversas e expectativas.

Na enfermaria, as mulheres falavam apenas da revolução. Que foi benéfica para o povo. Que havia modificado o padrão de vida do operário. O salário era compensador. Eles tinham possibilidade de ter conta bancária. Citavam as vantagens das leis trabalhistas. O operário pode aposentar-se na velhice e receber o salário integral. O operário estava contente com as leis. E o Getúlio já estava sendo cognominado de o pai dos pobres (JESUS, 2014b, p. 171).

Carolina continua descrevendo o sentimento geral,

O povo era disciplinado. Não havia conspirações porque o povo não era oprimido. Eles tinham a possibilidade de adquirir o que necessitavam sem serem oprimidos, sem sacrificarem-se. Todos vestiam-se bem. Nas ruas não se distinguia quem era o pobre de quem era o rico. Os preços estavam ao alcance de todos. Que inveja que eu sentia de não poder trabalhar (JESUS, 2014b, p. 171-172).

É interessante notar como, ao resgatar essa memória Carolina expressa essa perspectiva de melhoria das condições de vida como sendo para “o povo”, de modo geral, sugerindo que os benefícios das mudanças alcançavam a todos. Contudo, no momento seguinte, torna-se evidente que tais benefícios se dirigiam, principalmente, aos trabalhadores operários formais, aqueles que estavam registrados em carteira de trabalho, instituída em 1932. Apenas por meio desse registro, esses trabalhadores teriam acesso a direitos como a aposentadoria, por exemplo. A realidade, no entanto, era muito mais complexa, tendo sido esse um momento de intensos embates entre os trabalhadores e o governo de Vargas.

É interessante observar como a própria experiência de Carolina expostas nas narrações sobre a sua trajetória no mundo do trabalho ao longo de toda a sua vida, escancara as contradições desse discurso: enquanto o discurso oficial promovia a ideia de inclusão e melhoria de vida para todos os brasileiros, na “prática” (ou pelo menos o que se esperava), os benefícios eram restritos àqueles inseridos no mercado formal de trabalho. Para Carolina, que se encontrava do lado de fora desse sistema, a promessa do trabalhismo tornou-se inalcançável. Sua experiência revela, portanto, tanto a sedução do discurso varguista quanto às limitações estruturais que mantinham a maioria dos pobres, especialmente mulheres negras como ela, à margem dos benefícios prometidos pelo regime.

Mais do que isso, essa construção parece, entre outras coisas, justificar a própria situação da autora. Ao que tudo indica, nesse momento, a sociedade (e ela própria) só consideram o sujeito como trabalhador enquanto ele estiver trabalhando, o que não era o caso de Carolina. Assim, embora não se diferenciasse o pobre do rico nesse momento, Carolina não estava na condição de pobre, mas sim de pedinte e moradora de rua. Pobre era o trabalhador, que, apesar de exercer uma função, ganhava pouco, mas ainda assim possuía moradia e conseguia, mesmo que precariamente, sustentar-se. Ela, por sua vez, perdeu essa condição no momento em que adoeceu e decidiu sair de sua cidade. O que fica implícito nessa narrativa é o sentimento de que, no momento em que ela pudesse voltar a trabalhar, automaticamente, conseguiria tudo o que o então governo, (concentrado na figura do Getúlio, o pai dos pobres), prometia aos que trabalhavam. Em suas próprias palavras “Que inveja que eu sentia de não poder trabalhar”.

Pouco tempo depois Carolina deixou a Santa Casa pois suas pernas “continuavam na mesma” (JESUS, 2014b, p. 172). Seguiu então para a cidade de Sales de Oliveira, onde conseguiu um trabalho temporário na casa de uma costureira, que logo conseguiu emprego para ela em Orlândia, na casa do Dr. J. Manso Pereira e da Dra. Mietta Santiago. Foi nessa casa que Carolina experimentou uma condição um pouco mais favorável, visto que, além do trabalho e da moradia, os patrões também ofereceram um tratamento mais humanizado. Manso Pereira, era um médico de família tradicional, tendo lhe examinado e cuidando de suas pernas, fazendo curativos diários. Já dona Mietta, era uma feminista que lutou bravamente pelo direito ao voto das mulheres.²⁷

Ao que parece indicar em suas narrativas, nessa casa também encontrou apoio para retomar sua paixão, a leitura, a qual foi praticada de forma um tanto esporádica durante os anos de peregrinação, certamente devido às próprias imposições da sua situação. Ainda na entrevista de emprego a patroa lhe perguntou se sabia ler e escrever, entregou-lhe um papel e pediu para que escrevesse tudo o que sabia fazer, o que Carolina prontamente fez com orgulho, “Sei lavar roupa, passa-la, remenda-la, pregar botões, fazer bolos, sabão, doce, encher frangos,

²⁷ Na época chegou a se candidatar a deputada federal, mas não foi eleita. Mas por causa dela, as mulheres passaram a ter direito a votar e a ser votada, depois que entrou com um mandato de segurança para forçar o governo a cumprir a Constituição Federal de 1928 (FARIAS, 2017, p. 87.).

encerar a casa”. Quando devolveu o papel a mulher elogiou sua letra “Sorri, porque uma doutora elogiar a minha letra” (JESUS, 2014b, p. 176).

Além disso, também é importante lembrarmos que foi nessa residência que Carolina encontrou o *Dicionário Prosódico*, de Antônio José de Carvalho e João de Deus, encaixotado no quartinho em que dormia. O livro em questão é caracterizado por Farias como uma “joia rara”, visto que, “além de mostrar uma ampla lista de unidades lexicais e seus respectivos significados, conta com o recurso de mostrar, entre parênteses, a forma recomendada de pronunciar cada uma delas” (FARIAS, 2017, p. 89). Assim, esse achado provavelmente contribuiu muito com o aperfeiçoamento da leitura e, principalmente, com o desenvolvimento de sua escrita e sua constituição enquanto escritora e poetisa.

Apesar de apresentar alguma condição de dignidade (comparando com a experiência dela até esse momento), esse trabalho não lhe proporcionava aquilo que Getúlio prometia para os operários, aposentadoria, remuneração adequada, poder andar bem vestido, ser respeitado enquanto trabalhador, ou seja, uma vida para além da simples sobrevivência diária. No caso de Carolina, tudo isso também poderia significar a continuação de seus estudos e o ingresso, de fato, em uma carreira como escritora e poetisa, visto que era “em São Paulo que os jovens vão instruir-se para transformar nos bons brasileiros de amanhã” (JESUS, 2014b, p. 203). Talvez não seja mera coincidência que ela resolve deixar o trabalho na casa dos doutores logo após estes retornarem de uma viagem à capital paulista e relatarem “os progressos na cidade industrial” (JESUS, 2014b, p. 203).

Cansei daquela vida. Decidi seguir para Sacramento. Levei os livros velhos que estavam no quartinho para eu ler. Quando cheguei à minha cidade, fui recebida com hostilidade pelos meus parentes. Eu já estava mais inteligente e observava as fisionomias rancorosas. Pensei: “eles não sentem saudades”.

[...] Minha mãe disse-me:

- Quando você chega, eu já sei que vou ter aborrecimentos. Eu já não lhe disse para você ficar por lá? Não é implicância, nem antipatia da minha parte, é para o seu próprio bem. É um espetáculo duro para mim presenciar eles te judiarem (JESUS, 2014b, p. 177).

O relato, bastante triste, nos revela parte da sua condição intrínseca, de alguém que não se encaixava naquela sociedade. Alguns elementos que parecem compor essa condição são revelados na narrativa, os livros, a inteligência, a experiência de alguém que saiu e voltou e, por esse motivo, não pertence mais

aquele lugar. Os hábitos, o modo de vida, tudo mudou. No caso dela, isso se intensificava pela sua disposição para a leitura. Como havia trazido os livros que encontrou na residência dos doutores passava os dias sentada na frente da casa de sua mãe lendo, o que causava profunda estranheza na comunidade sacramentense. A situação chegou ao ponto em que Carolina e sua mãe foram presas por esse motivo.

A experiência da prisão narrada na obra revela a forma degradante que foram tratadas, como resultado de uma prisão sem motivo nenhum. Passaram fome, foram humilhadas e espancadas com tamanha violência que o braço de sua mãe foi quebrado pelo soldado, “ela desmaiou, eu fui ampará-la, o soldado continuou espancando-me” (JESUS, 2014b, p. 182). Essa foi a última gota que faltava para que Carolina saísse de vez de Sacramento rumo ao Estado de São Paulo e, finalmente, à cidade de São Paulo.

Em um primeiro momento, ela e a mãe viajaram juntas, até Franca, mas depois de algum tempo tentando sobreviver naquela cidade, elas se separaram. Sua mãe retornou para Sacramento (sendo esta a última vez que estiveram juntas). Em 1937, após cerca de dois anos residindo em Franca e seus arredores, Carolina finalmente conseguiu uma forma de ir, definitivamente para a capital, por intermédio de uma professora que estava de mudança e queria “uma criada para vir a São Paulo” (JESUS, 2014b, p. 205).

Durante esse tempo em que residiu em Franca, Carolina trabalhou como empregada doméstica, cozinheira e lavadeira, tanto nas casas da elite local, como também na Santa Casa de Franca. Esse último, por sinal, lhe rendia um bom ordenado e também uma boa condição de moradia e alimentação. Quando pediu demissão, sua prima Dolores a xingou “Você é burra. Idiota. Você estava ganhando quase cem mil-réis por mês e teve coragem de sair” (JESUS, 2014b, p. 203). O motivo para o abandono do emprego foi a proibição por parte das irmãs de divertir-se, “comecei a sentir falta das diversões, então decidi sair. Poderia ganhar menos em outra casa, mas poderia sair as domingos, ir ao cinema, passear” (JESUS, 2014b, p. 203). Ou seja, apesar de alguns benefícios naquele lugar ela não era uma “trabalhadora livre nacional”, condição que acreditava poder encontrar na cidade de São Paulo. O trabalho, nesse sentido, não deveria estar restrito à mera sobrevivência, mas também proporcionar lazer e diversão, como prevê a própria constituição federal.

É com esse sentimento que Carolina narra o seu desembarque na estação da Luz, evento que encerra *Diário de Bitita*,

Quando cheguei à capital, gostei da cidade, porque São Paulo é o eixo do Brasil. É a espinha dorsal do nosso país. Quantos políticos! Que cidade progressista. São Paulo deve ser o figurino para que este país se transforme num bom Brasil para os brasileiros. Rezava agradecendo a Deus e pedindo-lhe proteção. Quem sabe ia conseguir meios para comprar uma casinha e viver o resto de meus dias com tranquilidade... (JESUS, 2014b, p. 206).

Nesse primeiro momento da vida de Carolina podemos observar parte das condições de vida experimentadas pelos trabalhadores pobres do interior do país, mais especificamente do Estado de Minas Gerais. Os desafios de sobrevivência e as experiências de trabalho compartilhadas por eles nos revelam as mudanças econômicas, políticas e sociais pelas quais passava o país naquele momento. A crise oligárquica e a revolução de Vargas trouxeram novos desafios para a classe trabalhadora, bem como expectativas em meio às políticas econômicas implementadas naquele momento. Por meio das narrativas de Carolina percebemos, nessa perspectiva, como essas transformações impactaram diretamente suas vidas, tanto para o bem como para o mal. Agora ela segue em busca daquilo que lhe foi propagandeado, caso chegasse à terra prometida. O que será que ela encontrou por lá?

CAPÍTULO II

1937-1958 – CONSTRUINDO SEU LEGADO: QUEM SEREI?

2.1 O desembarque: primeiras impressões

Diferente de outros momentos da vida de Carolina, entre 1937 e 1948 não temos um diário, propriamente dito, mesmo que escrito de forma retrospectiva, como *Diário de Bitita*. Assim, as informações que dispomos sobre sua trajetória ao longo desses anos é proveniente de fontes bastante diversas, sendo algumas delas descobertas apenas recentemente graças ao trabalho de investigação de pesquisadores da sua vida e obra.

Isso não significa dizer que Carolina não produziu evidências sobre sua vida na grande São Paulo nesses primeiros anos, isso seria uma mentira refutada por qualquer um que hoje conheça o conjunto da obra de Carolina. A questão é, que a maioria dessas fontes são bastante particulares se comparadas com àquelas referentes a outros anos de sua vida, sendo em sua maioria poemas difíceis de datar, já que ela costumava reescrever diversas vezes suas obras, como ela mesma apontou. “Entreguei-lhe a comédia que reescrevi” (JESUS, In: FERNANDEZ, 2015, p. 217). Também temos algumas notícias de jornais que, embora também sejam bastante presentes nos anos subsequentes a publicação do Quarto, aqui são produzidas com uma perspectiva diferente, visto ela ainda ser uma mulher anônima, pobre e negra.

Como podemos observar, é carregada de expectativas e motivada, principalmente, pelo discurso trabalhista que se propagava pelo país naqueles anos, que Carolina desembarca em São Paulo, em 31 de janeiro de 1937. Em um primeiro momento, é esse objetivo que Carolina irá perseguir na capital, mesmo que de forma breve. Segundo Farias, “A informação que temos [após seu desembarque na capital] é que ela trocou a casa da professora Romélia para trabalhar numa fábrica, onde ainda se encontrava trabalhando no início de 1940, pegando no serviço provavelmente no horário da tarde” (FARIAS, 2017, p. 113). As informações foram obtidas pelo pesquisador por meio de uma notícia de jornal publicada, em 1940, no

jornal Folha da Manhã, com o seguinte título: *Carolina Maria, poetiza preta – versos que falam ao coração dos humildes – Ninguém a leva a sério...*²⁸

Essa reportagem feita por Willy Aureli é um documento muito interessante para compreendermos as expectativas e a realidade encontrada por ela nos primeiros anos em que morou em São Paulo. Assim que entrou na sala da reportagem, ela foi se apresentando como poetisa, e complementa “faço versos... ninguém me leva a sério!”, (daí o subtítulo escolhido pelo jornal). Aqui já temos a evidência de que Carolina, assim que se estabeleceu em um emprego que, supostamente lhe proporcionaria uma condição digna de vida, buscou concretizar também suas aspirações de se tornar uma escritora reconhecida, perseguindo, desde os primeiros anos em que esteve na capital, os rastros dos intelectuais, jornalistas e escritores profissionais. “Ando pelas redacções, e quando sabem que sou preta, mandam dizer que não estão...”

O próprio Willy Aureli aponta, logo no início da reportagem, que ao saber que havia uma “fazedora de versos” a sua espera tentou se livrar o quanto antes, pois “É bom que os leitores saibam: os jornalistas tem verdadeiro pavor às mulheres metidas a literatas, poetizas, declamadoras!”. Isso pode ser resultado de três questões de cunho social: o machismo, o racismo e a consequente expressão desses preconceitos nos níveis de escolaridade das mulheres no Brasil naquele momento. Segundo os dados presentes no censo realizado pelo IBGE, em 1940, havia 6.035.869 pessoas pretas declaradas, dessas, 1.056.198 estavam com idade entre 20 e 29 anos. No quadro que cruza as informações de nível de escolaridade com a cor temos que, desse total, 802.593 mil pretos não sabiam ler. Das 547.400 mil mulheres pretas autodeclaradas entre 20 e 29 anos, 440.310 mil não sabiam ler ou escrever. No caso das mulheres brancas a porcentagem chega a quase 50% das declaradas entre 20 e 29 anos que não sabiam ler. Embora sendo uma proporção muito maior de alfabetizadas, os números ainda são bastante expressivos da quantidade de mulheres analfabetas no país.

²⁸AURELI, Willy. Carolina Maria, poetiza preta. Folha da Manhã, fev. 1940. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=21600&anchor=141712&origem=busca&originURL=&p d=e3b5eb6743993cece51b74eeb39b5ff6>> Acesso em: 25 out. 2023.

17. PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS, POR SEXO E GRUPOS DE IDADES,
SEGUNDO A INSTRUÇÃO E A CÔR

N.º de ordem	INSTRUÇÃO E CÔR	TOTALS			PESSOAS DE 5 A 29 ANOS					
		Total	Homens	Mulheres	De 5 a 9 anos		De 10 a 19 anos		De 20 a 29 anos	
					Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	TOTALS	34 796 665	17 358 587	17 438 078	2 923 976	2 834 840	4 839 884	4 932 119	3 485 153	3 684 572
2	Sabem ler e escrever	13 292 605	7 344 772	5 947 833	393 918	400 556	2 049 206	2 082 733	1 798 118	1 512 148
3	Branços	10 339 796	5 662 197	4 677 599	314 612	319 051	1 581 077	1 597 039	1 358 343	1 176 982
4	Pretos	954 903	553 469	401 434	23 732	24 422	153 167	159 879	145 005	105 562
5	Amarelos	117 713	71 321	46 392	4 710	4 492	21 930	19 103	17 510	10 519
6	Pardos e de côr não declarada	1 880 193	1 057 785	822 408	50 864	52 591	293 032	306 712	277 260	219 085
7	Não sabem ler nem escrever	21 295 490	9 908 255	11 387 235	2 467 350	2 375 308	2 771 928	2 831 130	1 678 374	2 164 177
8	Branços	11 587 489	5 340 045	6 247 444	1 476 798	1 431 253	1 446 094	1 494 981	855 442	1 142 140
9	Pretos	4 186 728	1 979 605	2 207 123	391 307	370 926	561 370	564 602	362 283	440 310
10	Amarelos	80 000	35 195	44 805	12 207	11 790	6 791	7 485	4 182	7 294
11	Pardos e de côr não declarada	5 441 273	2 553 410	2 887 863	587 038	561 339	757 673	764 062	456 467	574 433
12	De instrução não declarada	208 570	105 560	103 010	62 708	58 976	18 750	18 256	8 661	8 247
13	Branços	128 608	65 377	63 231	41 371	39 264	10 680	10 505	4 525	4 114
14	Pretos	31 004	15 546	15 458	8 209	7 603	3 249	3 073	1 510	1 528
15	Amarelos	2 239	1 095	1 144	697	727	139	147	87	87
16	Pardos e de côr não declarada	46 719	23 542	23 177	12 431	11 382	4 682	4 531	2 539	2 518

Figura 3 – Censo estatístico de 1940

Fonte: Biblioteca IBGE²⁹

Assim, o descarte logo de início de uma mulher “fazedora de versos” era quase certo, como apontou Aureli, afinal, a chance de ser apenas uma sonhadora era grande. Carolina, claro, era uma sonhadora, mas uma sonhadora diferente, carregada de confiança e um talento que transbordava no seu próprio jeito de se expressar. Aureli logo percebe isso e a conversa se desenrola. Mesmo tendo afirmado no início que logo deu um jeito de “despachar” aquela figura inusitada, alegando estar com o “horário apertado”, ao final da entrevista, quem saiu às pressas, já atrasada, foi a poetisa.

A curta biografia apresentada por ele dizia o seguinte: “Chama-se Carolina Maria, tem 26 anos de idade, nasceu em Sacramento, Minas Geraes. Das Alterosas veio para a paulicéa como criada de servir e, logo depois, evoluindo, acabou numa fábrica, onde ainda se encontrava trabalhando”. Não podemos afirmar quem adjetivou a mudança de emprego, se o jornal, ou ela mesma, colocando tal acontecimento como uma “evolução”, mas de um ponto de vista geral provavelmente foi isso que representou para a condição vivida por Carolina até aquele momento. No entanto, resta-nos agora indagarmos qual o limite dessa evolução do ponto de vista das expectativas que ela tinha antes de sua chegada à capital, afinal, pouco tempo depois sabemos que Carolina deixou a fábrica e retornou à profissão de empregada doméstica.

²⁹ Tabela disponível em:

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf> Acesso em: 25 out. 2023.

No percurso de chegar a cidade de São Paulo vários indícios apontam para o interesse de Carolina de conseguir empregar-se como operária, tendo em vista os inúmeros benefícios que eram prometidos a esses trabalhadores, como aposentadoria, salário digno, carteira assinada, permitindo-lhes certa estabilidade. Mas, ao falarmos que Carolina trabalhou em uma fábrica, é apenas isso que sabemos, nenhuma informação extra me parece ter sido encontrada sobre o período em que esteve trabalhando neste lugar. Não sabemos qual fábrica era, ou qual seu posto de trabalho, sendo informações importantes para analisarmos sua condição de vida, pelo menos do ponto de vista material. Afinal, falar em fábrica implica em uma série de condições de trabalho, remuneração e organização de classe.

Arrisco-me a dizer, no entanto, que o trabalho na fábrica provavelmente lhe permitia uma certa remuneração constante e até suficiente para manter suas necessidades básicas diárias, como alimentação, moradia e vestimenta, mas não alterou significativamente sua condição social, além de não satisfazer suas reais aspirações. É esse segundo ponto que a matéria da Folha da Manhã mais nos indica. O objetivo da sua ida à redação era apresentar suas poesias e, quem sabe, conseguir uma forma de transformá-las em sua fonte de renda. E isso fica bastante explícito no trecho a seguir.

- “Sei não”... minha cabeça está cheia de versos, brotam sozinhos e eu coloco-os no papel... Outros aproveitam do meu saber. Há discos com poesias da minha lavra. Mas adianta reclamar? Eu produzo e outros lucram... (JESUS, In: AURELI, 1940).

O trecho indica mais do que a naturalidade com que a poesia está presente na sua vida, como uma verdadeira vocação, mas também aproveita para fazer a defesa do seu talento. Ela não apenas escreve versos, ela escreve bons versos, tão bons que estão em discos já lançados e que são rentáveis (parece-nos até um presságio do que lhe aguardava). Willy Aureli então escolheu um de seus poemas, o Colono e o Fazendeiro, o qual foi publicado junto à matéria.

A reportagem se encaminha para o fim, pois já era meio dia e meio e ela tinha que ir para a fábrica, indicando ser o seu turno de trabalho o da tarde (última informação que temos sobre a sua ocupação). Aureli ainda aponta que ela prometeu

regressar e conclui “É possível que ainda se torne celebre...”, também reconhecendo o talento iminente daquele “caso exótico” com o qual, felizmente, deparou-se na manhã daquele sábado.

Essa publicação no jornal, ao que tudo indica, reforçou positivamente as expectativas de Carolina, visto que de certa forma comprovou que seu talento para a poesia merecia atenção e reconhecimento. Outro indício dessa perspectiva é a próxima fonte localizada onde podemos vislumbrar aspectos da sua vida enquanto trabalhadora. Novamente se trata de uma reportagem, porém dessa vez concedida ao repórter do jornal *A Noite*, com sede no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1942, com o seguinte título: *Poesia, fogões e panelas... Queimou a feijoada por causa de um verso – com a cabeça cheia de borboletas! Tem o “vício da poesia” - Uma palestra pitoresca com a “poetisa negra”*³⁰.

Essa reportagem foi primeiramente mencionada no livro de Tom Farias (2017), trazendo à tona uma informação até então desconhecida, aparentemente até mesmo de sua filha, Vera Eunice. Mas a veracidade do documento, disponível no banco de dados da Biblioteca Nacional Digital, não deixa dúvidas que ela estava vivendo na cidade maravilhosa nesta época. O que não nos é possível saber é o momento em que ela foi, ou quanto tempo ficou por lá, embora na reportagem é possível saber que já havia chego há algum tempo, pois relata algumas experiências de trabalho já vividas. Também sabemos que em certo momento ela retorna para São Paulo. Tom Farias acredita não ter demorado muito, sendo “provavelmente ainda no ano de 1942” (FARIAS, 2017, p. 126).

A primeira coisa que eu gostaria de chamar atenção é para o título de *Poetisa negra*, o qual foi dado, aparentemente por Willy Aureli, em 1940. Ao chegar à redação do jornal “Folha da Manhã” em 1942 é com esse “cartão de visitas” que ela se apresenta. O fato de Carolina tomá-lo para si nos parece bastante emblemático da sua forma de pensar a sua própria existência e carreira enquanto escritora. Como já demonstrado anteriormente, eram poucas as mulheres negras que sabiam ler ou escrever no país por aqueles tempos, muito menos as que faziam versos e se apresentavam em redações com os cadernos em punho, pronta a escancará-los

³⁰ Poesia, fogões e panelas... Queimou a feijoada por causa de um verso – com a cabeça cheia de borboletas! Tem o “vício da poesia” - Uma palestra pitoresca com a “poetisa negra”. *A Noite*, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=12978> Acesso em: 25 out. 2023.

para o mundo. Assim, uma hipótese é a de que ela estava criando uma marca, uma identidade para si, para quando aparecesse em editoras e jornais fosse prontamente reconhecida: cadernos na mão, sorriso níveo, pele negra, só poderia ser “A poetisa preta”.

Outro ponto importante de ressaltarmos é a valorização que ela faz da sua cor, como um ponto positivo do seu diferencial. Por mais de uma vez ao longo de sua obra Carolina enaltece sua cor e suas raízes, principalmente a figura do seu avô, seu Benedito José da Silva, o qual se destacou na comunidade Sacramentense devido a sua sabedoria sem igual. Segundo ela apontou em *Diário de Bitita*, “O meu avô rezava o terço. Quem sabia rezar, era tratado com deferência especial. [...] Eu ficava vaidosa por ser neta de um homem que sabia rezar o terço, convencida de que éramos importantes” (JESUS, 2014b, p. 59-60), além disso, “Era conhecido como um Sócrates Africano” (JESUS, 2014b, p. 117). Embora ela tenha entrado na educação formal por intermédio de uma patroa de sua mãe, como já observado no capítulo anterior, o avô é apontado por muitos pesquisadores da vida e obra de Carolina como sendo a principal figura a incentivar e inspirar Carolina a seguir suas aspirações no mundo intelectual.

O meu avô tinha desgosto porque seus filhos não aprenderam a ler, e dizia:

- Não foi por relaxo de minha parte. É que na época que os meus filhos deveriam estudar não eram franqueadas as escolas para os negros. Quando vocês entrarem nas escolas, estudem com devoção e esforcem-se para aprender.

E nós, os netos, recebíamos as palavras do vovô como se fossem um selo e um carinho (JESUS, 2014b, p. 60).

Assim, ao que tudo indica, na concepção de Carolina, a Poetisa Preta tinha um papel importante a cumprir nas defesas sociais, demonstrando por meio de sua própria condição, como a educação formal era o que faltava para que os negros demonstrassem seus verdadeiros talentos, seguindo o legado do avô, o Sócrates

Africano.³¹ Ao longo de sua trajetória como escritora, essa questão vai se tornando ainda mais evidente, como veremos mais profundamente no terceiro capítulo.

Após uma certa introdução ela então expõe sua verdadeira intenção da sua ida à redação, segundo ela, “Quero um emprego, por exemplo, numa casa editora, onde eu pudesse escrever, escrever e só escrever...compreendeu?”. Essa, na verdade, foi sua maior motivação para ir ao Rio de Janeiro, como ela mesma relata ao repórter, “Quis conhecer a ‘Cidade Maravilhosa’, centro de maior cultura e campo amplo para quem tem aspirações como eu”, mas em seguida logo quebra a expectativa ao constatar que, “Ah! Meu bem! Quanta desilusão me esperava aqui...”

2.2 Rio de Janeiro: viver e sobreviver na Cidade Maravilhosa

A entrevista no jornal *A Noite* foi muito maior que a realizada pela *Folha da Manhã* em 1940. Nela Carolina expôs vários versos, falou da sua vida presente e passada, suas experiências de trabalho frustradas devido a sua imaginação poética e fez publicidade de um livro que gostaria de publicar, quase como um breve currículo verbal. Nesse sentido, essa reportagem nos permite inferir outras questões mais urgentes, as quais têm relação com o próprio mundo do trabalho em que ela estava inserida (e também naquele que ela gostaria de se inserir: o mundo do trabalho intelectual).

Primeiramente, ao desembarcar no Rio e poder viver “honestamente”, como ela aponta, empregou-se em uma cozinha, ocupação já desempenhada por ela em algumas ocasiões, antes de chegar à capital paulista, além de ter exercido uma segunda ocupação, que, embora não seja esclarecida qual tenha sido, tudo indica estar relacionada também ao trabalho doméstico. A partir dessa empregabilidade vivida por Carolina podemos observar algumas questões que permeavam a vida da classe trabalhadora carioca na primeira metade do século XX. Essas relações, no entanto, estavam diretamente relacionadas ao processo de urbanização, industrialização e segregação espacial pelo qual passou a capital carioca ainda no final do século XIX.

³¹ Dado à época em que seu avô rezava o terço, tomarei a liberdade de colocar essa prática como uma forma de educação formal, aprendida de forma sistemática, mesmo que apenas por meio da repetição oral. Como bem retrata Carolina, eram poucas as pessoas naquela comunidade que sabiam como conduzir a reza, e por esse motivo seu avô era convidado a rezar em vários lugares diferentes, como um verdadeiro especialista da área.

Esse processo esteve diretamente ligado à intensa demolição dos cortiços presentes no centro urbano do Rio de Janeiro, principais locais de moradia dos trabalhadores.³² As reformas urbanas realizadas no centro da capital federal na primeira década do século XX, reconfiguraram as formas de morar e de trabalhar dos pobres do Rio de Janeiro, tendo em vista o deslocamento espacial dos seus locais de moradia e, por consequência, de trabalho (LAGO, 2015, p. 40). Uma hipótese que podemos desenvolver a partir dessas transformações, é a de que a escolha pelos trabalhos domésticos por parte de Carolina pode estar mais atrelada às suas consequências que ao próprio trabalho em si, afinal, antes de deixar São Paulo ela não estava mais trabalhando como empregada doméstica, mas sim como operária. Por que retornar para essas atividades então?

Primeiramente devemos ter em consideração que, embora se aponte a demolição dos cortiços como o primeiro passo nessa remodelação, devemos lembrar que a primeira etapa de reconfiguração da cidade se deu com a criação dos bairros da elite, os subúrbios, principalmente com a expansão das zonas Norte e Sul.³³ É certo que a criação desses bairros nobres, suburbanos, não estava na mesma escala, tanto em relação à distância, quanto à estrutura, que os bairros periféricos da classe trabalhadora teriam.³⁴

Essa informação nos interessa, pois nos permite entender a gênese das possíveis motivações das decisões trabalhistas tomadas por Carolina ao desembarcar na Cidade Maravilhosa. A proximidade e a facilidade de deslocamento dessas áreas em relação ao centro da cidade muito provavelmente foram pontos decisivos da escolha de Carolina pelos trabalhos domésticos, os quais eram predominantemente oferecidos nessas regiões. Ainda segundo Lago, nessas duas

³² Segundo Ermínia Maricato “As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno ‘à moda’ da periferia. Eram feitas obras de saneamento básico e embelezamento paisagístico, implantavam-se as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista, ao mesmo tempo em que a população excluída desse processo era expulsa para os morros e as franjas da cidade. Manaus, Belém, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Recife, São Paulo e especialmente o Rio de Janeiro são cidades que passaram, nesse período, por mudanças que conjugaram saneamento ambiental, embelezamento e segregação territorial” (MARICATO, 2000, p. 22).

³³ “No início deste século já era possível localizar o lugar de cada classe social no espaço urbano do Rio de Janeiro. O processo de separação entre pobres e ricos havia sido inaugurado no final do século passado, quando as camadas sociais abastadas foram deslocadas para novos bairros recém-construídos especialmente para elas” (LAGO, 2015, p. 40).

³⁴ “O grande capital comercial nacional passou cada vez mais a ser aplicado em serviços públicos e em imóveis nas áreas servidas pelas linhas de bonde. O capital estrangeiro, por sua vez, teve condições de se multiplicar, pois controlava as decisões sobre aquelas áreas, além de ser responsável pela provisão de infra-estrutura urbana”. (LAGO, 2015, p. 40).

zonas [Sul e Norte], “a heterogeneidade era marcada pelo alto percentual de trabalhadores em serviços domésticos — cerca de 26% na Zona Sul e 22% na Zona Norte” (LAGO, 2015, p. 41).

Em contrapartida, os locais de moradia da classe trabalhadora, juntamente com os postos de trabalho nas indústrias, foram empurrados para a distante periferia, em locais com pouca infraestrutura e de difícil deslocamento para as regiões centrais. Isso, além de dificultar o acesso ao objetivo principal de Carolina ao se mudar para o Rio de Janeiro, que era o de perseguir sua carreira de escritora e poetisa, provavelmente dificultaria sua própria permanência na capital em um primeiro momento. Afinal, a demolição dos cortiços e albergues das áreas centrais, também significou a retirada dos locais mais baratos de acomodação provisória dos trabalhadores pobres.

Apesar de serem locais insalubres, os cortiços representavam uma possibilidade de parada temporária, por exemplo, no intervalo entre sair de um emprego e encontrar outro, ou mesmo para uma recém-chegada, como Carolina. Ao relatar sua situação na capital paulista poucos anos depois, ela aponta que, “quando eu não tinha dinheiro, dormia no albergue noturno” (JESUS, 2014c, p. 25). A despeito das péssimas condições nesses albergues, ao que tudo indica, representavam um abrigo ao menos para pernoitar, dando uma pequena possibilidade de reorganização trabalhista na vida desses sujeitos, sem ficarem ao relento.³⁵ Ao desembarcar no Rio já na década de 1940, Carolina muito provavelmente não encontrou tais formas de moradia dos pobres, ou, se encontrou, eram já raras nas regiões centrais. Essa discrepância em relação às duas capitais decorre do próprio momento em que as reformas ocorrem³⁶. Ademais, era comum por aqueles dias que as empregadas dormissem na casa dos patrões, sendo a moradia e a alimentação parte significativa da remuneração.

Diante de tais condições, empregar-se em um local onde teria acesso privilegiado à região central da cidade e, conseqüentemente, às editoras, jornais e rádios, além de moradia e alimentação, favoreciam-na duplamente. Mais do que isso, segundo ela relata ao repórter “Para viver honestamente tive de me empregar.

³⁵ Mais adiante observaremos essa questão com maior profundidade ao analisarmos os primeiros anos de retorno de Carolina para a capital paulista e as condições de trabalho e moradia que lá ela irá encontrar.

³⁶ Enquanto no Rio elas se deram, prioritariamente, já na última década do século XIX e primeira década do século XX, em São Paulo o processo se iniciou, definitivamente, apenas no final da década de trinta.

Não sei se já lhe disse que sou boa cozinheira?” (JESUS, In: A NOITE, 1942). O trabalho de cozinheira, ao que tudo indica pelos relatos de Carolina, era um dos mais valorizados nas regiões interioranas por onde passou antes de seu desembarque em São Paulo e, muito provavelmente, continuou a ser também nas capitais, sendo um indicativo o seu interesse imediato por esse emprego em específico.

A contradição em que ela relata sua experiência de cozinheira é bastante notável das suas perspectivas, presentes e futuras. Ao começar indagando se já havia falado que era “boa cozinheira”, contradiz-se ao apontar que “Pois é. Fui para uma cozinha aqui no Rio: quis ver se fazia bons quitutes, assim como faço bons versos, mas nesta profissão a inspiração falhou miseravelmente!”. Afinal, se ela era uma boa cozinheira já teria o conhecimento se sabia ou não, fazer bons quitutes, não é mesmo?! No entanto, ambas as afirmações nos permitem inferir uma análise mais profunda de tal contradição (muito provavelmente proposital).

Quem acompanhou a trajetória de Carolina até aquele momento, dentro de uma perspectiva cronológica, deparou-se com uma série de situações em que ela trabalhou como cozinheira, tanto que, em *Diário de Bitita*, temos um capítulo somente dedicado a essa profissão, intitulado “Ser cozinheira”. Segundo o relato que inicia o capítulo sobre o assunto, ela havia se empregado em uma cozinha onde ganharia sessenta mil-réis por mês, quantia considerável para os padrões de remuneração da época. No entanto, no seu primeiro dia “o patrão reclamou. Pediu mais capricho”. Dias depois a patroa mandou que ela matasse um frango, mas segundo ela afirma, “Eu não sabia matar aves. Mas mesmo assim matei. Não consegui cortar os pedaços. A patroa reclamou. Com muita luta o jantar ficou pronto”. Minutos depois ela começou a ouvir gritos e xingamentos, “Ordinária. Cadela, nojenta!”. Mais por ignorância, que por esquecimento, é claro, ela não abriu a moela do frango, o que causou sua demissão. E o pior de tudo, “os rumores circularam na cidade: uma cozinheira que não abria a moela das aves” (JESUS, 2014b, p. 198).

Apesar de ter conseguido outro emprego como cozinheira, agora na Santa Casa, isso só foi possível, segundo ela, pela dificuldade de conseguir suas referências, “minhas patroas eram fazendeiras. Era difícil localizá-las” (JESUS, 2014b, p. 199). Nessa cozinha Carolina obteve mais êxito, com certeza, visto que ela aponta ter aprendido “vários pratos com a irmã Irineia”, mas sempre sob

supervisão desta, que não apenas controlava, mas também orientava seus afazeres, o que pode ter sido indicativo de seu sucesso na profissão. Isso fica bastante elucidativo quando ela afirma ao jornalista que, “Esquecia tudo para fazer um verso”, visto que, “Entre o fogão e as panelas, só o diabo da poesia me tentava... Certo dia, enquanto escrevia um poema, a panela do feijão queimou e a patrão me mandou embora...” (JESUS, In: A NOITE, 1942).

Percebemos, a partir disso, que na perspectiva de Carolina, sua falta de êxito na cozinha não significava falta de aptidão, apenas que, na disputa pela dedicação de seu tempo, a poesia sempre levava a melhor. Afinal, era a sua “inspiração que falhava”, pois estava toda voltada para os versos. “Tudo tenho feito para torcer a linha do meu destino e esquecer a tortura dos versos que me enchem a cabeça, mas eles brotam do meu pensamento e eu não tenho outro remédio senão dar-lhes expansão” (JESUS, In: A NOITE, 1942). Mais do que isso, mesmo tendo feito tudo para “torcer a linha de seu destino” - e aqui destacamos o fato de, mais uma vez, ela apontar a poesia como sendo algo “determinado pela providência” - ela sempre caía em “tentação”.

É interessante observarmos essa metáfora empregada por ela, “Entre o fogão e as panelas, só o diabo da poesia me tentava...”. Assim, ao dar “expansão” aos versos, caía na tentação de poetizar, e pior, em meio aos seus afazeres. Se seguirmos a lógica empregada na metáfora, isso era o mesmo que cometer um pecado, uma desobediência severa em relação às normas, sendo no caso em questão, às normas do trabalho. Como ela mesmo indica ao repórter em determinado momento da entrevista, “ninguém vive de alimento de poesia”. Nesse sentido, podemos indicar que, por não conseguir controlar esse impulso violento, que diante da necessidade de manter um trabalho remunerado, a poesia era em sua vida como o diabo, tentando-a, e sempre a levando a cometer o ato censurável de poetizar no momento em que sua inspiração deveria estar voltada à outra atividade, no caso, a cozinha. O pecado residiria na prioridade conferida por ela, mesmo que inconscientemente, aquilo que não lhe traria um retorno financeiro. Essa perspectiva, mais uma vez, vem reforçar a ideia inicial, de que o seu problema não era a falta de aptidão para a cozinha, apenas que o seu talento para os versos estava sempre em concorrência com suas demais aptidões. Na Santa Casa, ao ser mantida sob supervisão constante da Irmã, que não lhe permitia distrações, ela de fato se mostrou uma ótima cozinheira.

A construção desse pensamento é bastante interessante se o analisarmos dentro do contexto da entrevista. Segundo consta na última parte da reportagem, subtitulada “mas, afinal”: “A palestra já ia longe, quando a ‘poetisa negra’, fechando o seu álbum mudou de assunto. - Mas, afinal, ninguém vive de alimento de poesia, não é?” (JESUS, In: A NOITE, 1942). Apesar do jornalista apontar para uma mudança de assunto, tendo a discordar dessa perspectiva. Carolina continua, “Assim sendo, eu quero arranjar um ‘batente’ como dizem os cariocas, mas longe dos fogões e das panelas, entre os quais a poesia não se dá bem... Quero – continua - um emprego, por exemplo, numa casa editora, onde eu pudesse escrever, escrever é só escrever... compreendeu?” (JESUS, In: A NOITE, 1942).

Tendo em vista a própria trajetória de Carolina até aquele momento, e a própria forma como ela conduziu o diálogo, percebemos como esse desfecho concluía seu objetivo, desenvolvido por ela ao longo de toda a prosa. Afinal, se analisarmos com atenção, a reportagem é moldada a partir das respostas muito bem construídas por Carolina, como se nas próprias respostas ela fosse conduzindo as perguntas até o ponto que mais lhe interessava: manter-se no Rio de Janeiro tendo um trabalho ligado a suas aspirações.

Esses mecanismos empregados por Carolina, observados ainda na entrevista de 1940, evidenciam uma questão já apontada por Farias, a de que, a Carolina que se apresenta nessas reportagens, era muito diferente daquela que deixou Sacramento. Segundo Farias (2017, p. 104),

Esses altos e baixos, todos esses percalços vividos, dentro da estreita verdade, foram ruins do ponto de vista da situação de penúria vivida por Carolina e sua mãe, mas também deu-lhe uma boa consciência das questões sociais envolvendo as leis e o mundo do trabalho, a exploração do homem pelo homem, questões políticas e ideológicas, e o valor do relacionamento humano.

Dessa forma, Carolina parece ter desenvolvido estratégias para se manter e tentar melhorar sua condição nos diferentes mundos do trabalho que enfrentava. A reportagem de 1940 é reveladora nesse sentido. Sem opções viáveis de sustento no Rio de Janeiro, a não ser em empregos precários e mal remunerados, com moradias escassas e distantes de seus objetivos artísticos, a reportagem parece representar sua última tentativa de sobreviver e ser reconhecida. Nela, Carolina

publica seu “currículo” sob uma dupla perspectiva: como escritora e como cozinheira.

Essa dualidade revela o esforço de Carolina para não apenas se adequar às oportunidades de trabalho disponíveis, mas também buscar uma maneira de conciliar sua vocação artística com a necessidade de sobreviver em um contexto de exploração e precariedade.

Enquanto escritora, seu objetivo não era concretizado visto, principalmente, o seu lugar social de nascimento. “Minha cor, certamente, concorria para que eu não pudesse realizar minhas aspirações. Revoltava-me. Bem sei que não tenho ilustração, que não sei muito, muito, o português, mas duvido que haja por aí pessoa mais bem inspirada do que eu”. Assim, o jornal seria um meio de quebrar tal estereótipo, pois ali ela poderia demonstrar toda a sua vocação para os versos.

Nesse sentido, podemos novamente nos remeter ao censo de 1940. Nele observamos como a sua cor remete a uma condição social específica, sendo a educação formal uma raridade entre os de sua origem de classe, tendo em vista condições sociais, educacionais e o racismo fortemente presentes na sociedade brasileira naquele momento. E isso não era uma exclusividade dos trabalhadores negros, mas da classe em si, visto que, ainda na década de 1960 a taxa média de escolaridade da população brasileira era de apenas dois anos (RIBEIRO, 1992, p. 74). Mas o talento, o que ela julgava ser o ponto mais importante da profissão (e não podemos negar que deveria ser), esse ela tinha de sobra. Ainda, fazia questão de provar, seja escancarando seus cadernos carregados de versos, seja no próprio jeito desenvolto, confiante e poético de narrar suas desditas. Dentro dessa perspectiva, é importante ressaltarmos que, no curto período em que separam as reportagens de São Paulo e do Rio de Janeiro, Carolina chegou a compilar um livro com suas poesias, com o título *Clíris*, o qual ela tinha “vontade louca de publicar”. Assim, expôs seus argumentos de forma mais ampla nessa entrevista, pode primeiro demonstrar o seu valor enquanto escritora, para então se indicar como candidata a uma vaga de emprego nesse meio.

Por outro lado, ao que me parece, Carolina já considerava a possibilidade de não conseguir o emprego como escritora e, assim, também já deu indícios de seu currículo como cozinheira, ou empregada doméstica. Essa perspectiva aparece implicitamente na reportagem, principalmente quando, logo de início ela expõe a sua profissão, julgando-se uma “boa cozinheira”. Nesse sentido, diante das

condições de trabalho e moradia encontradas no Rio de Janeiro, Carolina buscou o jornal como uma última alternativa para poder se manter, de um jeito ou de outro, na cidade maravilhosa.

2.3 De volta a São Paulo: entre cortiços e albergues

Não é novidade que a estadia de Carolina na capital carioca não foi duradoura, sendo que, muito provavelmente ela tenha retornado para São Paulo ainda em 1942. Embora tenhamos poucos registros sobre suas andanças entre 1942 e 1948 (ano em que se mudou para a favela do Canindé), podemos inferir algumas questões, pelos próprios desdobramentos apontados pela escritora para a sua ida para a favela. Assim como sua experiência no Rio de Janeiro, a partir de alguns indícios, podemos levantar algumas questões acerca das experiências de trabalho e de moradia encontradas por ela no seu retorno a São Paulo.

Os principais indícios que temos sobre esse período da vida de Carolina, aparecem, subjetivamente, nos relatos futuros dos seus diários, ou como pano de fundo de seus contos e romances. Nesse sentido, ao que tudo indica, é que, até sua mudança à favela do Canindé, ela tenha residido, além de nos próprios locais onde trabalhou, também em cortiços e albergues, principalmente nos intervalos entre um emprego e outro. A própria Carolina nos aponta esse caminho.

Diante dessas questões, uma hipótese sustentada anteriormente, foi a de que a moradia foi um dos desafios enfrentados por Carolina na cidade do Rio, principalmente pelo fato da cidade já ter passado pelas reformas urbanas, as quais segregaram, fisicamente, o espaço social dos pobres. Aqui, tal hipótese se desdobra em uma segunda questão, a de que a moradia foi fator decisivo na escolha de retornar para São Paulo. No conto *Favela*, ao narrar os motivos que a levaram a optar por conquistar um terreno na favela, Carolina faz a seguinte observação: “As vêzes eu empregava, dormia nos empregos. Não procurava quartos. Era a crise das habitações. E quando eu não tinha dinheiro dormia no albergue noturno” (JESUS, 2014c, p. 25).

O trecho nos permite analisar uma série de questões que envolveram os locais de moradia da classe trabalhadora paulista ainda no decorrer da década de

1940. A frase, escrita em 1948, dá indícios de algumas transformações impostas aos trabalhadores quando as reformas urbanísticas chegaram, finalmente, à cidade de São Paulo. Em um primeiro momento, gostaria de ressaltar a menção aos “quartos”, ambiente ao qual ela se refere na citação. Popularmente, esses “quartos”, eram conhecidos como “cortiços” ou “habitações coletivas”, sendo espaços de habitação destinados aos trabalhadores, que os alugavam por tempo determinado.³⁷

Em 1948, Carolina aponta que nem os procurava mais, pois não os encontraria, “era a crise das habitações”, habitações das classes baixas, diga-se de passagem. Se no Rio de Janeiro o processo de modernização, e consequente expulsão das classes pobres do centro da capital, deu-se ainda no final do século XIX e início do XX, como analisado anteriormente, em São Paulo, a intensificação dessa segregação se deu na década de 1940.³⁸

Como já discutido no tópico anterior, a moradia estava diretamente ligada à empregabilidade da classe trabalhadora naquele período. É perceptível como a segregação espacial da capital carioca impactava diretamente a mobilidade da classe trabalhadora, em diferentes dimensões. Ao que tudo indica, tanto pela historiografia do período como também pelas fontes aqui utilizadas, a capital paulista ainda apresentava condições mais favoráveis à moradia dos trabalhadores. Ainda no final da década de 1940, podemos observar a incidência (embora cada vez mais raras) de hospedagens, como os cortiços, habitações coletivas e albergues noturnos, nas regiões centrais da cidade.

Esses ambientes eram muito comuns nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro durante o século XIX, até o início do XX e, como já apontado, eram “insalubres e com higiene comprometida”. Eram lugares infectos, que abrigavam um grande contingente de pessoas em um espaço pequeno, sendo que em alguns casos, mais de uma família habitava um mesmo quarto (SAMPAIO; PEREIRA, 2003). Embora não tenhamos registros “autobiográficos”, ou diários, que retratam o

³⁷ Os cortiços, ou “habitações coletivas precárias de aluguel”, podem ser caracterizados como as primeiras habitações das populações mais pobres em São Paulo e Rio de Janeiro, caracteriza-se por ser uma residência compartilhada por diversas famílias, onde cada uma delas habita, de fato, por meio de pagamento de aluguel, um cômodo servido por banheiro individual ou coletivo, apresentando ambientes insalubres com higiene comprometida (CASTILHO, 2013, p. 23).

³⁸ O cenário da cidade nos anos 40 é contraditório e ambíguo, de crise e de progresso: enquanto trabalhadores sofrem com a falta de moradia, São Paulo é renovada por novas avenidas e ‘embelezada’ por arranha-céus, num contexto de opulência, especulação imobiliária e industrialização (BONDUKI, In: CASTILHO, 2013, p. 37).

tempo em que Carolina viveu nessas habitações, podemos observar uma descrição bastante detalhada desses ambientes por meio do seu romance, *Pedaços da Fome*,

Quando o carro chegou em Guarulhos, Paulo indicou o lugar. Desceram numa ruela.

– Que lugar horrível! disse Maria Clara. Dirigiram-se para uma habitação coletiva. Paulo empurrou o portão. A casa era muito velha. Maria Clara acompanhava-o desconfiada. “Que ambiente esquisito”. Foram para um quartinho lá nos fundos. No fim do quintal. Maria Clara fitava os varais cheios de roupas, as crianças brincando naquele corredor sujo mal cimentado. [...]

Não tinha móveis, apenas uma cama de arame. E um colchão sujo e roto. Não tinha assoalho! Apenas uns ladrilhos gastos pelo tempo. Ergueu os olhos para o teto. Não tinha fôrro (JESUS, 1963a, p. 71).

A imagem construída por Carolina é bastante detalhada, nos permitindo visualizar, interna e externamente, como se constituíam essas habitações, nos dando indícios da organização espacial e social desses lugares. Os varais cheios de roupa, as crianças brincando nos corredores, indicam a grande quantidade de pessoas vivendo naquele espaço, visto que cada cômodo podia ser habitado por vários sujeitos, ou mais de uma família. O edifício é descrito como sendo uma casa “muito velha”, com aspecto sujo e mal acabado, assim como o “quartinho” de Paulo. A descrição reforça a ideia de insalubridade presente nesses lugares, o fato do quarto não ter forro ou assoalho, além de marcar a diferença no padrão de vida vivido por Maria Clara e aquele que ela se deparava nesse momento, também nos permite inferir como esses ambientes eram úmidos e mal arejados. Outro ponto importante é o fato de Carolina, ao detalhar o cômodo, não mencionar um banheiro, indicando-nos que estes, se existissem, provavelmente seria apenas um, compartilhados por todos os moradores.

Porém, por mais precários que fossem, essas habitações coletivas representavam uma possibilidade de mobilidade muito maior para os trabalhadores urbanos daquele período. Os quartos podiam ser alugados por mês, eram relativamente baratos e se localizavam nas áreas mais centrais da cidade, representando uma acomodação mais ou menos segura e até estratégica para esses sujeitos. Ao observarmos a experiência de Carolina presente nas diferentes fontes a que temos acesso, a volta para a cidade de São Paulo, em 1942, representou um período onde sua condição se mostrou um pouco mais favorável

que aquela vivenciada até então, dentro, é claro, da realidade de uma trabalhadora doméstica daquele período histórico.

Como já observado, a reconfiguração espacial da capital carioca representava para os trabalhadores uma restrição de seus espaços de sociabilidade e também suas possibilidades no mundo do trabalho. São Paulo, no entanto, ainda se mostrava uma cidade com configurações antigas, onde a segregação espacial não se encontrava tão delimitada. Isso foi bastante significativo na experiência de Carolina, tanto em relação às suas pretensões artísticas e literárias, como também em relação à sua condição de trabalhadora doméstica. Segundo entrevista concedida a Meihy e Levine, Vera Eunice de Jesus apontou que,

Com o tempo, vivendo quase sem comer, as coisas começaram a dar certo nos empregos. Foi aparecendo um serviço, outro, para lavar o chão de um restaurante, lavar pratos, e se você faz bem feito e o dono gosta, recebe convite para voltar. Daí ela foi aumentando suas possibilidades, até que a situação melhorou. De repente, famílias ricas estavam disputando quem ficava com ela para trabalhar (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 76).

É interessante observarmos que o processo para chegar a essa condição está bastante resumido,³⁹ porém demonstra um período de certa ascensão de Carolina no mundo do trabalho. Esse período de certa prosperidade corresponde, muito provavelmente, aos seis anos que decorreram entre o retorno à capital paulista e a mudança para a favela. O mais importante, no entanto, é observarmos como Vera Eunice narra as experiências da mãe pelos diferentes empregos que teve nesse período. Embora todos envolvessem trabalhos “domésticos”, eles se davam em diferentes espaços, fossem eles comerciais – restaurantes, “foi faxineira em hotéis, auxiliar de enfermagem em um hospital, vendeu cerveja” (MEIHY, LEVINE, 2015, p. 24) – ou familiares, nas casas da elite paulista. Essas diferenças também se expressavam na remuneração combinada com os patrões, visto que, os empregos nas casas de família geralmente eram pagos, também, com moradia e alimentação, como de costume. É nesse ponto que a presença das habitações

³⁹ É importante observarmos que no momento em que Vera Eunice forneceu essas informações por meio de entrevista para José Meihy e Robert Levine, acreditava-se que Carolina só havia chegado a capital paulista em 1947, “Com 33 anos de idade, em 1947, seguindo o destino comum à maioria dos migrantes, Carolina partiu para uma das grandes e fluorescentes metrópoles do Brasil. São Paulo foi o lugar escolhido” (2015, p. 24). No entanto, as evidências nos permitem hoje saber que sua chegada se deu mais de 10 anos antes, em 1936, como já observado anteriormente.

coletivas me parece fazer toda a diferença na experiência de Carolina ao retornar para a capital paulista.

Em outro momento da obra *Cinderela Negra*, os autores corroboram a narrativa de que não faltava emprego para Carolina nas casas de famílias ricas de São Paulo, mas “segundo suas próprias palavras, ela era muito independente para ficar limpando as bagunças alheias” (MEYHI; LEVINE, 2015, p. 24). Essa liberdade poderia estar relacionada com as condições de moradia mais flexíveis e geograficamente favoráveis para ela, afinal ali ela não dependia totalmente de empregos que lhe fornecessem moradia para continuar no centro urbano, diferente da realidade que ela encontrou no Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, Meihy e Levine continuam, “Mesmo como empregada doméstica, regida por normas familiares às vezes estritas, saía das casas para namorar. [...] Nesse sentido, explica-se porque perdeu seis empregos seguidos, sendo mandada embora por passar noites fora do local de trabalho” (2015, p. 24). Assim, ao que tudo indica, Carolina, enquanto uma jovem moça, na casa dos seus 20 anos, sem maiores preocupações naquele momento, vivia sua realidade enquanto trabalhadora negra da forma mais livre e independente possível. Por ser boa trabalhadora, com objetivos bem definidos, inteligente e com boa desenvoltura, podia, de certa forma, trilhar seu próprio caminho. Nas palavras de Vera “Fazia o serviço bem feito e, além disso era limpa, sabia conversar com a patroa, contar casos. Não era uma preta sem cultura, que só obedecia. Não era mesmo, ah isso não!” (2015, p. 76).

Namorava, saía, ia ao cinema, dançava, ou seja, buscava viver, dentro da sua realidade e de suas expectativas, as benesses que a maior capital da América Latina lhe proporcionava. A pouca quantidade de material escrito por ela nesse período, a que temos acesso, pode ser um indicativo significativo de sua mobilidade pelo centro de São Paulo, não por não os ter escrito (ou pensado) aos montes, mas talvez por não ter um lugar fixo onde guardá-los. Isso não significa, no entanto, que Carolina não tenha aperfeiçoado sua leitura, escrita e, principalmente, seu senso crítico durante esse período.

“Minha mãe teve bons momentos naquela época”, afirma Vera Eunice, “Tinha que trabalhar bastante, mas nas folgas podia ler e escrever” (MEYHI, LEVINE, 2015, p. 77). Ao que a filha indica, Carolina anotava os casos que aconteciam nas casas de “família de tradição”, de onde tirava o repertório para compor seus

romances, “tudo tinha um fundo de verdade, pois as histórias aconteceram mesmo!” (2015, p. 77). Mais do que isso, ao longo desses anos, Carolina teve algumas relações de emprego com pessoas importantes de São Paulo, como no caso do cardiologista Dr. Zerbini.

O Dr. Euclides de Jesus Zerbini, em 1968, tornou-se o primeiro cardiologista a realizar um transplante de coração bem-sucedido na América Latina e o quinto no mundo.⁴⁰ No período em que trabalhou na casa do médico, Carolina tinha livre acesso à biblioteca e, segundo Vera, os dois tinham o costume de debater as notícias do dia. Essa experiência trabalhista foi de grande relevância para sua formação enquanto escritora, expressando-se, por exemplo, na presença do Dr. Zerbini no dia do lançamento do livro de Carolina como convidado especial da escritora. Como aponta Vera, “A vida inteira eles foram amigos” (2015, p. 76).

Essa liberdade ao se movimentar pelo mundo do trabalho paulistano em meados da década de 1940, foi se tornando cada vez mais limitada à medida que as reformas urbanas se intensificaram, colocando abaixo os espaços de moradia da classe trabalhadora. Carolina expressa isso ao se referir a “crise das habitações”, anteriormente citada. Isso limitou, ao que indica sua narrativa, as possibilidades de empregabilidade para alguém de sua condição, visto que, do ponto de vista da moradia, lhe restaram apenas duas alternativas: dormir nos empregos ou no albergue noturno. Dormir nos empregos significava que ela tinha que se adequar às normas impostas pelos patrões, limitar sua independência, submeter-se às ordens sem questionar. Isso dificilmente daria certo para ela, sua personalidade jamais a permitiria.

Assim, em tempo de crise, de falta de emprego e de dinheiro, ela ainda podia recorrer aos albergues noturnos. Esses espaços, ao que nos parece, eram uma opção muito recorrente na vida dos pobres. Pouco sabemos sobre a situação desses albergues, pois eles são apenas mencionados nas narrativas de Carolina. Mas mesmo nas poucas menções que temos, já é possível perceber que eram lugares ainda mais precários que as habitações coletivas, eram utilizados apenas para pernoite e eram gratuitos, visto que ela, por exemplo, recorria a eles “quando não tinha dinheiro”. Diante disso, esses espaços certamente não poderiam ser

⁴⁰ Para saber mais sobre a história do Dr. Zerbini, acessar o site da Fundação Zerbini <https://www.fz.org.br/prof_zerbini/> Acesso em: 03 ago. 2023.

considerados como uma moradia, propriamente dita, mas apenas como um abrigo temporário.

É interessante observarmos que a intensificação das reformas urbanas no centro de São Paulo ocorreu a partir do ano de 1945.⁴¹ Apesar disso, é apenas no “fim de 1948” que Carolina começa a sentir, definitivamente, a restrição de sua mobilidade pelo centro de São Paulo. Em uma das entrevistas concedidas após o lançamento do livro, ela explicou “que em 1948, quando começaram a demolir as casas terreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos nas habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes” (JESUS, 1961, p. 17). Mas este foi também o ano em que nasceu o seu primeiro filho, João José. A relação entre a descoberta da gravidez e a mudança para a favela, com certeza, não se deu por acaso, e ela mesma deixa isso evidente.

Nem sempre os bons ventos me favorecia. Resolvi ir no patromonio pedir um lugar aqui na favela eu ia ser mãe. E conhecia a vida infausta das mulheres com filhos e sem lar. Vi muitas crianças morrer ao relento nos braços das mães (JESUS, 2014f, p. 25).

Grávida, ela não poderia mais permanecer morando nas “casas de famílias tradicionais”, e com isso, perdia grande parte das suas possibilidades dos empregos domésticos, de modo geral. Como observado anteriormente, os albergues também não eram uma opção, tanto pelas características da acomodação, como também pelo estigma que o lugar apresentava. Podemos inferir, pelas palavras da escritora, que a favela se apresentava como única possibilidade de uma vida relativamente estável diante da sua condição.

Diante disso, podemos analisar por meio da experiência de Carolina, as consequências diretas e indiretas dessas transformações na vida social dos trabalhadores urbanos. É nesse momento que a cidade viu florescer a segregação urbanística com as construções irregulares. Essa segmentação foi vivida tão intensamente pelos trabalhadores que é nesse momento que Carolina cunhou o termo que se tornou título de seu principal livro, “Quarto de despejo”. O termo, além de ser significativo do ponto de vista da divisão social que se impõe aos

⁴¹ Depois de 1945, quando o processo se generalizou, a maior parte da periferia da cidade passou a se caracterizar como um cenário de devastação, pela forma de violência contra a paisagem com que esses loteamentos eram abertos; e de desolação, nas fases iniciais de construção das casas precárias (REIS, 2004, p. 200).

trabalhadores de São Paulo, também revela uma consciência de classe que é traduzida em termos literários.

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de setim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2014a, p. 37).

2.4 A formação da favela do Canindé

*Pela poesia dos nomes de favela
A vida por lá já foi mais bela
Já foi bem melhor de se morar
Hoje essa mesma poesia pede
ajuda
Ou lá na favela a vida muda
Ou todos os nomes vão mudar*

*(Nomes de favela - Moyses
Marques)*

Ao analisarmos a transferência de Carolina, dos cortiços, albergues e casas de família, definitivamente para a favela do Canindé, entendemos as motivações para cunhar a favela como uma espécie de “quarto de despejo” humano. A experiência de ser parte de um ambiente insalubre, tanto do ponto de vista sanitário, como também social, marcou a vida de Carolina e, conseqüentemente, de seus filhos e até seus netos, como novas discussões nos tem mostrado. No entanto, esse período da vida de Carolina representou muito mais do que isso, visto ser nesse espaço que ela se consagra enquanto escritora – por mais controversa que essa afirmação possa parecer. Por mais particular que seja a experiência de Carolina, principalmente a partir desse momento, ela apenas evidencia a própria complexidade das estruturas sociais brasileiras desse momento histórico.

Como apontado anteriormente, é no fim de 1948 que Carolina percebe a favela como sua última alternativa diante da condição que se apresentava para ela: as reformas urbanas e a gravidez, aliada à falta de seguridade social e trabalhista, limitaram muito suas alternativas. Assim, podemos apontar que a mudança para a favela foi a materialização de uma série de transformações que se apresentaram na sua trajetória, impulsionadas, em maior ou menor grau, pelas condições

políticas-sociais da sociedade brasileira das décadas de 1940 e 1950. A gravidez levou a necessidade de buscar, além de outro local de moradia, outra forma de trabalho, visto que, não seria mais aceita como empregada nas casas de família,⁴² sua principal ocupação até então. Agora ela seria catadora de papel, profissão que também surgia a partir da nova realidade industrial da época. Por fim, mudou seu próprio status social, visto que agora ela seria mãe, solo e favelada, um grande desafio a ser enfrentado.

Primeiramente, é importante entendermos a própria formação da favela do Canindé, afinal, ela tinha suas peculiaridades, não apenas por ter sido uma das primeiras favelas da cidade de São Paulo, mas também pela região onde se estabeleceu. Ao propor ao chefe de reportagem investigar a favela do Canindé, Audálio Dantas afirmou que, naquele momento se “propunha a acompanhar, pelo tempo que fosse necessário, o dia a dia da favela que começava a incomodar por estar bem próxima do centro da cidade, exibindo a miséria até então escondida na periferia” (DANTAS, 2012, p. 7). Nesse sentido, já podemos inferir que a localização da favela era diferente do que comumente vemos, ou seja, localizadas geralmente em áreas retiradas, longe dos centros urbanos.

É certo que Dantas buscava investigar aquela favela já no final da década de 50, em 1958, exatos 10 anos depois de sua constituição inicial. A cidade havia se expandido, assim como a favela, e por isso o confronto se apresentava de forma tão evidente, afinal a fronteira estava mais próxima. Mas de qualquer forma, em maior ou menor grau, a favela sempre se mostrou incômoda à classe média da região, desde o início. Isso fica evidente ao longo de todo o processo de sua existência, até sua extinção, em 1961.

Antes mesmo de ser favela do Canindé, as condições de sua existência já haviam sido formadas, afinal, as reformas urbanas já haviam varrido as possibilidades de moradia de muitos trabalhadores urbanos de São Paulo. Assim narra Carolina,

Era o fim de 1948, surgiu o dono do terreno da Rua Antonio de Barros onde estava localizada a favela. Os donos exigiram e

⁴² É importante lembrarmos que apenas em 2013, após uma intensa luta, foi aprovada a Proposta de Emenda à Constituição nº 66, mas conhecida como a “PEC das Domésticas”, que estabeleceu a “igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais” (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72, DE 2013), sendo essa situação um indício da falta de seguridade social a qual estavam submetidos os trabalhadores daquele período histórico brasileiro.

apelaram queriam o terreno vago no prazo de 60 dias. Os favelados agitavam-se. Não tinham dinheiro. Os que podiam sair ou comprar terreno saiam. Mas, era a minoria que estava em condições de sair. A maioria não tinha recursos. Estavam todos apreensivos. Os policiaes percorria a favela insistindo com os favelados para sair. So se ouvia dizer o que será de nós? (JESUS, 2014c, p. 24).

Como apontado, a favela já havia se constituído muito antes do seu estabelecimento no bairro Canindé. A princípio os denominados favelados, os trabalhadores, em sua maioria imigrantes, instalaram-se em um terreno na rua Antônio de Barros. Segundo o mapa atual da cidade de São Paulo, a rua em questão fica localizada na região do Tatuapé, distante apenas 15 minutos do Mercado Municipal (Figura 4). O terreno estava localizado em uma região central da cidade, provavelmente nobre ou com potencial de tornar-se, visto o Tatuapé, ainda hoje ser considerada uma das áreas nobres da cidade de São Paulo.

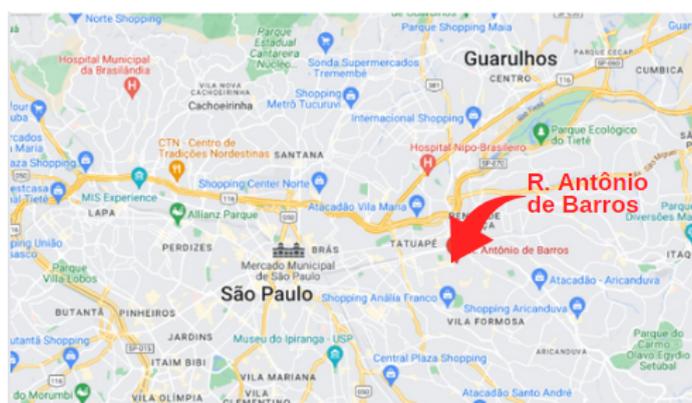


Figura 4 – Região que abrigava a Favela Canindé
Fonte: Google Maps (2024).⁴³

Diante disso, é interessante observarmos como a ocupação de terrenos baldios é a primeira consequência das reformas urbanas realizadas nas capitais brasileiras no final do século XIX e início do XX. Enquanto no Rio de Janeiro a população pobre subiu os morros, em São Paulo, a ocupação de terrenos se deu nas regiões ainda próximas do centro, diferenças que se apoiam na própria especificidade geográfica de ambas capitais. “São Paulo modernisava-se. Estava destruindo as casas antigas para construir arranha céus. Não havia mais porções para o proletario” (JESUS, 2014c, p. 24).

⁴³ Imagem retirada do satélite do Google Maps, disponível em: <
<https://www.google.com/maps/@-23.5352154,-46.6628039,12z?entry=ttu> > Acesso em: 25 out. 2023.

Além disso, no trecho citado a escritora narra que, o dono exigia a saída daqueles trabalhadores, que sem dinheiro, desesperavam-se com a possibilidade de ficarem desamparados. Assim, a falta de dinheiro, (aliado à falta de possibilidades de moradia barata, conquistada por meio de contratos temporários), ao mesmo tempo que levava esses trabalhadores a ocuparem “ilegalmente”⁴⁴ determinados locais, também era o motivo que impedia que eles os desocupassem. Isso gerava, muitas vezes, um ciclo de transferências dessas ocupações, sem que houvesse uma solução efetiva para a questão da moradia (como veremos na própria solução encontrada pelo Estado no caso em questão). O quadro descrito por Carolina se completava com a presença da polícia no local que, segundo ela, apenas “insistia” para que eles “saíssem” do terreno. Não seria surpresa, no entanto, se houvesse o uso de violência, visto o histórico do método empregado pela força policial nas desocupações no Brasil.

No caso específico em questão, a solução encontrada pelos trabalhadores foi apelar ao então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, eleito em 1947.⁴⁵

– Vamos falar com O dr Adhemar de Barrós. – Ele, é um bom homem. E a Leonor, é uma santa mulher. Tem bom coração. Tem dó dós pobres O Dr Adhemar de Barros, não sabe dizer não a pobreza êle é um enviado de Deus. Tenho certeza que se nos formos falar com o Dr. Adhemar de Barros, êle soluciona o nosso problema (JESUS, 2014c, p. 24).

Não podemos deixar de notar como a escritora enaltece a figura de Adhemar de Barros, chegando a conferir a ele e a Leonor de Barros características divinas. Na sequência ela aponta, “E assim os favelados acalmaram. E durmiram tranquilos. Ainda não tinham ido falar com o Dr Adhemar de Barrós. Eles confiavam nêste grande lider” (JESUS, 2014c, p. 24). Ou seja, a certeza de que o governador

⁴⁴[...] na maioria das vezes, a imprensa usa a palavra invasão, em vez de ocupação, para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra dentro de uma fazenda. É preciso que fique claro que a área ocupada pelos sem-terra é sempre, por princípio, terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. Segundo os juristas Fábio Comparato, Luiz Edson Facchin e Régis de Oliveira, existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio – no caso em questão, terras que não cumprem sua função social – e fazer pressão social coletiva para a aplicação da lei e a desapropriação (SILVA, In: BASTIANI, 2021, p. 117-118).

⁴⁵ Em 1947, o PSP lança a candidatura de Adhemar de Barros para governador do Estado de São Paulo. Para sua vitória, foi decisivo o apoio dado pelo Partido Comunista ao candidato do PSP, que fez 120.000 votos de legenda, garantindo a vitória de Adhemar, que derrotou os três outros candidatos opositores, do PSD, da UDN e do PTB (DEBERT, 2008, p. 55).

resolveria essa questão, partia da perspectiva quase pessoal da relação entre o político e o povo, relação essa muito comum em governos ditos populistas, como é o caso de Barros.⁴⁶

Não é nenhuma novidade que Carolina se declarava, nesse momento, uma Adhemarista, deixando isso bastante explícito no decorrer de *Quarto de Despejo*. Por várias vezes, durante os debates políticos na favela, ela declara seu apoio e sua admiração à figura de Barros, como na passagem a seguir, datada de 19 de julho de 1955.

[A Florenciana] começou a dizer que o Dr. Adhemar de Barros é um ladrão. Que só as pessoas que não presta é que aprecia e acata o Dr. Adhemar. Eu, e a D. Maria Puerta, uma espanhola muito boa, defendemos o Dr. Adhemar. D. Maria disse:

– Eu sempre fui ademarista. Gosto muito dele, e de D. Leonor.

A Florenciana perguntou:

– E ele já deu esmola a senhora?

– Já, deu o Hospital das Clínicas (JESUS, 2014a, p. 18).

No meu caso, como acredito que também para a maioria dos leitores de Carolina, o livro *Quarto de Despejo* foi a primeira de suas obras com que tive contato, e por isso, tais convicções políticas já me eram conhecidas. No entanto, ao analisarmos a autobiografia de Carolina como um todo, percebemos que essa defesa do então governador de São Paulo, entre outras coisas, pode estar ligada ao fato de Adhemar de Barros ter cultivado importantes relações políticas com o ex-presidente Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945). Apesar da contradição explícita em sua própria trajetória, Carolina sempre se declarou bastante favorável às transformações implementadas por Vargas, principalmente em relação às promessas em relação ao mundo do trabalho, tendo sua própria trajetória, em grande medida, norteadas pela ideologia do trabalhismo. A escritora, inclusive, chegou a escrever e publicar poemas em homenagem ao estadista,

⁴⁶ A definição de Weffort sobre o conceito de populismo pode nos ajudar a compreender a situação em questão. Segundo ele “O populismo constitui uma relação pessoal entre um líder e um conglomerado de indivíduos, relação essa explicada através do recurso à ideia de demagogia, nem sempre claramente definida. [...] o populismo é, no essencial, a exaltação do poder do Estado, é o próprio Estado se colocando, através do líder, em contato direto com os indivíduos reunidos na massa” (WEFFORT, In: DEBERT, 2008. p. 7).

durante a campanha presidencial de 1951. As conexões de Adhemar com Vargas⁴⁷ eram o elo que justificava a admiração de Carolina por aquele político.

É curioso o fato de que, assim como no caso de Vargas, Carolina também escreve poemas dedicados a Adhemar de Barros e sua esposa, Leonor, personagem também bastante enaltecida pela escritora em diversos momentos. No poema intitulado *Dr. Ademar de Barros*, o qual inaugura a sua *Antologia Pessoal* (1996), podemos ler os seguintes versos.

Teve valor imenso
O ilustre Dr. Ademar
Foi um político de senso
E soube governar.
Ademar e D. Leonor
Duas almas santas
Têm imenso valor.
E ninguém lhes suplanta
Ademar foi político potente
Gostava de realização
Deveria ser o presidente
Desta grande nação.
Já foi nosso interventor
Deputado e bom prefeito
Foi também nosso governador
Pelo povo foi eleito
Teve muita tenacidade
Nas polêmicas, que são um lodo.
Deu provas de capacidade
Vencendo as lutas, com denodo
Ademar soube conduzir
Nasceu para governar.
Os que procuravam lhe agredir
Foi visando lhe ofuscar.
Ademar político ilibado
Não foi indolente não foi pueril
Não foi ele quem foi derrotado
Foi o povo. Foi o Brasil.
Ademar político habilidoso
Fez o bem, sem opção.
Deveria ser o vitorioso
Para dar impulso à nação
Ademar, político visionário
Com ele São Paulo progrediu.
Se fez bonito no quarto centenário
Foi com as obras que ele construiu
A única coisa que eu noto:

⁴⁷ No que tange à trajetória política de Barros, é importante destacarmos que, em 1938, o político foi nomeado interventor do estado por intermédio do próprio Vargas, mantendo com este estreitos laços públicos, tendo inclusive apoiado a candidatura de Vargas à presidência em 1951, apesar das divergências nos bastidores (COTTA, 2008).

Ademar foi correto e gentil
E lhe acompanhei com o meu voto
Mas não pude vê-lo presidente do Brasil (JESUS, 1996a, p. 65-66).

O poema, provavelmente escrito após as eleições de 1955, da qual saiu vitorioso Juscelino Kubitschek, ficando Adhemar em terceiro lugar (DEBERT, 2008, p. 55), além de uma ode às suas ações, também traz uma certa cronologia da trajetória política de Barros. No texto, por meio de rimas e um linguajar poético, Carolina nos apresenta uma espécie de trajetória política de Adhemar, que segundo ela, era um “político ilibado”. As acusações de corrupção, embasadas no extenso patrimônio, cuja origem não era bem esclarecida e que fora adquirido pelo político ao longo de sua carreira na vida pública, são apontadas por ela como sendo “polêmicas” usadas para “ofuscar” a imagem do “correto e gentil” político.

Retomando a narrativa sobre o despejo, podemos observar uma semelhança entre a forma como Carolina descreve o político e os próprios discursos de Barros ao longo de sua carreira política. No conto, a escritora aponta que “[Os favelados] foram bem recebidos pelo Dr. Adhemar que não faz seleção. E abria as portas do palácio para a turba. Foi por intermédio do Dr. Adhemar de Barros que o zé povinho conheceu as dependências dos campos eliseos” (JESUS, 2014c p. 24). Enquanto isso, em discurso para as eleições de 1963, Barros afirmava que “Toda a minha carreira política se fez no meio do povo, dos pobres, dos humildes e dos desamparados, nunca me isolei nas cúpulas e nos círculos dos privilegiados” (DEBERT, 2008, p. 53). Essa relação de proximidade com o povo, e a forma de solucionar problemas sociais complexos de forma rápida, (no caso em questão ele afirma e cumpre “– Dentro de 3 dias eu arranjo lugar para voçeis”), seriam as principais responsáveis pelo lema futuramente atribuído a Barros, “rouba, mas faz” (COTTA, 2008, p. 75).

Ainda é curioso percebermos a forma como ela confere essa relação a todos os “favelados”, inclusive colocando-se, nesse momento, apenas como narradora onisciente, sem participar efetivamente desses acontecimentos. Até porque, como veremos melhor adiante em sua narrativa, sua mudança parece ter ocorrido após o estabelecimento da favela no bairro Canindé. Assim, essa forma de narrar talvez seja estratégica do ponto de vista da escritora, pois confere uma certa neutralidade de sua parte, dando mais força à ideia de que aquele sentimento era coletivo. Na sequência, ao demonstrar a “solução” encontrada pelo político (e aqui ressalto as

aspas, visto ter sido algo totalmente sem planejamento e que iria gerar uma série de novos problemas àquelas pessoas), ela nos confirma tal perspectiva. No trecho a seguir percebemos novamente o sentimento coletivo expresso na narrativa, conferindo-o às mais de mil pessoas que foram contempladas pela medida tomada por Adhemar para acomodar aquelas pessoas.

E o Dr. Adhemar que não decepciona que tem noção de responsabilidade das palavras conferenciou com o Dr. Paulo Lauro que era o nobre perfeito de S. Paulo. E resolveram instalar os favelados as margens do Rio Tietê, no bairro do Canindé. E ficou ao cargo do patrimônio colocar os favelados. E começou a transferência. E os favelados mais de mil pessoas só falavam no Dr. Adhemar. Enalteciam o Dr. (JESUS, 2014c, p. 24).

A localização geográfica do terreno que foi destinado para abrigar a favela, às margens do rio Tietê, no bairro do Canindé, como nos relata a escritora, pode ser observado nos mapas apresentados nas Figuras 5 e 6.



Figura 5 – Localização do Canindé
Fonte: Google Maps (2024).⁴⁸

⁴⁸ Imagem retirada do satélite Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-23.532805,-46.644589,14z?entry=ttu> Acesso em: 25 out. 2023.

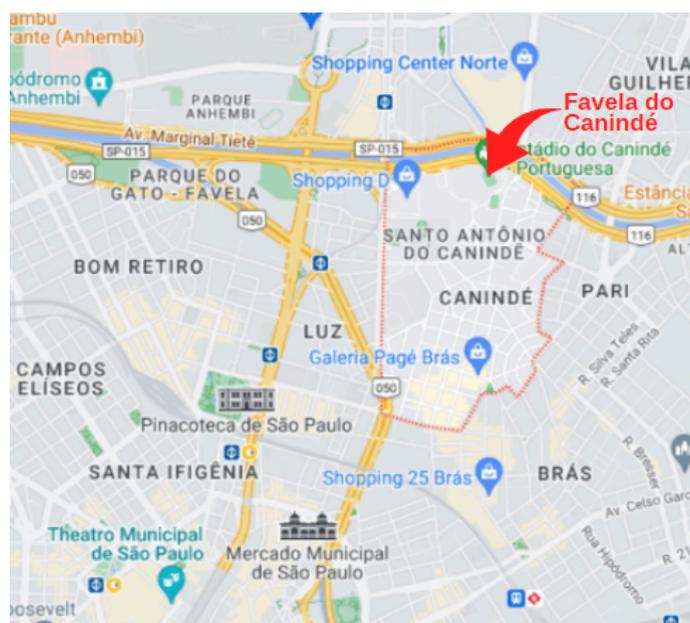


Figura 6 – Estádio do Canindé, antigo espaço da favela.
Fonte: Google maps⁴⁹

A Figura 5 nos indica que o local onde antes era a favela do Canindé, hoje se encontra o estádio da Associação Portuguesa de Desportos, no limite norte do bairro do Canindé, às margens da Marginal Tietê. A área, segundo Carolina, embora mais distante da área central da cidade que o terreno anteriormente ocupado, ficava bem próxima das residências de classe média do bairro, o que não demorou a gerar conflitos entre os antigos e os novos moradores.

É interessante observarmos a positividade com que Carolina descreve as primeiras impressões do lugar. Segundo ela, os terrenos foram divididos em uma metragem de 6m de frente por 12m de fundos, ou seja, 72m² para cada morador e seus adjacentes⁵⁰. Embora alguns reclamassem da metragem, a favela se desenvolvia, inicialmente, de forma aparentemente tranquila. “Quantas pessoas que moravam em casas de tijolos invejava os favelados dizia que nós eramos favorecidos pelo políticos. No início isto aqui era um primor. Todos os dias, chegava um barracão. Não havia divergência” (JESUS, 2014c, p. 25). Mesmo diante do confronto com os vizinhos de classe média por causa da água, logo nos primeiros dias após a mudança, que lhes recusavam água potável, chegando ao ponto de

⁴⁹ Imagem retirada do satélite Google Maps. Disponível em: < <https://www.google.com/maps/@-23.532805,-46.644589,14z?entry=itu> > Acesso em: 25 out. 2023.

⁵⁰ Não podemos restringir o compartilhamento da residência apenas com os familiares, visto que a própria Carolina chegou a dividir o mesmo barracão com pessoas que pouco conhecia. Ao longo das discussões tais relações de moradia ficarão mais evidentes, bem como a grande complexidade que as envolviam.

arrancar suas torneiras externas, Carolina aponta que eles estavam “com sorte”. “Os cargos políticos eram ocupados pelo Partido social progressista. Já denominado o Partido de Deus” (JESUS, 2014c, p. 25) e assim, logo foi instalada uma única caixa d’água e uma única torneira para os mil moradores do lugar, por intermédio do Dr. Armando de Arruda Pereira.⁵¹

Percebemos como aqui a autora deixa de lado sua criticidade, sempre tão aflorada, sobre a forma pouco planejada como se deu a transferência e os graves problemas enfrentados por eles como consequência. Ao contrário, ela enaltece o menor dos gestos realizados por políticos filiados ao PSP. O Partido Social Progressista, não apenas foi o partido pelo qual Adhemar se elegeu governador em 1947, como foi fundado pelo próprio Barros no ano anterior (DEBRET, 2008). É significativo, nesse sentido, a denominação que ela dá ao partido, como sendo o “Partido de Deus”. Anteriormente, tanto nas passagens do conto, como no poema, percebemos como ela atribui características divinas, baseadas em um ideal religioso, ao político e sua esposa. Aqui, porém, ela o coloca como uma espécie de representante de Deus, inclusive estendendo o adjetivo a todos os políticos que estavam ao seu entorno. As realizações de Adhemar de Barros e daqueles que compunham seu partido, podem ser entendidas como sendo obras do próprio Deus.

Essa forma como as relações entre o político e o povo se davam (lembrando novamente que Carolina busca atribuir esses sentimentos a todos aqueles que eram beneficiados por essas ações), nos escancaram, mais uma vez, as políticas populistas que nortearam esses governos. No entanto, do ponto de vista dos trabalhadores, é necessário observarmos a complexidade que envolvia as suas experiências dentro de um contexto mais amplo das transformações que impactaram diretamente suas vidas. A favela representou, em um primeiro momento, a solução mais confortável para a necessidade imediata de encontrar novas formas de moradia diante das reformas urbanas. Além disso, por ter sido sua

⁵¹ Armando de Arruda Pereira “exerceu funções de vereador da Câmara Municipal de São Bernardo do Campo e de prefeito de Santo André. Iniciou sua carreira ainda como Diretor-Geral da Companhia Cerâmica São Caetano, na cidade de mesmo nome, onde iniciou a campanha pela autonomia daquele município. Foi Prefeito Municipal da Cidade de São Paulo, de 1951 a 1953, e dentre os muitos trabalhos realizados no curto prazo como governador da cidade, vale salientar a criação do Parque Ibirapuera – para abrigar a Exposição do IV Centenário de Fundação de São Paulo – e do mausoléu nos baixos do Monumento do Ipiranga, onde repousam os despojos da Imperatriz Leopoldina, transladados do Rio de Janeiro, e do Imperador D. Pedro I, trazidos de Portugal, pelo então Presidente Américo Tomás”. Informações disponíveis em <<https://abrol-rio.com.br/membro/armando-de-arruda-pereira/>> Acesso em: 18 set. 2023.

instalação obra do governo do estado, e pelo que nos indica a narrativa da escritora, dava um certo alento aqueles trabalhadores, como se, de certa forma, estivessem sendo amparados, acolhidos como cidadãos e tendo seus direitos, finalmente, respeitados. Afinal, o terreno foi cedido pelo município, por intermédio do governador, ou seja, não era uma ocupação, muito menos uma invasão. Havia uma administração que cuidava da justa divisão dos lotes e também daqueles que estavam aptos a “ganhá-los”. Os problemas iam sendo “resolvidos” na medida em que surgiam, como a questão da água e da luz, “Reuniram cotisavam e estalavam a luz” (JESUS, 2014c, p. 25).

Essa complexidade se expressa de forma bastante evidente na trajetória de Carolina, sendo ela significativa para analisarmos as condições de moradia e de trabalho da classe trabalhadora paulista daquele período. Relembramos que a mudança para a favela, mas que uma consequência das reformas urbanas, também foi necessária devido a uma gravidez inesperada, e que limitou ainda mais suas opções de trabalho e moradia. Assim, em diversos momentos narrados por ela ao longo dos anos, podemos perceber a dualidade de sentimentos que ela expressa em relação àquele espaço onde residiu, juntamente com seus filhos, por 12 anos. A despeito de todos os problemas, a conquista daquele pequeno lote representou para ela a possibilidade de uma espécie de “estabilidade”, um lugar fixo para morar e que ela podia chamar de seu. Ademais, naquele barracão ela pode, finalmente, sistematizar seus estudos, sua escrita, fazer a sua biblioteca particular e guardar suas produções.

2.5 O desafio de viver e escrever na favela do Canindé

Muito já foi debatido acerca das condições materiais de vida encontradas pelos moradores que passaram a residir no terreno cedido pela prefeitura no bairro do Canindé. A precariedade das moradias, a dificuldade de acesso a água e a luz, bem como a completa falta de saneamento básico faziam parte do dia a dia dos favelados. Por mais que Carolina pareça bastante satisfeita, em um primeiro momento, em relação à solução encontrada por Barros e Lauro, logo observa-se, pela sua própria experiência narrada, como tal solução não acabou com o problema da moradia dos trabalhadores pobres, apenas o anestesiou, momentaneamente.

Ganhar o pequeno lote de 72m² foi só o primeiro passo, talvez o mais fácil de todo o processo de estabelecimento, afinal, ninguém vive apenas em um lote. É necessário um teto sobre a cabeça, água para lavar roupas, louças, cozinhar! É preciso um lugar para fazer nossas necessidades fisiológicas (ou pelo menos descartá-las). Uma cama para descansar o corpo depois de um dia duro de trabalho... talvez um rádio para alegrar os dias, saber as notícias e as horas. E para isso, luz! Moradia, diante disso, significa muito mais do que o espaço físico onde ela se edificará, mas um lugar de segurança, conforto e familiaridade.⁵²

Isso se evidencia no fato de Carolina não ter ido residir em seu lote, em um primeiro momento, mas sim com um casal que já tinha um barraco. “No início eu fui morar com o casal que bebiam. [...] Eu trabalhava numa pensão. Quando eu chegava em casa estava exausta dormia enquanto eu dormia eles vasculhavam meus bolsos. De manhã, eu não tinha dinheiro para condução” (JESUS, 2014c, p. 25). Construir o seu barraco não demandaria apenas material, mas também mão de obra e, portanto, dinheiro. O trabalho na pensão provavelmente rendia apenas o necessário para a sobrevivência diária, alimentação e transporte, além de, como ela aponta, ser constantemente roubada pelos donos da casa. Assim, dificilmente ela conseguiria juntar dinheiro suficiente para contratar mão de obra “especializada” e materiais adequados para a edificação. Ela mesmo afirma “Eu queria fazer o meu barracão e não [tinha] dinheiro para comprar tabuas” (JESUS, 2014c, p. 25). O Estado, por sua vez, não se responsabilizou por essa situação, limitando-se a dividir os lotes e instalar uma única torneira de água para os mais de 1000 (mil) moradores.⁵³

A narrativa da construção do barraco por Carolina Maria de Jesus nos oferece um relato vívido das dificuldades extremas que os trabalhadores enfrentavam para conquistar uma moradia. Mesmo grávida e à beira de perder seu emprego, sem qualquer tipo de seguridade social, Carolina não tinha a quem recorrer, nem mesmo ao então governador Adhemar de Barros. A solução que encontrou foi construir seu barraco sozinha, utilizando materiais improvisados. As

⁵² A importância da casa vai muito além da simples dimensão de “um teto sobre a cabeça”. Ela é crucial, não apenas de um ponto de vista material, óbvio, mas, igualmente, por constituir uma categoria central de um domínio cultural e um mapa simbólico de representações ideológicas.

⁵³ Klaas Woortmann observou que, a partir da década de 1970, “os projetos habitacionais objetivaram eliminar favelas e, assim, ao invés de oferecer uma solução aos problemas do pobre, criaram-lhe um problema, pois não se admite, em muitos círculos de tecnocratas e ‘planejadores’, que as favelas são, em si mesmas, uma solução social” (WOORTMANN, 1981, p. 127).

tábuas, segundo seu relato, foram doadas pelo padre João Batista de Carvalho, provenientes de uma reforma na igreja. Contudo, sem dinheiro para pagar o transporte, Carolina teve que carregar as tábuas na cabeça, em longas e extenuantes caminhadas da Avenida Brasil até o ponto final do Canindé.

Todas as noites eu dava duas viagens. Eu ia de bonde e voltava a pé com as tábuas na cabeça. Três dias eu carreguei tábuas dando duas viagens. Deitava às duas horas da manhã. Eu ficava tão cansada que não conseguia dormir. Eu mesma fiz o meu barracãozinho. 1 metro e meio por 1 metro e meio. [...] Sobrou uma tábua de quarenta centímetros de largura, era em cima dessa tábua sem colchão que eu dormia (JESUS, 2014c, p. 25).

Esse relato não apenas ilumina as dificuldades materiais envolvidas na construção da casa, mas também expõe a precariedade das condições de vida e a criatividade forçada que os trabalhadores pobres precisavam adotar para garantir um teto. Carolina se viu compelida a recorrer ao “esquema informal” da favela, pois, como apontado por Woortmann,

[...] não é fácil construir uma casa; se o trabalhador tivesse que fazê-lo segundo as regulamentações formais, ou se tivesse que comprá-la no mercado formal, dificilmente ele chegaria lá. Só pode fazê-lo através de esquemas informais, seja pela via da favela, seja pela via dos mercados de trabalho informais, esquemas esses de fundamental importância para a sobrevivência da família operária (1981, p. 126-127).

Carolina, ao escolher a “via da favela”, não seguiu qualquer regulamento formal na conquista de sua moradia. Ela construiu sua casa com as próprias mãos, evidenciando o quanto a necessidade extrema a levou a criar um espaço mínimo, mas vital, para garantir a sobrevivência da sua família. A escritora deixa claro que foi a gravidez que a impulsionou a buscar um terreno, motivada pelo medo do que via ao seu redor “Eu conhecia a vida infausta das mulheres com filhos e sem lar. Vi muitas crianças morrer ao relento nos braços das mães” (JESUS, 2014c, p. 25).

O estabelecimento de Carolina na favela reforça a imagem da efemeridade de sua condição material até aquele momento. Após o término da construção do barraco, tudo o que lhe restou foi uma única tábua, que se tornou sua cama improvisada. Não havia móveis, utensílios ou qualquer item básico necessário para equipar uma casa. Provavelmente, ela dispunha de algumas roupas e livros, mas nada além disso. Assim, a construção do lar estava longe de ser completa, e o

processo de melhorar essa moradia foi longo e árduo. No entanto, dentro dos limites de suas possibilidades, o barraco simbolizou um passo crucial para a sobrevivência de sua família, proporcionando-lhes uma vida minimamente estável. Assim, essa estabilidade, por mais precária que fosse, representava um triunfo pessoal e uma vitória sobre as adversidades impostas por uma sociedade que, até então, a havia relegado à completa marginalização.

Fosse por meio de doações, como no caso dos móveis do seu quarto; “Fui na Dona Julita buscar a cama que ela deu-me” (JESUS, 2014a, p. 125) “...Eu fui buscar o guarda-roupa velho. Quando cheguei para pegar o guarda-roupa, uma jovem que reside lá auxiliou-me a descer o guarda-roupa e deu-me um colchão” (JESUS, 2014a, p. 135), fosse por meio da compra, como no caso do seu rádio “... Hoje eu estou estreando um radio.” (JESUS, 2014a, p. 142), Carolina foi montando um lar para seu filho primogênito.

Na medida que a família aumentou, ela também buscou ampliar e reformar o lugar. Em 1949, na iminência de ser mãe pela segunda vez, ela decide “trabalhar com o objetivo arranjar dinheiro para eu erguer o barraco”,

Todos os dias eu comprava uns caibros se ganhava cinquenta cruzeiros comprava três caibros. Se ganhava quarenta comprava dois. E assim, eu fui cómprando ripas. pregos e telhas... Precisava comprar dormentes porque Os barracões tinham que ser construído. Chovia dava enchente. E eu tinha passado uma enchente dentro d'água. O antigo barracão foi construído na terra sem assoalho passei três dias em cima da cama. Puis o fogareiro nos pes da cama comprei uma lata de carvão e ali naquela posição imcomoda eu preparava minhas refeições (JESUS, 2014c, p. 29).

A fotografia a seguir, publicada no Jornal Última Hora em 1952,⁵⁴ nos permite visualizar como se encontrava a construção naquele momento,

⁵⁴ PACHECO, Matos. Carolina Maria, Poetisa Negra do Canindé. Última Hora. São Paulo, n. p., 27 de maio de 1952. In: SOARES, 2023, p. 199.

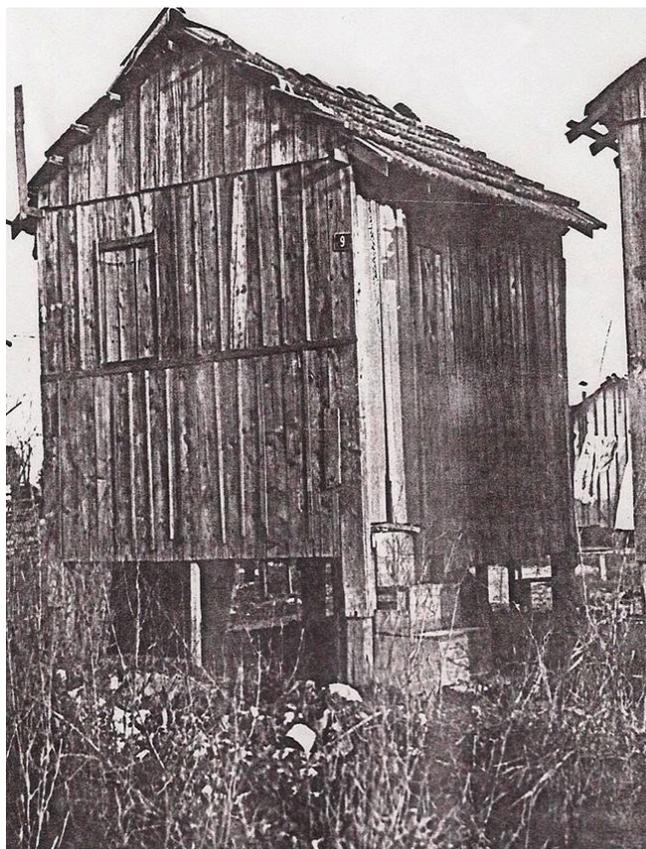


Figura 7 – Casa da família Jesus na Favela do Canindé
Fonte: Pacheco, In: Soares (2023, p. 199).

Mais adiante, em 19 de julho de 1955, ela narra que mandou construir um balanço pra os meninos “Para ver se eles permanece no quintal para os vizinhos não brigar com eles” (JESUS, 2014a, p. 19), mas somente em 20 de julho de 1958 ela manda construir uma cerca “Para evitar a entrada dos nortistas que por qualquer motivo vem aborrecer” (JESUS, 2014a, p. 96). Além disso, poucos dias antes, em 8 de julho, ela ainda menciona que tem pretensão de construir um quartinho para ela escrever e guardar os livros, pois havia ganho algumas tábuas embora a realização da obra não seja mencionada em *Quarto de Despejo*.

Diante dessas informações, podemos observar que o barraco improvisado na favela representou muito mais do que um abrigo temporário para Carolina e seus filhos; tornou-se um verdadeiro lar. Apesar das limitações em termos de privacidade, como evidenciado pelas constantes queixas de Carolina sobre barulho e invasões, aquele pequeno espaço oferecia à família um refúgio, um lugar onde, ao fechar a porta, eles podiam se retirar para o seu humilde mundo particular. Embora as crianças estivessem muito mais protegidas do que se estivessem na rua, e a segurança proporcionada pelo fato de estarem “trancadas em casa” permitisse que

Carolina pudesse sair para trabalhar com mais tranquilidade, o barraco também possibilitou que ela cogitasse sistematizar seus escritos. Agora, com um lugar fixo para ler, escrever e guardar suas produções, Carolina pôde aprimorar seu trabalho como escritora, a ponto de imaginar a criação de uma espécie de escritório para suas atividades intelectuais.

Além dessa estabilidade mínima oferecida pela moradia, houve também a mudança de trabalho que Carolina adotou quando descobriu estar grávida. Como já mencionado, vivendo em um contexto em que a seguridade social era algo distante para uma trabalhadora informal sem carteira assinada, a gravidez representou uma drástica redução em suas oportunidades de emprego. A solução mais viável foi recorrer à cata de recicláveis, como uma forma de garantir a subsistência da família. De acordo com Gorbán (2004), essa atividade se tornou uma alternativa para muitas pessoas que, diante da perda de suas fontes tradicionais de renda, precisaram buscar novas formas de trabalho. Nesse cenário, a rua se consolidou como um espaço de inserção para os desempregados.⁵⁵

A cata de papel permitia a Carolina conseguir algum dinheiro para alimentar sua família, uma vez que a moradia, minimamente, já estava “assegurada” e não representava mais um gasto fixo. No entanto, isso não significa que Carolina deixou de ser explorada ou que estava fora das dinâmicas do capital. Como aponta Antonio Bosi, muitas vezes a aparente “autonomia” dos catadores, que podem estabelecer horários flexíveis ou trabalhar em espaços públicos, é equivocadamente interpretada como liberdade ou como uma fuga ao processo de acumulação de capital.⁵⁶ A própria experiência de Carolina ilustra essa realidade. Trabalhando para o senhor Estefenson, ela relata que, apesar de seus esforços, o pagamento era sempre o mesmo, independentemente da quantidade de material coletado,

Eu estava catando papel para o Estefenson. Eu catava papel das sete até as 11. Quando eu ia receber, ele dizia: deu vinte cruzeiros. Noutro dia eu mandava mais papel. Pensava: hoje eu ganho mais.

⁵⁵ Como consequência, um número cada vez maior de pessoas perdeu suas fontes tradicionais de remuneração, encontrando-se diante da necessidade de buscar alternativas. Nesse contexto, a rua constituiu-se como um espaço dentro do mercado de trabalho que parecia abrir suas portas aos trabalhadores desempregados (GORBÁN, In: BOSI, 2008, p. 102).

⁵⁶ Subordinado, integrado e requerido pelo processo de acumulação de capital, o trabalho dos catadores traz, como força produtiva, a marca das relações capitalistas de produção. Sua organização acontece determinada pelo capital envolvido no negócio da reciclagem, embora a relação social de exploração sobre o trabalho não apareça formalizada em contratos que fixem jornadas e salários (BOSI, 2008, p. 113).

Ele dizia: deu vinte cruzeiros. Passei a mandar o papel para a rua Guarapé. O primeiro dia, ganhei 45 cruzeiros. Fiquei contente. Noutro dia, 55 cruzeiros (JESUS, 2014c, p. 29).

Essa “autonomia” de Carolina deve, portanto, ser entendida dentro de seus limites. Ela continuava inserida nas dinâmicas do capital, sendo explorada, mesmo que de forma menos formalizada.

No caso específico de Carolina, devemos também considerar as singularidades de suas expectativas e objetivos. Além de sua busca constante por ingressar no mundo das letras como escritora, ela tinha dependentes sob sua responsabilidade, o que impunha sobre ela o papel de provedora e cuidadora. Nesse sentido, coletar recicláveis permitia que Carolina conciliasse o trabalho intelectual com o cuidado de seus filhos, desempenhando o papel de mãe e educadora. Diante de sua realidade, essa atividade apresentava-se como a melhor opção disponível.

No que tange à questão dos filhos, observamos por exemplo, que Carolina acompanhava de perto o seu rendimento escolar, incentivava a leitura (embora não gostasse que os meninos lessem os gibis), participava das reuniões escolares, estava constantemente buscando conversar com os professores, entre outras atribuições que vão além do simples prover. Vera Eunice comentou que “só fui trabalhar com 16, 17 anos. Minha mãe não queria deixar que nós passássemos pelo que ela passou” (MEIHY; LEVINE, 2015, p. 75).

Já em relação ao trabalho de escritora, Carolina pode desenvolvê-lo com maior afinco, como observamos na própria quantidade de obras escritas por ela nesses 12 anos em que residiu na favela do Canindé. Por mais que o encontro com Audálio Dantas, em 1958, tenha influenciado na sua escrita, visto que nesse momento ela passou a priorizar a escrita do diário, Carolina sempre foi uma escritora assídua. No conto *Favela* ela aponta que, no dia 27 de maio de 1950 ela saiu na “Epoca”, “Quando os faveladós viram o meu retrato no jornal ficaram habismadós. Dizia: – A D. Carolina esta no jornal. O que ela fez? Róubou? – Não! É poetisa. Esta dizendo que um dia, há de ser escritora!” (JESUS, 2014c, p. 30). Logo adiante ela também narra que neste mesmo ano “era a época da campanha elêitoral pra candidatura de Getulio Vargas. E o jornal que enaltecia o extinto presidente. Era o Defensô. [...]. Cómo eu era getulista pedi ao senhor Jorge Córrêia, se açêitava minhas colaboraçôes. E passei a escrever no “O defensô” (JESUS, 2014c, p. 31).

Segundo sua autobiografia, ela chegou a publicar dois artigos antes de ser mãe pela segunda vez. O primeiro artigo escrito e publicado foi em 17 de junho de 1950,⁵⁷ e foi transcrito por ela no conto. É inclusive nesse artigo que ela publicou o poema em homenagem a Vargas, anteriormente mencionado. O segundo, e último, foi publicado em 23 de junho do mesmo ano. No dia 6 de agosto de 1950 nasceu José Carlos.

Em 27 de maio de 1952 Carolina também saiu em uma reportagem, de quase uma página inteira, no jornal Última Hora com o título *Carolina Maria, Poetisa negra do Canindé* (PACHECO, 1952). Segundo a pesquisadora Poliana Soares,

O texto não revela o nome completo da protagonista, mas narra que ela foi até a redação do jornal e deixou seu endereço para contato. Os jornalistas foram até o barraco número 9 para conhecer um pouco mais da história. “Vocês querem saber minha vida? Pois eu tenho tudo escrito numa espécie de diário ou romance autobiográfico. Veja...” (SOARES, 2023, p. 76).

Essas evidências reforçam a ideia de que, durante os anos em que Carolina morou na favela do Canindé, pôde sistematizar e percorrer com mais afinco seu objetivo de se tornar uma escritora reconhecida. É interessante observarmos na reportagem da Última Hora o fato de, mais uma vez, ela se apresentar com o título de “poetisa negra”, ou seja, criando a sua identidade. Outro ponto interessante a ser observado é o fato dela afirmar já possuir diversos escritos autobiográficos, “uma espécie de diário”. Como se sabe, os escritos no formato diário, tal qual temos em *Quarto de Despejo*, começaram a ser produzidos por ela em 1955, nesse sentido, podemos inferir que se tratava de escritos como o próprio conto *Favela* ou mesmo as primeiras versões dos capítulos que compõem hoje *Diário de Bitita*. Além disso, a flexibilidade dos seus horários de trabalho lhe possibilitava estar nas redações dos jornais, ou nas rádios em horários ditos “comerciais”, condição dificultada se caso tivesse um trabalho com horário fixo.

Como já foi possível observar nas fontes citadas anteriormente, isso está longe de significar que o trabalho de coleta de recicláveis, bem como a moradia na favela, proporcionavam condições dignas de vida à Carolina e sua família. Isso se expressa, por exemplo, na tentativa dela de retornar ao trabalho nas casas de

⁵⁷Reportagem disponível em: https://www.vidaporescrito.com/files/ugd/92f547_53dca8cb46c84ad1b776d8a6fe7fb999.pdf
Acesso em: 25 out. 2023.

família durante a gravidez de José Carlos. “Ressolvi arranjar um emprego que me aceitasse com o menino. Fui na radio Piratininga o Chico carretel anunciou e me apareceu um emprego. [...] Trabalhei oito dias fui despedida. Achavam que eu, e o menino dava prejuízo” (JESUS, 2014c, p. 30), o jeito foi continuar “catando papel”.

“No principio tinha vergonha de catar papel. Quando começei achar anel de ouro e outras obgetos de valôr no lixo, comecei interessar pelo oficio” (JESUS, 2014c, p. 37). Essa reflexão, feita ainda em 1950, expõe claramente o estigma que o trabalho da coleta de recicláveis impõem aqueles que o realizam. Em linhas gerais, “catar papel” significa “catar lixo”, afinal, para encontrar o material em questão é indispensável ao trabalhador revirar as latas de lixo, selecionar aquilo que lhe interessa e devolver o restante.

Por muito tempo, o trabalho dos catadores de recicláveis esteve ausente das pesquisas acadêmicas. Segundo Bosi (2007, p. 2), “Na década de 1970 as pesquisas acadêmicas não lhes tinham ainda capturado como objeto de estudo”, sendo que, “sua presença parecia ser percebida apenas pelos poetas e dramaturgos”. Exemplo disso é o poema *O Bicho*⁵⁸, de Manuel Bandeira, escrito em 1947, que apesar de não retratar, propriamente, o catador de reciclável, já apontava para uma parcela da população que sobrevivia do lixo. Assim, a experiência de Carolina, ao que tudo indica, foi a primeira referência na literatura brasileira a retratar como se processava as relações de trabalho da coleta de recicláveis, ainda na década de 1950. Na década de 1960, uma importante produção literária brasileira que retrata com intensa sensibilidade o trabalho dos catadores de papel, é a peça de teatro de Plínio Marcos, *Homens de Papel* (1967). “Nela [Marcos] salientou os conflitos entre Berrão, que comprava e revendia papel para reciclagem, e diversos catadores que recolhiam o material em sacos. Na rotina diária da catação de papel, os catadores tentavam disputar com Berrão o controle sobre o trabalho” (BOSI, 2007, p. 1).

No caso de *Quarto de Despejo*, no entanto, observamos não apenas as relações econômicas em torno da compra dos materiais pelos depósitos, como também aspectos da sua rotina diária de trabalho, seus horários de trabalho, o drama dos dias de chuva, entre outras questões. Mais do que isso, as reflexões

⁵⁸ Vi ontem um bicho, Na imundície do pátio, Catando comida entre os detritos./ Quando achava alguma coisa, Não examinava nem cheirava: Engolia com voracidade. / O bicho não era um cão, Não era um gato, Não era um rato. / O bicho, meu Deus, era um homem. Disponível em: <<https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/?q=noticia/62245>> Acesso em: 30 out. 2023.

contidas nos diários, nos revelam dimensões ainda mais complexas, como a expressada na citação. Nela, observamos uma dupla face do trabalho em questão, o estigma de revirar as latas de lixo, em contraposição a possibilidade de encontrar outros bens, além de papel, como no caso do relógio. Em muitas ocasiões ela narra ter encontrado roupas no lixo “lavei a blusa de renda que eu achei no lixo” (JESUS, 2014a, p. 181), ou outros objetos que podia vender “Fui no senhor Manuel vender os ferros que eu achei pelas ruas” (JESUS, 2014a, p. 84); “achei um par de sapatos no lixo. Vendi por 20 cruzeiros” (JESUS, 2014a, p. 187). Assim, na medida em que os anos passaram em 1º de novembro de 1958 ela afirma “Eu já estou tão habituada com as latas de lixo, que não sei passar por elas sem ver o que há dentro” (JESUS, 2014a, p. 129). Tudo isso se condensa na própria experiência da escritora, ao refletir que “a gente precisa fazer qualquer serviço para ganhar e custear a vida” (JESUS, 2014a, p. 37).

Mas é preciso considerar que, apesar da coleta de materiais recicláveis garantir uma renda (quase) diária, ela não representava uma quantia considerável, muitas vezes não garantindo nem o mínimo para a sobrevivência da família. A expressão máxima dessa carência é a fome, a qual é assunto constante nas narrativas do diário. Em certa medida, Carolina buscava suprir essa carência com outras atividades, como lavar roupas para fora, ou realizar pequenos serviços domésticos, muitas vezes pagos com gêneros alimentícios e de higiene, algum móvel (cama, colchão), material reciclável de maior valor, ou seja, que não representavam uma remuneração em dinheiro. Tal questão se expressa, por exemplo, na sua relação com a Dona Julita, a qual aparece com bastante frequência no *Quarto*.

Dona Julita era uma amiga de Carolina, parte da chamada “classe média” brasileira. Pelas descrições observadas na narrativa de Carolina, podemos inferir que ela possuía casa própria, provavelmente no bairro Canindé, mais próxima ao centro da cidade de São Paulo. Lá sempre havia fartura de alimentos, comida cheirosa e bem temperada. Apesar disso, Dona Julita e seu esposo, o senhor João, também faziam parte da classe trabalhadora brasileira, provavelmente pertencentes a uma parcela de trabalhadores que puderam desfrutar, durante certo tempo, das melhorias provisórias promovidas pela consolidação das leis trabalhistas, em um momento de grande desenvolvimento industrial. Mas em 23 de setembro de 1958, Carolina narra que “[Dona Julita] está nervosa porque o senhor João está doente.

Ele disse que não odeia os que lhe lesaram. Que ele ficando pobre viu muitas nobresas nas pobresas” (JESUS, 2014a, p. 122). Uma hipótese é a de que, a doença mencionada, pode ter sido desencadeada por um acidente de trabalho, visto o senhor João apontar não odiar os que “lhe lesaram”. Diante disso, este pode ser um indício dos limites da mobilidade social da classe trabalhadora brasileira no contexto em questão.

No que tange tal relação, além da troca de trabalho por comida e outros produtos básicos relatados por Carolina, “...Findo o serviço ela deu-me sabão, queijo, gordura e arroz. Aquele arroz agulha. O arroz das pessoas de posses” (JESUS, 2014a, p. 134), observamos como a escritora percebe Dona Julita e sua família, como sendo pertencente à elite, à classe dominante. Na citação em questão, isso se expressa pela possibilidade de a amiga adquirir comida de qualidade, destinada apenas aqueles “de posses”. Na narrativa sobre a doença do senhor João ela aponta: “Percebi que entre os ricos há sempre uma divergência por questões de dinheiro. Não posso esclarecer estas questões porque sou pobre como rato” (JESUS, 2014a, p. 122).

Diante disso, é interessante observarmos que – como no caso do capítulo anterior quando analisamos a questão do coronelismo nas primeiras décadas do século XX – ao analisarmos as diferenças entre ambas as mulheres, observamos que, embora dentro do contexto geral da divisão de classes no Brasil da década de 1950, tanto dona Julita, como Carolina pertencessem à classe trabalhadora, a condição miserável da escritora, ao contrário de elevar o status social de Julita, escancara ainda mais a sua miserabilidade.

Novamente, a expressão mais intensa dessa diferença, é a fome. Segundo Carolina, sua filha Vera Eunice, chegou a lhe fazer a seguinte proposta. “— Mamãe, vende eu para a Dona Julita, porque lá tem comida gostosa” (JESUS, 2014a, p. 42), enquanto na sua casa, além da comida ser pouca, ainda era insossa, sem tempero, sem gordura, muitas vezes provinha do lixo: “...Achei um cará no lixo, uma batata doce e uma batata solsa” (JESUS, 2014a, p. 40). Em outro momento ela também narra,

Eu ontem comi aquele macarrão do lixo com receio de morrer, porque em 1953 eu vendia ferro lá no Zinho. Havia um pretinho bonitinho. Ele ia vender ferro lá no Zinho. Ele era jovem e dizia que quem deve catar papel são os velhos. Um dia eu ia vender ferro

quando parei na Avenida Bom Jardim. No Lixão, como é denominado o local. Os lixeiros haviam jogado carne no lixo. E de escolhia uns pedaços: Disse-me:

— Leva, Carolina. Dá para comer.

Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne. Para comer os pães duros ruidos pelos ratos. Ele disseme que não. Que há dois dias não comia. Acendeu o fogo e assou a carne. A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. (...) No outro dia encontraram o pretinho morto (JESUS, 2014a, p. 39-40).

Foi nessa precariedade de condições que Dantas conheceu Carolina em 1958, e foi nessa precariedade de condições que Carolina e seus filhos viveram até o dia 30 de agosto de 1960, dia em que Carolina deixou a favela e mudou-se para Osasco. No dia 5 de maio de 1958, dia em que ela assinou o contrato com a livraria Francisco Alves, para publicação do seu livro, ela fez a seguinte narrativa: “5 de maio de 1960 Levantei as 5 horas para preparar a roupa dos filhos para irmos na Livraria. Não vou fazer café porque não tenho açúcar nem dinheiro para o pão. Eu peguei um saco e catei latas, ferros e vidros e uns metais e fui vendê-los” (JESUS, 1961, p. 13). Assim, ao adentrar (literalmente) o mundo das letras, Carolina ainda se encontrava na condição de catadora. “Parece que eu vim ao mundo predestinada a catar. Só não cato a felicidade” (JESUS, 2014a, p. 81).

Sabemos que a condição de catadora de papel e favelada foram imagens intensamente exploradas nos anos que se seguiram, sendo estigmas que a acompanharam pelo resto de sua carreira de escritora. Nesse sentido, cabe agora analisarmos como a sua condição de trabalhadora se expressou nos anos que se seguiram à publicação do *Quarto de Despejo*. Afinal, agora a sua intimidade estava exposta, e o mundo inteiro pareceu interessar-se por ela. O que isso representou para sua imagem, sua carreira e suas relações nessa nova dimensão dos mundos do trabalho?

CAPÍTULO III (1960-1963) — EM BUSCA DO RECONHECIMENTO ENQUANTO ESCRITORA: QUEM PENSAM QUE SOU?

Carolina Maria de Jesus foi o grande sucesso brasileiro da década de 1960. Em certo nível, ela projetou uma imagem do Brasil para o mundo. Ademais, mesmo no contexto da Guerra Fria (ou em partes, por causa dele), ela atingiu em cheio países capitalistas e socialistas com o drama da miséria, a qual não era exclusividade do seu país. Ainda nos primeiros anos, o livro foi traduzido para 13 idiomas e publicado em 40 países, entre eles Estados Unidos, França, Itália, Japão, Cuba e Tchecoslováquia (O Tempo, 2020). No entanto, faz-se necessário observar que não foi apenas essa imagem de fome e tristeza que ela exportou para o mundo, mas também a de que, apesar dessa condição, por meio de um esforço monumental, ela alcançou o seu objetivo: tornar seu livro um *best-seller*.

Não é raro observarmos isso em suas visitas as favelas cariocas ou de Buenos Aires, na Argentina, após o sucesso de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Para muitos, Carolina passou a ser vista, não apenas como parte daquele mundo e como uma porta-voz, mas também como alguém que deu o “ponta pé inicial”, escancarando a sua experiência para que outros então a seguissem. É certo que a autora não foi a primeira a retratar o tema da miséria no mundo, na literatura podemos encontrar vários exemplos nesse sentido, como o clássico francês *Germinal* (1885) ou *O Cortiço* (1890) de Aluísio de Azevedo, mas a repercussão e o alcance social da obra de Carolina foram praticamente inéditos.⁵⁹ Exemplo disso aparece no livro de Françoise Ega, *Cartas a uma negra*, escrito por ela entre 1962 e 1964 e traduzido e publicado no Brasil em 2021. O livro se inicia da seguinte forma,

Pois é, Carolina, as misérias do mundo inteiro se parecem como irmãs. Todos lêem você por curiosidade, já eu jamais a lerei; tudo o que você escreveu, eu conheço, e tanto é assim que as outras pessoas ficam impressionadas com as suas palavras” (EGA, 2021, p. 5).

⁵⁹Essa questão também merece atenção e será melhor investigada no decorrer da pesquisa: Porque sua obra ganhou tanta repercussão, visto que não era um tema relativamente novo? Isso se deve apenas ao seu caráter autobiográfico ou o contexto social contribuiu para o fenômeno?

Ega, ou Maméga,⁶⁰ era uma antilhana, residente em Marselha, França. Mulher, negra e pobre, ela viu no exemplo de Carolina a força que precisava para pôr em prática um desejo antigo, o de também tornar-se uma escritora publicada. Foi em uma matéria do jornal *Paris Match*, publicada em 1962 (Piauí, 2021), que Maméga ficou conhecendo Carolina. À reportagem foram dedicadas cinco páginas, que traziam um resumo da vida de Carolina, além de trechos de seu livro *Quarto de Despejo*. Esse foi o único contato que Ega teve com a vida ou obra de Carolina, e foi por meio dele que ela construiu uma imagem acerca da escritora. Um dos trechos que me chamou a atenção foi quando, após ser desacreditada pelo marido quanto ao tipo de literatura que produzia, (“Quem vai se interessar por histórias de negros?”) Maméga comenta: “Eu poderia ter desanimado. Mas, Carolina, vejo você escrevendo à luz de vela, sem a presença de ninguém para lhe dizer que tipo de mamoeiro você é, me debruço então sobre uma nova página e a encho de realidade” (EGA, 2021, p. 33).

Lendo as páginas escritas por Carolina, principalmente aquelas retiradas no momento da edição de *Quarto de Despejo*, podemos observar uma série de “equivocos” em relação à imagem que Ega construiu a partir da leitura da reportagem sobre a escritora brasileira. Primeiro, havia muitos desacreditando Carolina acerca de suas produções literárias. Muito antes de conhecer Audálio Dantas, ela já percorria as editoras, jornais, livrarias, rádios, em busca de reconhecimento de sua escrita, poucas vezes obtendo sucesso. Tom Farias apontou que, “Carolina trabalhava nas casas de família ‘com má vontade’, doida para dar sua hora para ir para perto dos artistas, no teatro, ou com seus ‘colegas’, nas redações dos jornais, que ela frequentava com muito mais frequência” (FARIAS, 2017, p. 144). Dentre as poucas vezes em que obteve êxito, podemos citar a entrevista concedida ao jornal *A Noite*, no Rio de Janeiro em 1942 e a publicação de um poema em homenagem a Getúlio Vargas publicado no jornal *O Defensor*, em 1950 (FERNANDEZ, 2015, p. 20-21). Além disso, muitos vizinhos e conhecidos de Carolina, a desacreditavam, dizendo que sua escrita não a levaria a lugar nenhum. Além disso, após conhecer o jornalista ela aceita escrever sobre o dia a dia na

⁶⁰“Maméga era como se referiam carinhosamente os mais íntimos. Ele foi baseado na contração crioula de ‘madame’ com ‘Ega’”. In: SOUSA, Fernanda da Silva e. *Livro com cartas para Carolina Maria de Jesus abriga empatia e revolta*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/04/livro-com-cartas-para-carolina-maria-de-jesus-abriga-empatia-e-revolta.shtml>> Acesso em: 16 maio 2021.

favela, mas apenas visando isso como porta de entrada para a publicação daquilo que ela realmente gostava de escrever: suas poesias, contos e romances. Mais do que isso, em vários momentos Carolina expressou um profundo ressentimento por ter escrito tal obra, (embora isso não diminua o valor e a importância da boa recepção do livro).

Longe de ser uma crítica a Françoise Ega, essa questão levanta um ponto muito importante no que tange à trajetória de Carolina Maria de Jesus enquanto escritora: a construção da sua imagem por aqueles que a divulgaram. Apesar do livro ter sido um sucesso de vendas, a experiência de Ega em relação a Carolina nos aponta para o caminho de pensar que muitos que ouviram ou leram as narrativas de Carolina de Jesus o fizeram somente por meio da mídia. A forma como as experiências de Carolina foram tratadas, desde as edições de seus diários, passando pela forma como foi noticiada ao longo do seu processo de ascensão e decadência no “mundo intelectual”, são reflexos e indícios das relações sociais estabelecidas naquele momento, entre a classe trabalhadora e a classe dominante. No caso em questão, o que se destaca é que, Dantas entrou em sua vida e a convenceu a transformar seus diários em livro. Ela aceitou o desafio. Seria, afinal, uma porta de entrada para publicar suas poesias e contos, sua arte ficcional haveria de ser divulgada, mesmo que o ingresso fosse pago com a exposição de sua vida.

Ao que tudo indica, a mídia (e aqui também incluímos a figura do repórter Audálio Dantas) foi responsável pela imagem que se criou de Carolina Maria de Jesus, nas diferentes “etapas” de sua vida enquanto escritora. A forma como ela foi inicialmente retratada, uma mulher pobre, negra, marginalizada, mas que era também guerreira e sonhadora, contrasta com a imagem que vemos alguns anos depois, como uma causadora de intrigas, orgulhosa, e mau agradecida. Assim, a hipótese que levanto é a de que essas mudanças de perspectiva tinham profundas relações com os interesses sociais, políticos e econômicos do período em questão.

Nas palavras de Cruz e Peixoto, é importante pensarmos a historicidade da imprensa, visto que, isso implica em primeiro lugar,

[...] tomá-la como uma força ativa da história do capitalismo e não como mero depositário de acontecimentos nos diversos processos e conjunturas. Como indica Darnton, é preciso pensar sua inserção histórica enquanto força ativa da vida moderna, muito mais ingrediente do processo do que registro dos acontecimentos,

atuando na constituição de nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica (CRUZ, 2007, p. 257).

3.1 A construção da imagem de Carolina Maria de Jesus pela mídia

Retomemos, primeiramente, o encontro entre Carolina Maria de Jesus e o repórter Audálio Dantas. Em seu livro, *Tempo de Reportagem: histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro*, Dantas aponta as motivações que o levaram até a favela do Canindé. Segundo ele,

Quando propus a Hideo Onaga, chefe de reportagem das *Folhas*, uma matéria sobre uma favela que crescia no bairro do Canindé, às margens do Tietê, ele vibrou como um foca. Eu me propunha a acompanhar, pelo tempo que fosse necessário, o dia a dia da favela que começava a incomodar por estar bem próxima do centro da cidade, exibindo a miséria até então escondida na periferia. [...] Ficou acertado com o Japonêsinho que eu ficaria pelo menos uma semana fora a vasculhar a favela (DANTAS, 2012, p. 8).

No trecho é possível observarmos que sua intenção principal, ao propor a reportagem sobre a favela, era denunciar a miséria que se agravava cada dia mais na capital paulista, em dissonância com a intensa propaganda em torno do trabalho e do progresso que atraía pessoas em todo o país naquele momento. A própria favela do Canindé, foco da pesquisa de Dantas, era composta, majoritariamente, de imigrantes vindos do nordeste e norte do país, em busca de trabalho e melhores condições econômicas de vida.

No entanto, logo nos primeiros dias em que estive na favela, Audálio ficou conhecendo Carolina Maria de Jesus. Ao se deparar com a riqueza das narrativas produzidas por ela, Dantas vislumbrou nesses escritos a possibilidade de tornar sua reportagem-denúncia ainda mais forte e impactante, e foi pensando nessa perspectiva que ele propôs para a escritora a edição e publicação de alguns daqueles cadernos.

Voltei à redação três dias depois, fui direto à mesa dele [editor]:

— Pronto, a reportagem tá aqui.

— Já?

Respondi que sim e pus sobre a mesa meia dúzia de cadernos encardidos.

— Que é isso? – ele perguntou, meio ressabiado.

— A reportagem – respondi (DANTAS, 2012, p. 8).

Entre 1958 e 1960, ano do lançamento, Dantas buscou divulgar pequenos trechos do livro, principalmente como forma de testagem em relação a recepção desse “novo” formato literário. Segundo Perpétua “ele o divulgou em doses precisas, em reportagens que serviam tanto para estimular Carolina quanto para testar a recepção do público” (PERPÉTUA, 2002, p. 36-37). Durante esses anos foi possível localizarmos duas grandes reportagens escritas por ele, uma publicada, em 1958, no jornal *Folha da Noite* (DANTAS, 1958) e outra publicada, em 1959, no jornal *O Cruzeiro* (DANTAS, 1959). Ambas trazem, além de uma descrição a respeito de quem era Carolina Maria de Jesus, também alguns trechos do seu diário.

A intenção aqui não é julgar a experiência de Carolina, nem mesmo as decisões de Dantas, mas sim apontar as evidências da forma como as obras de Carolina foram sendo apropriadas e classificadas de acordo com interesses que não necessariamente partiram dela, e como isso impactou na sua trajetória. No caso de Dantas, é importante frisar que, embora suas intenções fossem legítimas (e realmente os diários se constituem hoje como uma rica fonte de pesquisa para vários campos das ciências humanas), ele sempre soube que o objetivo de Carolina nunca foi esse, mas que ela via essa oportunidade apenas como uma porta de entrada para o mundo das letras. Ademais, ao selecionar os trechos para a edição e excluir determinadas passagens, ele contribuiu para a formação de uma imagem bastante distorcida de Carolina, o que contribuiu imensamente para as polêmicas envolvendo a escritora futuramente. Da parte de Carolina, não era segredo para ela que Dantas não tinha intenção de publicar seus poemas ou romances (e nem tinha gabarito para tal empreitada, visto ser um jornalista). Mais do que isso, Dantas sempre a alertou constantemente sobre a necessidade de ter cautela naquele novo mundo que adentrava, conselho este pouco ou nada seguido por Carolina. Nesse sentido, nos bastidores dessa história, as decisões tomadas por ambos os protagonistas resultaram em anos de intenso desgaste tanto na carreira como também na vida privada da escritora.

Em um primeiro momento, o que mais chama atenção nas reportagens de 1958 e 1959 é a forma como ele apresenta a escritora e seus diários, muitas vezes, de forma contraditória. Primeiramente consideremos que, para Dantas, aqueles escritos eram documentos, fatos reais e não literatura. Na matéria escrita por ele, em 1959, para o jornal *O Cruzeiro*, intitulada *Retrato da favela no diário de Carolina*,

em pelo menos dois momentos podemos observar essa intenção, primeiro quando ele aponta “o livro constitui importante documentário da vida na favela” e na página seguinte ele reforça essa ideia ressaltando que “O diário de Carolina é reportagem autêntica, retrato sem retoques. Carolina Maria de Jesus faz reportagem diária sobre a favela. Reportagem vivida e sofrida” (DANTAS, 1959).

Esses apontamentos acerca da forma como Dantas expos as obras de Carolina de Jesus são importantes de ser analisados, pois nos revelam como a imagem da escritora começou a ser construída pelos intelectuais da época, principalmente por Dantas, o primeiro a ter um contato direto com ela e iniciar o trabalho de marketing em torno da sua obra, com o interesse claro de revelar aquela face de São Paulo, onde a miséria crescia ao ponto de invadir o centro da cidade. Afinal, ele era um jornalista.

Assim, Carolina e seus versos “ingênuos”, como ele os denominava, eram perfeitos, pois escancaravam, a partir de dentro, as contradições e a miséria latente da metrópole paulistana. Eram um documento legítimo das consequências da expansão desenfreada da metrópole paulistana nos idos de 1950. Assim, o valor estético para ele estava representado justamente no fato de serem diários, ou seja, um “retrato sem retoques”, uma “reportagem”, como ele apontou. Ao estabelecer essa definição ao que Carolina escreveu, ele retirou a possibilidade daquela obra, em específico, ser interpretada como literatura propriamente dita. Essa perspectiva se reforça em diversos momentos, quando por exemplo, usava aspas para se referir às demais produções de Carolina.

Um dia tentou uns versos, achou bom e começou a sua “fase poética”. Tudo era motivo para quadrinhas ingênuas que falavam de gente pobre, de gente rica, de gente boa e de gente ruim. Depois vieram os “contos” e os “romances” – histórias simples, mas sempre marcadas pelos tons tristes da miséria (DANTAS, 1959).

Apesar das aspas possuírem diversos significados, no caso em questão, ao utilizar tal sinal gráfico, Dantas parece fazer uma ressalva em relação aos escritos de Carolina, como se eles tivessem as estruturas de tais gêneros literários, mas não pudessem ser considerados inteiramente parte destes. No prefácio escrito por ele para o livro *Casa de Alvenaria* novamente essas questões aparecem, tanto em relação a considerar os diários uma forma de documento, como também o uso de aspas ao se referir às demais produções. Em um primeiro momento Audálio aponta

que, os escritos de Carolina possuem “grande valor humano” e “grande valor como contribuição para estudos sociológicos” e encerra o prefácio com um conselho “Guarde aquelas ‘poesias’, aqueles ‘contos’ e aqueles ‘romances’ que você escreveu” (DANTAS, In: JESUS, 1961).

Em consonância a isso, a construção da imagem de Carolina como sendo uma mulher “ingênua”, também contribuiu para o choque dos anos seguintes. Na reportagem de 1959, Dantas afirma “Escreve versos ingênuos, enche cadernos de sonhos” (DANTAS, 1959). Posteriormente ao lançamento, em uma reportagem publicada em 09 de setembro de 1960, escrita por Delmiro Gonçalves, também podemos ler caracterização parecida “É um relato ingênuo, às vezes, pernóstico, outras, mas repassado sempre de profundo sentimento humano” (GONÇALVES, 1960) Essa “ingenuidade”, no entanto, também se estendia à escritora. Em um primeiro momento após a publicação do *Quarto*, sempre que retratada nos meios de comunicação a figura de Carolina aparecia carregada de atributos positivos, como alguém simples, desprovida de grandes ambições, bondosa, generosa, entre outros. Uma completa idealização da personagem.

Em 31 de agosto de 1960, O Globo publica a seguinte notícia “Escritora Favelada Sai da ‘Sucursal do Inferno’ Para um Mundo Melhor”. Como o título já sugere, Carolina estava saindo da favela e, segundo a reportagem, passaria a morar, juntamente com seus filhos, como convidada na casa de uma leitora do *Quarto de Despejo*. No último parágrafo da reportagem o redator aponta “Ganhou, até agora, quase 500 mil cruzeiros com o ‘Quarto de Despejo’, mas não demonstra ambições maiores que um mínimo de felicidade” (O Globo, 1960). Novamente, em 9 de novembro de 1960, neste mesmo jornal, “[...] se apresenta como quase milionária. Sua inesperada popularidade não deu ainda para, ao que se diz, acostumar-se a viver bem” (O Globo, 1960).

Na série “crítica ao leitor” publicada em 25 de outubro de 1960 também no jornal O Globo, podemos observar uma síntese de todo esse marketing, bem como da própria edição do diário. Segundo o leitor, H. César M. da Silva, o diário “É o relatório simples de uma ingênua favelada, catadeira de papel, sem pretensões de lirismo, nem de literatura, sequer a vaidade de ter seu nome encimando os ‘best-sellers’” (SILVA, 1960). Aqui, todos os “clichês” acerca da personalidade de Carolina são reafirmados, resultado da edição do livro e da imagem comumente divulgada nos meios midiáticos.

Embora só tenha tido acesso a parte dos manuscritos de Carolina de Jesus, aqueles que consegui acessar, e que dizem respeito aos cadernos que compõem *Quarto de Despejo*, revelam uma pessoa completamente diferente da imagem geralmente formada quando se lê apenas o diário. Uma personagem muito mais reflexiva, crítica e humana nos salta aos olhos. Aquele modelo, intencionalmente construído, desmorona, revelando uma figura ainda mais complexa e interessante de ser analisada do ponto de vista histórico-social. Elzira Perpétua também reforça essas questões. Segundo ela,

[...] foi suprimida a maior parte das observações que apontam o posicionamento político de Carolina e que acompanham seus comentários sobre os acontecimentos locais, nacionais e internacionais. Some-se a essas supressões a manutenção, na publicação, de registros carregados de expressões preconceituosas e agressivas de Carolina em relação a seus vizinhos da favela e teremos, a partir dessa editoração, uma idéia incompleta e pouco lúcida de sua percepção sobre o mundo em que vive (PERPÉTUA, 2003, p. 65).

Assim, na medida em que o contato com a mídia foi aumentando e Carolina passou a falar “por si mesma” essa imagem intencionalmente construída começou a ruir. O “choque” entre a Carolina “da vida real” e a elite intelectual no Brasil, foi desastroso para a sua imagem, além de contribuir para a diminuição de seu legado. Carolina passou a ser criticada por ter uma postura orgulhosa, arrogante, muito diferente daquela vista no diário editado. Assim, com o sucesso estrondoso de *Quarto de Despejo* o contato entre os dois mundos foi se tornando cada vez mais direto, e como bem apontaram Meihy e Levine,

Sua atitudes confundiam. Jornalistas e políticos a criticavam porque suas ideias, expressas no diário, a mostravam como dócil, mas em público ela se erguia agressivamente, próxima do que os norte-americanos chamavam pejorativamente na década de 50 de *uppity black*, ou seja, “preta arrogante” (MEIHY; LEVINE, 1994, p. 19).

Tudo isso nos revela formas de apropriação em relação ao que Carolina produziu, Dantas não apenas usou seus escritos com interesses próprios, mas determinou o que deveria ou não ser publicado, sem dar explicações dos critérios de seleção, como já mencionado. Segundo Elzira Perpétua, as edições de Dantas deixam claro a intenção de criar uma imagem de “representação coletiva” da miséria

por meio do livro, ele seria o estopim de uma espécie de “revolução”⁶¹ (PERPÉTUA, 2003, p. 66). Ainda, seguindo essa linha jornalística, Dantas não foi o único. Em uma reportagem do jornal O Globo, de 11 de novembro de 1960, o poeta Homero Homem dá declaração parecida “se surgissem nas várias regiões do Brasil mais 4 obras iguais à ‘Quarto de Despejo’, em poucos dias teríamos uma revolução social” (O GLOBO, 1960).

Diante de tal propaganda, reforçada diariamente nos meios de comunicação, Carolina foi colocada como uma espécie de “porta-voz” daqueles que ansiavam pela extinção das favelas ou queriam atacar as políticas liberais da época. Segundo Fernanda Rodrigues,

À uma mulher negra, pobre e semialfabetizada não fora dado o direito ao discurso literário, mas tão somente o da legitimidade da voz para denunciar um estado de coisas que, de resto, incomodava a muitos na época dos “anos dourados”: a proliferação das favelas na cidade onde o capitalismo apresentava maior grau de desenvolvimento do país” (MIRANDA, 2013).

A expectativa de Dantas em relação aos diários de Carolina Maria de Jesus talvez tenha sido influenciada por comparações com outras personalidades históricas, como Frederick Douglass, considerado “o mais importante abolicionista negro dos Estados Unidos” (DAVIS, 2016, p. 43). Embora ambos tenham enfrentado adversidades, suas trajetórias de alfabetização apresentam semelhanças e diferenças notáveis.

Douglass, apesar das barreiras impostas pela escravidão, aprendeu a ler enquanto servia o casal Hugh e Sophia Auld, em Baltimore. Sophia, inicialmente, o ensinava junto com seu filho, até ser proibida pelo marido, que afirmou que “o aprendizado poderia estragar o melhor negro do mundo” e torná-lo “indócil e inútil para seu senhor” (DOUGLASS, 2021). As palavras de Hugh Auld despertaram em Douglass um desejo profundo por conhecimento. Ele narra que essa experiência foi “uma revelação especial” que lhe deu “um propósito fixo e grandes esperanças – de ler a qualquer preço” (DOUGLASS, 2021). A alfabetização foi, para Douglass, o

⁶¹No prefácio de Casa de Alvenaria Dantas aponta que “Um estudo com base científica poderá revelar aspectos de grande interesse da revolução que começou no **quarto de despejo** e tem prosseguimento na **casa de alvenaria**” In: DANTAS, Audálio. *Casa de Alvenaria - história de uma ascensão social*. In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo LTDA, 1961, p. 9.

caminho para sua libertação pessoal e para a luta de todo o seu povo, usando o aprendizado como instrumento de fortalecimento dentro do movimento abolicionista.

Carolina, por outro lado, também via a alfabetização como uma forma de libertação, mas seus objetivos eram mais imediatos. Ela lutava contra o que chamava de “a escravidão atual”, ou seja, a fome. Em seu diário, ela afirma: “apresentei os fatos. Compete aos burgueses que predominam no país solucionar” (JESUS, 2021, p. 169). Carolina não se via como uma revolucionária no sentido tradicional, mas como uma narradora que contava sua própria história. Ela acreditava que, ao publicar *Quarto de Despejo* e deixar a favela, encerraria aquele capítulo sombrio de sua vida e começaria outro, onde ocuparia um lugar de destaque, longe da pobreza, vivendo em uma “Casa de Alvenaria”.

No entanto, a realidade foi diferente do que Carolina esperava. Mesmo após o sucesso do livro, ela raramente era dissociada de sua imagem de favelada. Sempre que mencionada em reportagens, seu nome vinha acompanhado de adjetivos como “escritora da favela” ou “escritora favelada”. Quando convidada a participar de programas de TV, os cenários eram montados em favelas, e o foco das discussões girava em torno de sua condição de pobreza, não de sua produção literária. Carolina era frequentemente solicitada a usar o lenço na cabeça, traje que ela costumava usar quando catava papel. Em viagens, tanto no Brasil quanto no exterior, era convidada a visitar favelas e a discursar sobre como a educação poderia transformar vidas. No entanto, ao aparecer com roupas elegantes, era criticada e chamada de “gastadeira”, sendo acusada de ter ficado rica e abandonado aqueles que representava.

Assim, ao reivindicar seu lugar no mundo das letras, Carolina enfrentou o estigma associado à sua origem. Enquanto Douglass encontrou no aprendizado uma via para fortalecer a luta coletiva pela liberdade, Carolina se viu presa a uma narrativa que a associava constantemente à pobreza, mesmo após conquistar reconhecimento como escritora.

Erving Goffman (2008) afirma que, ao conhecermos uma pessoa pela primeira vez, os aspectos iniciais que observamos nos permitem prever sua categoria e atributos, compondo sua “identidade social”. No caso de Carolina Maria de Jesus, sua condição de favelada foi a primeira característica apresentada ao público, e, após o sucesso de *Quarto de Despejo*, tudo em sua trajetória esteve, de alguma forma, atrelado a essa condição. Conforme Goffman observa, ao surgir uma

evidência que distingue essa pessoa de outras da mesma categoria, ela pode ser percebida como uma espécie menos desejável — em casos extremos, como alguém “completamente má, perigosa ou fraca”. Dessa forma, essa pessoa deixa de ser vista como um indivíduo completo, sendo reduzida a uma figura “estragada e diminuída” devido ao estigma atribuído a ela. Esse estigma, quando altamente desqualificador, é tratado como um “defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (GOFFMAN, 2008, p. 12).

Essa reflexão é útil para entender o impacto do estigma sobre indivíduos em condições sociais e econômicas semelhantes às de Carolina, especialmente quando se trata do conceito contemporâneo de vulnerabilidade. Carolina, ao ser rotulada como a “escritora da favela”, pode ter experimentado o sentimento de ser “estragada e diminuída”, como Goffman descreve. Esse sentimento é evidente ao analisarmos os manuscritos de *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, onde se percebem as marcas de uma mulher que lutava contra a percepção pública de que seu valor estava irremediavelmente ligado à sua origem humilde. Mesmo após ter alcançado o reconhecimento como escritora, o estigma associado à sua origem permaneceu, limitando as maneiras pelas quais ela era representada e entendida pela sociedade.

No que tange às intenções de Carolina, retomamos ressaltando a cronologia dos diários. As evidências nos apontam que, no momento do encontro com Dantas ela não escrevia mais o diário, apenas seus demais gêneros literários, com ênfase nas poesias, voltando a escrevê-lo apenas porque a “mandaram”. O primeiro diário apresentado por ela à Dantas se tratava apenas de alguns relatos feitos no ano de 1955, ou seja, três anos antes. O próprio jornalista conta isso em seu livro, “a reportagem estava, de fato, naqueles cadernos, especialmente em um que continha um diário iniciado três anos antes, em 15 de julho de 1955” (DANTAS, 2012, p. 8). Ela só retoma a sua escrita após o encontro com o jornalista e a pedido dele. Em 18 de dezembro de 1958, ela relata o seguinte diálogo com Fernanda, outra moradora do Canindé.

Eu estava escrevendo. Ela perguntou-me:

—Dona Carolina, eu estou neste livro? Deixa eu ver!

—Não. Quem vai ler isto é o senhor Audálio Dantas, que vai publicá-lo.

—E porque é que eu estou nisto?

—Você está aqui por que naquele dia que o Armim brigou com você e começou a bater-te, você saiu correndo nua para a rua
Ela não gostou e disse-me:
—O que é que a senhora ganha com isto?
Eles mandaram eu escrever. E eu disse-lhes que na favela não tem nada que presta, para escrever. Que personagens de favela, são pornográficos e seus atos não merecem destaque.
—Eles não tem nada com a vida dos favelados.
—Eu também penso assim, mas eles me mandaram escrever (JESUS, 1958).

É interessante notar que essa passagem não está na edição de *Quarto de Despejo*, nele o diálogo se encerra no questionamento da vizinha “o que é que a senhora ganha com isso?”, não constando a continuação. A intenção de Dantas ao fazer tal edição certamente não se enquadra no fato de ser essa uma repetição, visto ser esse um episódio bastante peculiar da narrativa. Assim, ao que parece, tal corte se faz necessário para reforçar a ideia construída desde a reportagem de 1958, de que ela produziu narrativas nesse formato de maneira espontânea, muito antes de conhecê-lo, pois compreendia a relevância social desses relatos para uma mudança não apenas de sua condição, mas de todos os favelados e, quem sabe, de todos os pobres do país. No entanto, na própria passagem vemos o incômodo da escritora com esse tipo de literatura, algo bastante distante do que ela considerava ser seu dom. Nesse sentido, em discordância com o que Audálio aponta, Carolina nunca quis ser jornalista ou fazer reportagem, o que ela queria era ser poetisa. Declarações onde ela afirma não ver grande relevância nesse tipo de literatura - “Eu também penso assim” - não eram raridade e em diversas oportunidades ela narrou seus descontentamentos.

Estou confusa. Não tenho ideias para escrever. [...] Percibi que o Dr. Lelio ficou ressentido comigo por dizer-lhe umas verdades. Eles impõe que eu escreva a verdade. Mas, não posso dizer-lhes as verdades. Eu escrevia ficção. Porque a verdade tem o sabôr acre. Impuzeram-me... Tem que escrever Diário. E eu, relutei para não escrever este tipo de literatura (JESUS, 2021, p. 244).

Perpétua já havia identificado essas questões ao analisar parte dos manuscritos de Carolina Maria de Jesus. De acordo com suas observações, embora Carolina não manifestasse publicamente uma visão negativa sobre o diário, “nos seus cadernos, entretanto, ela vai registrando seus temores”. Em um desabafo datado de 26 de abril de 1960, Carolina escreve: “É um livro horroroso! O livro que

eu nunca pensei escrever. É o livro que vae desgraçar a minha vida. E o livro que vae regridir a minha existência” (PERPÉTUA, 2003, p. 78). Infelizmente, essa previsão se concretizou. O sucesso de *Quarto de Despejo* trouxe visibilidade, mas também reforçou o estigma que Carolina tanto temia, ligando sua imagem para sempre à pobreza e à favela, e dificultando sua transição para uma nova fase de sua vida e carreira.

Embora ela tenha aceito as condições iniciais para poder adentrar nesse universo intelectual, sua expectativa era a de que, com o tempo, poderia mudar os rumos de sua carreira, mesmo quando era totalmente desacreditada pelos editores. Aproveitava toda oportunidade que tinha para divulgar suas poesias, nos jornais, programas de TV ou mesmo nos encontros com os políticos da época, em jantares oferecidos em sua homenagem: “- Declamei as Noivas de Maio. - O prefeito gostou da poesia” (JESUS, 2021, p. 153). Retirou recursos do próprio bolso para editar e publicar mais de uma obra autoral, como *Provérbios e Pedacos da Fome*. Nada superou o *Quarto*, e ela nunca conseguiu deixar definitivamente aquele lugar.

A própria forma como se refere ao livro expõe uma questão fundamental para compreendermos a relação de Carolina com sua obra, a exposição de sua intimidade. É importante ressaltar que Carolina escancarou a miséria presente na capital paulista e tudo o que resultava dessa miséria, expondo seus companheiros da favela, mas também expondo a si mesma. Naquelas páginas não estavam apenas seus dramas compartilhados, como a fome, a carência material, o trabalho marginalizado, estavam também seus pensamentos mais profundos, seus sonhos, seus desafetos e relacionamentos amorosos.

Essa parece ser uma questão que impactou grandemente a vida de Carolina após sua saída da favela. Assim, é curioso observarmos, nesse sentido, como o objeto do estigma funcionou como elemento que projetou Carolina e *Quarto de Despejo* em um público político e intelectual aberto e razoavelmente preparado para ler o livro de uma favelada que contivesse misérias e pobreza numa dosagem capaz de denunciar a desigualdade e as mazelas do Brasil e sensibilizar seus leitores. Estes estabeleceram uma relação honesta com a autora, a partir da imagem que haviam lhes apresentado no decorrer do processo de divulgação e edição. Sendo esta condição específica que tornou o estigma promotor de Carolina, colocando-a inicialmente ao status de uma favelada porta-voz da favela. Mas, à medida em que

ela se mostrou, esse estigma se subverte, tornando-se o limitador da sua permanência naquele meio.

3.2 - O Estigma refletido na Casa de Alvenaria

27 de dezembro de 1960 – E eu que pensava e sonhava com uma casa de alvenaria, supondo que ia encontrar tranquilidade. Percebo que não! Desde o dia que assinei contrato com a editora para editar o meu livro, acabou-se por completo a minha tranquilidade interior! – Há os que me aborrecem, os que admira-me, os que querem auxílio, os que querem dinheiro para comprar casa... O que eu sei dizer é que eu sai da agua tepida e cai na agua fervente. Que vida desgraçada que eu levo atualmente! (JESUS, 2021, p. 37).

A passagem é bastante interessante de ser analisada, pois representa a ambiguidade de sentimentos experienciados por Carolina nos primeiros momentos vivendo na casa de alvenaria. A questão que se destaca na experiência de Carolina e seus três filhos é a mudança para a tão sonhada casa própria, localizada em um bairro de classe média. O que nos interessa analisar agora é como essa mudança se expressou para além do aspecto material, o que de fato significou essa experiência socialmente falando, e como ela impactou o sentimento de pertencimento de Carolina e seus filhos naquele novo ambiente.

A narrativa revela uma dualidade profunda: a conquista de um espaço físico desejado contrastando com a perturbação da tranquilidade interior de Carolina após a assinatura do contrato com a editora para a publicação de seu livro. Essa mudança trouxe consigo não apenas uma nova moradia, mas também um conjunto de desafios e pressões sociais inesperadas. Carolina menciona os aborrecimentos, as admirações, os pedidos de auxílio e as demandas financeiras que surgiram, comparando a nova fase de sua vida a uma transição de águas tépidas para ferventes.

Esse relato nos convida a refletir sobre a complexidade da transição de Carolina e sua família para um bairro de classe média. O que parecia ser a realização de um sonho revelou-se uma experiência repleta de tensões sociais. A análise dessa mudança nos permite entender como ela afetou o sentimento de pertencimento de Carolina e seus filhos, evidenciando a discrepância entre as expectativas de tranquilidade e a realidade de novas exigências e desafios.

Com a ajuda de Audálio Dantas, no dia 07 de dezembro de 1960, Carolina comprou sua casa de alvenaria na Rua Benta Pereira, 562, no bairro de Santana. A casa, segundo o que ela escreve, custou 1.550.000 cruzeiros (CR\$) e foi paga pela própria escritora.⁶² “Quando saí da Imobiliária saí contente. O corretor disse-me que a casa está vazia. Que as pessoas que estão residindo lá são uns protegidos do senhor Cariovaldo, dono da casa”, relatou Carolina (JESUS, 1961, p. 100).

Esse evento pode ser considerado um ponto crucial na história da família Jesus na casa de alvenaria. Aqui observamos a primeira contradição no processo de transição de Carolina e sua família para a nova casa. O que, inicialmente, parecia ser a realização de um sonho — a conquista de um espaço próprio — rapidamente se transformou em uma experiência repleta de tensões e desafios inesperados. Carolina teve que lidar com uma série de imprevistos, desde o momento da compra da casa, até a repentina mudança em Parelheiros, em 1963.

Como observamos no trecho citado, havia inquilinos morando na casa, e por isso o combinado foi o de que Carolina se mudaria somente no dia 20 de dezembro. O acordo, no entanto, não foi cumprido, e apesar dos esforços de Carolina para resolver o problema de forma mais apropriada – “estou furiosa com o Dr. Lélío porque ele pediu o contrato da casa dizendo que ia entregar a solução ao seu advogado e não apareceu nenhum advogado do Dr. Lélío” (JESUS, 2021, p. 37) – no dia 24 de dezembro ela decidiu se mudar de qualquer jeito, passando a dividir a casa com uma família de nortistas, inquilinos do senhor Cariovaldo. É justamente com o relato da mudança que se inicia a mais recente publicação da íntegra do diário Casa de Alvenaria, volume 2: Santana.

Anunciada pela própria escritora, a notícia se espalhou pela imprensa paulistana e carioca: “Descemos perto da Última Hora. Fui levar o endereço do tal Cariovaldo, o nojento que me vendeu a casa, para que eles fizessem uma reportagem com ele explicando a confusão que causou”. (JESUS, 2021, p. 37). Percebendo que a saída da família não seria imediata e que todos estavam tratando a situação com descaso, Carolina começou a procurar os jornais para denunciar o antigo dono da casa. Essa situação reforça uma forma de defesa recorrente na vida de Carolina como escritora: buscar apoio na imprensa para sustentar suas decisões, tratando os jornais como aliados. No entanto, apesar de sua atitude ter resultado em

⁶² Cerca de R\$ 5.640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais) na cotação atual.

pelo menos três reportagens (as quais pude localizar), nenhuma delas atingiu o objetivo desejado.

As notícias encontradas nos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *Última Hora* são bastante diferentes e expõem diferentes nuances da situação causada pela mudança. A primeira reportagem foi publicada na *Folha de S. Paulo*, com o título *Carolina Milionária*, em 24 de dezembro de 1960. Curiosamente, essa reportagem foi veiculada ainda na manhã do dia da mudança, antes mesmo dela ocorrer, contendo detalhes sobre a quantia paga pela casa e o bairro onde se localizava. Essas informações provavelmente foram fornecidas pela própria Carolina, visto que estavam presentes também na reportagem do *Última Hora*. Ao lermos a notícia na *Folha*, observamos como o editor enfatizou a condição financeira de Carolina, “A milionária Maria Carolina de Jesus não vai passar Natal de milionária, mas terá uma noite feliz com os filhos”.(FOLHA S.P., 1960). O título e a repetição da palavra “milionária” já na primeira frase destacam essa ênfase. No mesmo dia, Carolina relata em seu diário “Eu estava suja e o povo me cumprimentando nas ruas porque a Folha de S. Paulo havia publicado que eu estou rica”. (JESUS, 2021, p. 30).

Carolina de fato ficou milionária, o que é inegável, considerando que somente a casa em Santana custou mais de um milhão de cruzeiros. No entanto, isso estava longe de significar que ela estava rica. Embora o significado de “ser rico” possa variar dependendo do contexto, para Carolina significava, acima de tudo, não se preocupar com dinheiro pelo resto da vida. Para ela, não se preocupar com dinheiro significava ter a certeza de que a venda de seu livro (ou livros, pois ela estava convencida de que ainda publicaria mais um diário) traria um retorno financeiro constante, suficiente para manter o padrão de vida dos primeiros meses após a publicação. Esse padrão incluía jantares, viagens, hotéis caros e roupas novas. Por um momento, ela mesma chegou a acreditar que estava rica, ou seja, que não teria mais que se preocupar com dinheiro pelo resto da vida. Essa perspectiva, no entanto, logo mudou.

É preciso considerar que, apesar do sucesso inicial e da alta demanda por seus livros, Carolina vinha de um contexto de miserabilidade e desafios financeiros significativos. Como ela mesma alega a Audálio Dantas ao ser questionada pelos seus gastos, “Eu não tinha nada e precisava comprar tudo”. Assim, há de se considerar que ela partiu de uma situação de extrema carência, sendo esse o

motivo das despesas elevadas logo após o lançamento de seus livros. Isso estava para além das necessidades básicas, incluía móveis, roupas, calçados, louças, roupas de cama, e tudo aquilo que uma vida confortável demanda.

Além disso, ao contrário do que muitos podem pensar, Carolina arcou com os custos associados à promoção de seu trabalho. Ela gastou grandes somas de dinheiro em viagens para divulgar o livro, já que essas despesas eram descontadas de seus pagamentos.

Fiquei horrorizada com o gesto indelicado do dr. Lélío de Castro Andrade. Ele é quem enviou-me a Porto Alegre e Rio de Janeiro e descontou as despesas da viagem no meu pagamento. Se ele tivesse dito-me que eu é que ia pagar as viagens, eu não teria ido a Porto Alegre e ao Rio (JESUS, 2021, p. 112).

Essa estratégia de marketing, essencial para manter a visibilidade e o interesse do público, acabou consumindo uma parcela considerável de seus rendimentos. Além disso, ao que parece, nada foi combinado com a escritora, a qual simplesmente era mandada aos lugares, já com passagem e hospedagem compradas.

A divulgação das grandes somas de dinheiro ganhas por Carolina também contribuiu para agravar os gastos exorbitantes. Com a exposição na mídia e reportagens que destacavam suas conquistas financeiras e seu endereço, muitas pessoas passaram a procurá-la em busca de ajuda. Carolina usou grande parte de seu dinheiro para apoiar essas pessoas e instituições, realizando doações, pagando dívidas e custeando consultas médicas. Sua natureza altruísta a levou a ajudar quem estava ao seu redor, mas isso também significou uma rápida diminuição das suas reservas financeiras.

Essa combinação de altos gastos pessoais, despesas promocionais e generosidade levou a uma situação financeira delicada em um curto período de tempo, apesar das vendas bem-sucedidas de seus livros. A realidade de Carolina mostra que, mesmo com um sucesso inicial impressionante, manter a estabilidade financeira requer mais do que apenas uma fonte de renda temporária. Ela precisava de um fluxo constante de receita para sustentar o padrão de vida dos primeiros meses após a publicação, algo que, infelizmente, não se concretizou da forma esperada.

A segunda reportagem, intitulada “Carolina ocupou com inquilinos e tudo o sobrado que comprou”, foi veiculada no jornal O Globo, no dia 26 de dezembro de 1960. Nessa matéria, a situação foi retratada de maneira mais detalhada, destacando as dificuldades enfrentadas por Carolina ao se mudar para a nova casa que ainda estava ocupada por inquilinos. O jornal descreveu o clima de tensão e os confrontos que ocorreram devido à presença dos moradores anteriores, que relutavam em deixar o imóvel. O Globo enfatizou a luta de Carolina para assegurar o que era seu por direito e fazer cumprir o acordo dos 20 dias. “Ante o espanto dos moradores e vizinhos ela ocupou a casa sumariamente, sem despejo ou discussão. E depois acertou um ‘modus vivendi’ com os seus ‘hóspedes’; ficarão na casa, vivendo em comum, por mais alguns dias. Até que se mudem”.

O tom da reportagem é bastante apaziguador, mostrando um lado benevolente de Carolina, enfatizando a justiça do ato. Essa perspectiva, aliada à divulgação dos valores da casa, atrai ainda mais os interesseiros de plantão, que a procuravam cada vez mais para solucionar os seus problemas financeiros.

A terceira reportagem localizada foi publicada no jornal Última Hora, no dia 27 de dezembro de 1960, e apresenta uma perspectiva notavelmente distinta sobre a vida de Carolina Maria de Jesus. Este jornal, notoriamente voltado para as camadas populares, utilizava um estilo jornalístico que combinava o uso extensivo de imagens e uma abordagem sensacionalista, conforme destacado por Maria Dias Antonio. Segundo ela, o Última Hora “Circulou pela primeira vez em 12 de junho de 1951 trazendo um jornalismo voltado às camadas populares com amplo uso de imagens e do sensacionalismo” (ANTONIO, 2020).

Essa abordagem é claramente visível na reportagem em questão. No dia da mudança de Carolina para sua nova residência em Santana, o jornalista do Última Hora já estava presente, pronto para documentar a transição e elaborar uma matéria detalhada sobre o assunto. Ao contrário de outras coberturas que foram mais superficiais, dando destaque a conquista e valor pago pela casa, este texto aprofundou-se, destacando a resiliência e a coragem de Carolina ao enfrentar as adversidades e a resistência dos antigos moradores.

Carolina tinha o desejo de “passar o natal” na nova casa, assim, a reportagem se inicia com um desabafo de Carolina sobre o tempo na favela, principalmente durante essa época do ano. “Na favela não se comemora o Natal; seus moradores são marginais que não se integram na alegria reinante entre os

moradores do asfalto” (ÚLTIMA HORA, 1960). Assim, a matéria não apenas relatava a mudança física de Carolina da favela para o apartamento, mas também explorava a determinação dela em estabelecer um novo lar para sua família, apesar das dificuldades impostas por essa transição conturbada. A resistência dos antigos moradores ao novo inquilino e os desafios financeiros e emocionais que Carolina enfrentou são temas centrais na narrativa construída pelo jornal.

Além disso, a reportagem não omite o descontentamento de Carolina com o antigo dono do imóvel, chegando a publicar explicitamente o nome dele várias vezes. Segundo o depoimento de Carolina, o antigo proprietário teria enganado tanto a ela quanto à família nortista que residia no imóvel, uma vez que estes pagavam aluguel, ao contrário do que havia sido informado por Cariovaldo.

Essa reportagem exemplifica a capacidade do Última Hora em capturar a atenção do público por meio de narrativas emotivas e sensacionalistas. Ao apresentar a história de Carolina de forma humanizada, o jornal não apenas despertava a empatia dos leitores em relação às dificuldades enfrentadas pelos moradores de favelas, mas também destacava questões sociais frequentemente ignoradas. Além disso, a reportagem aguçava a curiosidade do público ao abordar o inusitado envolvendo a mudança daquela figura tão polêmica.

A mudança “sem aviso prévio”, no entanto, desencadeou uma série de problemas internos e externos para Carolina, muito além daqueles retratados nas reportagens: internos, porque teve que conviver com uma família que ainda residia na casa e a via como inimiga; e externos, porque sua chegada amplificou a desconfiança dos novos vizinhos, que já viam com receio a chegada daquela figura singular. “Os vizinhos começaram a falar que eu não devia ter mudado sem avisar. Fiquei nervosa porque não gosto de palpiteiros” (JESUS, 2021, p. 29).

Esse episódio ilustra o paradoxo da relação de Carolina com a mídia. Se por um lado, a percepção do interesse da mídia pelos mínimos detalhes de sua vida levava Carolina a recorrer constantemente aos repórteres, usando seus nomes ou editoriais para confrontar, amedrontar ou justificar suas atitudes. No caso da casa, por exemplo, como última tentativa de retirar os inquilinos do antigo proprietário, Carolina escreveu um bilhete citando o repórter Audálio Dantas, afirmando “Senhor Antonio, o repórter Audálio Dantas disse: Se o senhor não retirar os seus móveis até amanhã, ele vai levá-los para o Ibirapuera”. Embora sempre tenha buscado a imprensa para fazer sua propaganda ou denunciar injustiças, agora Carolina

possuía um certo poder, acreditando que naquele momento dava “lucro à imprensa” e, por isso, eles a ajudariam (JESUS, 2021, p. 72).

Por outro lado, os resultados da exposição midiática não correspondiam sempre aos seus interesses. As críticas eram implacáveis e geravam impactos significativos na tentativa da escritora de se integrar a esse novo meio, acentuando cada vez mais seu distanciamento. Naquele mesmo dia, Carolina relata que, ao entrar em uma livraria, deparou-se com comentários desfavoráveis e críticas severas, ou, em suas palavras “dessairosos e cacêtes”, e segue, “parece que tôdos esttão contra mim. Até a Dona Adelia dava opiniões criticando a minha atitude por ter entrado na casa com os inquilinos” (JESUS, 2021, p. 35).

O retorno negativo das reportagens revelou que estas não surtiram o efeito desejado, com a maioria se posicionando contrariamente a Carolina. Mesmo Audálio Dantas, já acostumado com o *modus operandi* da escritora, mostrou-se contrário à atitude. Ao indagar a sogra do repórter a escritora escuta como resposta “Disse que você é louca” (JESUS, 2021, p. 44).

As questões levantadas evidenciam a relação complexa de Carolina com a mídia, expondo como os resultados da exposição midiática muitas vezes não estavam alinhados com seus interesses. As críticas implacáveis geravam impactos significativos, acentuando o distanciamento da escritora em relação a esse novo meio. Seu modo resoluto de resolver problemas, que antes era característico dela, agora destacava a diferença nos estilos de vida dela e de seus filhos naquela nova realidade.

A recomendação do repórter do Última Hora, por exemplo, “para ter paciência com os inquilinos” visto que, “por lêi, os nórtistas tem que ficar três meses na casa” (JESUS, 2021, p. 31-32) reflete a influência da dimensão da lei e, principalmente, de uma espécie de moral burguesa nos desdobramentos das decisões de Carolina. Ela, agora, estava inserida em um contexto em que as normas e valores da sociedade capitalista exerciam uma forte influência, e ao interagir com a mídia, enfrentar questões legais e “morais” da mesma forma como fazia quando estava na favela, revelava quem ela era de verdade, muito além das palavras contidas nas páginas escritas por ela ou pelos jornalistas.

Com o passar do tempo, a evidência da dificuldade da experiência de Carolina na casa em Santana se acentuava cada vez mais. Os filhos traziam consigo modos de vida que não desapareceriam do dia para a noite. João José,

José Carlos e Vera Eunice não apenas residiram na favela, mas absorviam um modo de vida no qual a sobrevivência diária era a lei. Enquanto Carolina era a figura central na luta diária por dinheiro, as crianças também eram impactadas pela realidade em que viviam. Eles pediam esmolas – “Quando eu retornava ouvi a voz da Vera. Ela dizia: —José Carlos, olha a mamãe! Veio correndo na minha direção. Disse que ela e José Carlos tinham ido pedir esmolas” (JESUS, 2014a, p. 71) – procuravam e comiam coisas nas latas de lixo – “...O José Carlos chegou com uma sacola de biscoitos que catou no lixo. Quando eu vejo eles comendo as coisas do lixo penso: E se tiver veneno? É que as crianças não suporta a fome” (JESUS, 2014a, p. 40).

Ainda, mais do que isso, eles cresceram em meio às cenas pornográficas da favela, tantas vezes retratadas por Carolina no quarto; em meio aos palavrões, as brigas, a miséria extrema. Por mais que Carolina tentou limitar a exposição dos filhos a esse meio, fosse construindo cercas, comprando livros ou mantendo-os na escola, ela obteve pouco sucesso. José Carlos, por exemplo, chegou a ser “preso” em certa ocasião, como ela relata.

[...] Deitei o João e a Vera e fui procurar o José Carlos. Telefonei para a Central. Nem sempre o telefone resolve as coisas. Tomei o bonde e fui. Eu não sentia frio. Parece que o meu sangue estava a 40 graus. Fui falar com a Polícia Feminina que me deu a notícia do José Carlos que estava lá na rua Asdrubal Nascimento. Cheguei na rua Asdrubal Nascimento, o guarda mandou-me esperar. Eu contemplava as crianças. Um choravam, outras estavam revoltadas com a interferência da Lei que não lhes permite agir a sua vontade. O José Carlos estava chorando. Quando ouviu a minha voz ficou alegre. Percebi o seu contentamento. Olhou-me. E foi o olhar mais terno que eu já recebi até hoje (JESUS, 2014a, p. 31).

José Carlos tinha apenas sete anos nessa ocasião. Situações como essa, vividas em idade tão precoce, não são simplesmente esquecidas, pelo contrário, passam a fazer parte da própria constituição do sujeito. Essas vivências precoces, marcadas por situações traumáticas e desafiadoras, certamente moldaram a psique de José Carlos e dos demais filhos de Carolina de uma forma que não seria facilmente revertida de um momento para o outro. Afinal, é importante lembrar que suas vidas também foram marcadas pelo retrato cruel e melancólico da realidade escrita por Carolina no diário, marcada pela pobreza, pela violência e pela luta diária pela sobrevivência. Assim, em certas oportunidades, eles ainda “catavam”, como

nesse relato de 211 de janeiro de 1961, “Eles [os filhos] foram catar algo na feira. As frutas podres. Cataram uns adornos que caiu do caminhão” (JESUS, 2021, p. 95).

No *Quarto*, Carolina nos ofereceu um olhar íntimo e doloroso sobre as dificuldades de criar os filhos naquele ambiente de pobreza e preconceito. Essa realidade moldou os meninos de diversas formas, mas principalmente no sentido de serem “independentes” desde muito cedo. Seus filhos, agora com 12 e 11 anos, já estavam acostumados a uma certa liberdade de supervisão devido às circunstâncias da vida que tiveram. Carolina, muitas vezes, precisou deixá-los sozinhos, cuidando da irmã, enquanto ela vagava pelas ruas da cidade em busca de sustento. É importante analisarmos, nesse sentido, que a independência vivenciada por eles desde muito cedo, agora era vista como negligência pela sociedade que a cercava, como nesse relato de 5 de janeiro de 1961, “Circulou um buato no Rio que eu havia distribuído os filhos. Não pretendo dá-los” (JESUS, 2021, p. 364).

Na verdade, essa forma de criar as crianças apenas refletia um sistema social falho e excludente. Mães e pais em condições de vulnerabilidade semelhantes as enfrentadas pela família de Carolina, recebiam pouco ou nenhum suporte por parte do Estado. Assim, a liberdade que as crianças experimentaram não era uma escolha, mas uma necessidade imposta pela dura realidade. No bairro de Santana, onde Carolina e sua família passaram a viver, os desafios não diminuíram e os julgamentos se intensificaram, diante da incompreensão daquela realidade e modos de vida.

Some-se a isso o fato dos meninos, também por serem crianças, eram travessos, “A Dona Ivete foi quêixar-se que os meus filhos escreveram palavrões no seu muro” (JESUS, 2021, p. 165). Embora esse comportamento não devesse ser aceito, muitas vezes, a repreensão não vinha apenas verbalmente, mas se expressava de forma fisicamente violenta, como aponta Carolina “Os meus filhos andam com receio de sair a rua, porque são apedrejados por desconhecidos” e em outro momento, “Eles[os filhos] estão com medo de sair na rua devido os homens e os meninos que falam: – Vocês estão ricos desgraçados!” (JESUS, 2021, p. 144 -145). Nesses relatos percebemos uma crítica social bastante incisiva e que nos revela as camadas de injustiça que permearam (e ainda permeiam) a vida daqueles que foram ou são marginalizados.

À medida que o tempo foi passando, a vida na casa de alvenaria foi arrefecendo, cada vez mais, os sonhos e expectativas de Carolina em relação

àquele novo mundo. A mudança para uma casa de alvenaria, inicialmente vista como uma melhoria significativa, revelou-se insuficiente para transformar profundamente suas condições de vida e sua inserção social. Isso incluía não apenas o espaço da casa, mas também o da literatura. Ao se deparar com as críticas e dificuldades no campo literário, ela começa a expressar uma frustração crescente com a realidade ao seu redor. “Citei-lhe que estou descontente com a literatura devido às críticas dos escritores violentas que têm muitos diplomas e continuam ocultos igual a violeta na grama. [...] Vou escrever só esta tal Casa de Alvenaria, depois vou desistir da literatura”. (JESUS, 2021, p. 145). Nessa mesma perspectiva, em 12 de fevereiro de 1961, domingo de Carnaval, ela fez o seguinte desabafo,

Não vou usar a fantasia. Vou guarda-la para usar no palco porque eu vou abandonar a literatura. Os cronistas escrevem que não tenho estudo que sou inculta. Eu vou deixar a literatura para eles. Que tem academia. O meu noviciado na literatura deixou cicatrizes na minha sensibilidade. Eu queria voltar ao passado. Viver pobre mas tendo a ilusão que é a chama da vida. Tudo isso eu perdi depois que vim residir na sala de visita. Na casa de alvenaria (JESUS, 2021, p. 156).

Esse trecho reflete um momento de profunda introspecção e desilusão da autora em relação aos resultados, tanto da sua entrada no mundo da literatura e quanto à sua transição para uma vida materialmente mais confortável. Ao expressar o sentimento de abandonar a literatura, é como se estivesse desistindo de um sonho ou de uma missão que ambicionou por tanto tempo e que, inicialmente, parecia promissora, mas em certo ponto parece ter trazido mais dor que alegria. Os comentários depreciativos dos cronistas, que chegaram a questionar, não apenas a sua educação, mas a própria autoria das obras, certamente a feriram profundamente, e como ela apontou “deixaram cicatrizes em sua sensibilidade”. Essa crítica pública não só abalou sua confiança, mas chegou a levá-la a questionar o valor e o propósito de sua produção literária.

O desejo de voltar ao passado e viver pobre, mas com a “ilusão que é a chama da vida”, revela um anseio pelo retorno a uma época em que, apesar das dificuldades materiais, ela sentia uma vitalidade e uma autenticidade em torno daquela expectativa criada, que agora parece perdida. A mudança para a “sala de

visita” e a “casa de alvenaria” simbolizou uma transição para um status social e econômico melhor, mas também a colocou à prova. Como bem apontou Meihy,

A crítica literária no Brasil se ofereceu para ser o algoz mais importante de Carolina. Foi ela quem decretou incertezas na lógica da pobre escritora negra e que colocou todos os defeitos e cobranças que jamais poderiam ser aplicados a uma personagem como foi Carolina Maria de Jesus (MEIHY, 2008, p. 61).

A desilusão de Carolina Maria de Jesus com a literatura não reflete apenas suas dificuldades pessoais, mas também uma crítica contundente ao elitismo e à falta de reconhecimento enfrentada por uma escritora de origem humilde. Carolina, ao decidir abandonar a literatura após finalizar “Casa de Alvenaria”, expressa um cansaço emocional profundo e uma sensação de que sua verdadeira voz literária não era ouvida nem valorizada como imaginara. Essa decisão evidencia o impacto das críticas, das dúvidas sobre sua identidade como escritora, e da exaustiva rotina que enfrentou.

A crítica à sua escrita e à sua pessoa, somadas à pressão contínua, tornaram-se um pretexto para a busca de um novo sonho e uma nova realidade. Essa realidade idealizada envolvia um retorno ao campo, um lugar onde Carolina esperava encontrar a paz e a autenticidade que sentia ter perdido. Em 1962, essa busca levou Carolina a se mudar para um sítio em Parelheiros, que ela havia adquirido e onde estava construindo uma casa. Originalmente, a compra do sítio não visava uma mudança imediata e definitiva. A casa não estava terminada quando Carolina decidiu, de maneira repentina, mudar-se com seus filhos. Essa decisão abrupta revela os desdobramentos do desgaste constante que sua imagem sofreu durante os anos de efervescência do *Quarto*. Para ela, o sítio representava naquele momento um refúgio, uma fuga das críticas incessantes e uma oportunidade de reconectar-se com suas raízes e com uma vida mais simples e genuína.

Carolina, ao se mudar para Parelheiros, buscava mais que um novo lar; ela procurava um espaço onde pudesse reconstruir sua identidade longe das pressões da vida pública. Apesar da casa inacabada, aquele lugar simbolizava um projeto em construção, uma nova fase de sua vida onde ela poderia, talvez, encontrar a paz e a felicidade que a literatura e a fama não lhe proporcionaram. Esse movimento de retorno ao campo também representa uma crítica implícita ao mundo literário e

social que a rejeitou, destacando a necessidade de um ambiente em que pudesse ser aceita e valorizada por quem realmente era.

CAPÍTULO IV

(1962-1977) - O SONHO AINDA A SER ALCANÇADO!? QUEM SOU EU!

No encerramento deste trabalho, a pergunta “Quem sou eu?” emerge como uma reflexão essencial sobre a totalidade da experiência de vida de Carolina Maria de Jesus, quase como um ciclo que se completa e permite uma visão do “todo”. Neste capítulo final, propomos uma análise do período em que o brilho inicial do sucesso de Carolina começa a se apagar, restando apenas a indesejada e constante intrusão da imprensa e de oportunistas em sua vida privada. Após o desgaste de sua imagem e ganhos, além do preconceito enfrentado por ela e seus filhos no bairro de Santana, em 1962, Carolina decide mudar-se para um sítio que havia adquirido no interior da cidade de São Paulo, em Parelheiros.

Nessa última fase da vida da escritora, é essencial explorar como Carolina se percebeu como uma trabalhadora explorada pelos intelectuais e jornalistas que lucraram com suas histórias e seu jeito autêntico. No tempo em que residiu no sítio, os ganhos com a venda de seus livros não eram suficientes, e ela passou a depender das pequenas vendas dos produtos que produzia no local. Além disso, esse período da vida de Carolina é bastante escasso em termos de fontes disponíveis, se comparado com os anos anteriores, desde o seu encontro com Audálio Dantas. Assim, os silêncios e ausências se tornam, paradoxalmente, elementos de análise. Esses vazios são, por si só, reveladores da experiência de Carolina, que, esporadicamente, ainda aparecia nas notícias de jornais, mas de forma cada vez mais fragmentada.

A incompreensão em relação àquela mulher tão única, “exótica” (JESUS, 1996a, p. 201). Em suas palavras, revela o choque cultural entre os “de cima”, a elite intelectual e econômica, e os “de baixo”, aqui representados pela figura de Carolina. Por mais que ela sempre tenha se considerado diferente de seus pares trabalhadores, ao ter sua vida vasculhada, teve também escancaradas as similaridades que compartilhava com a cultura popular. Seu jeito de ser, viver, falar e resolver problemas se mostrava distante daquela sociedade da sala de visitas.

Embora essas questões já fossem evidentes no diário publicado em 1961, pela Livraria Francisco Alves, na edição lançada recentemente pela Companhia das Letras, com a íntegra do diário escrito após a publicação de *Quarto de Despejo*, é ainda mais perceptível a dualidade de sentimentos que envolviam a autora nos idos

da década de 1960: por um lado, o desgaste emocional e a frustração das experiências vivenciadas naquele meio; por outro, o desejo de continuar ali, publicando suas obras e sendo ouvida (mesmo que parcialmente).

Carolina, embora tenha expressado repetidamente sua intenção de abandonar a escrita de diários, alegando odiar esse tipo de literatura, que considerava uma forma de pornografia literária e uma prisão para o escritor, sempre foi, em essência, uma escritora de autobiografia. Seja escrevendo poesia, diários ou romances, as melhores criações de Carolina são profundamente autobiográficas. Esse fato se reflete não apenas em *Quarto de Despejo* e *Casa de Alvenaria*, mas também em *Diário de Bitita*, muitos de seus poemas e contos. Afinal, que narrativa fictícia poderia criar que fosse tão repleta de drama, dor e superação quanto sua própria vida? Além do que, ninguém poderia contar sua história de maneira tão autêntica e visceral quanto ela mesma.

Como destacado em outros momentos desta tese, Carolina já era uma escritora de diários muito antes de conhecer Audálio Dantas. Desde o início, sua produção literária foi profundamente enraizada em sua própria experiência. O encontro com o jornalista apenas reforçou em Carolina a convicção de que valia a pena registrar sua história, fosse por meio de poemas, romances, contos ou diários.

Apesar de Audálio Dantas, em seu prefácio para *Casa de Alvenaria*, sugerir o encerramento da trajetória biográfica de Carolina Maria de Jesus, a autora não interrompeu sua prática de escrever diários. As novas edições da Companhia das Letras revelam que Carolina continuou a documentar suas experiências até 18 de dezembro de 1963. Nesse período, embora suas narrativas se tornassem menos detalhadas, é evidente que a escrita do diário continuava a ser uma prática significativa para ela. Entre 18 de novembro de 1961 e 20 de setembro de 1962, há uma lacuna notável em seus registros, o que pode indicar um período de desgaste físico e emocional que afetou sua produção. Contudo, essa pausa não significa que ela tenha abandonado a escrita por completo, afinal, em 1963, ela editou e publicou duas obras: *Pedaços da Fome* e *Provérbios*. Essas publicações, financiadas e editadas por ela própria, são um testemunho de sua autonomia como escritora e de sua determinação em continuar produzindo literatura, mesmo em meio às dificuldades.

Pedaços da Fome é um romance que, embora seja uma obra de ficção, está profundamente enraizado nas experiências de Carolina durante sua infância e

juventude no campo, assim como já analisado em outros momentos desta pesquisa. A narrativa explora a dura realidade vivida por ela em um contexto rural, onde trabalhou como lavadeira e cozinheira nas casas de fazendeiros. Através da ficção, Carolina revisita esses momentos de sua vida, retratando não apenas as dificuldades materiais e as injustiças sociais, mas também os valores e expectativas impostos pela elite econômica e política da década de 1930⁶³. Assim, o romance serve como uma reflexão crítica sobre o período histórico e social que moldou sua juventude e oferece uma visão mais profunda das circunstâncias que influenciaram sua visão de mundo e seu desenvolvimento como escritora.

Por outro lado, *Provérbios* é uma coletânea que revela outro aspecto da personalidade de Carolina: sua capacidade de observar e refletir sobre a vida cotidiana e as relações humanas que a cercavam. A obra é composta por uma série de provérbios e conselhos, nos quais Carolina condensa suas observações sobre a moralidade, a sociedade e o comportamento humano. Exemplos como “O homem que pensa em roubar, para melhorar sua condição de vida, deveria ser submetido a um exame raquidiano, porque êle é tão estúpido que não prevê as consequências de seus atos” demonstram sua crítica à falta de ética e à imprudência humana. Outro provérbio, “Existem pessoas com vários diplomas. Mas as ações não o comprovam” (JESUS, 1963b, p. 14), reflete sua desilusão com a hipocrisia e a falta de autenticidade em muitas pessoas consideradas instruídas ou respeitáveis. Esses provérbios, curtos e incisivos, são uma extensão das reflexões que Carolina já havia desenvolvido em seus diários, agora sintetizadas em máximas que oferecem conselhos práticos e, muitas vezes, críticas mordazes à sociedade.

O título *Provérbios* é, por si só, revelador dos interesses de Carolina. Os provérbios, tradicionalmente, são frases curtas de origem popular, ricas em imagens e ritmos, que sintetizam conceitos sobre a realidade ou oferecem regras de conduta moral. Na Bíblia, por exemplo, os provérbios são usados para educar, aconselhar e exortar, e Carolina se apropria desse formato para transmitir suas próprias lições de vida, baseadas em suas experiências pessoais e em sua visão crítica e controversa, em certa medida. Ao longo da obra, Carolina reafirma muitas das opiniões que já

⁶³ Essa ideia se baseia nos temas levantados por Carolina ao desenvolver as características dos personagens e as relações sociais estabelecidas por eles. Essa perspectiva foi melhor desenvolvida no primeiro capítulo desta pesquisa, quando tomamos tal obra como fonte para entendermos os valores morais e as relações sociais incorporadas pela escritora e que eram parte constituinte daquele sujeito.

havia expressado em seus diários, utilizando o formato do provérbio para cristalizar suas reflexões, dando a elas um tom mais poético, típico da sua escrita.

Essas duas obras, *Pedaços da Fome* e *Provérbios*, ilustram a versatilidade de Carolina como escritora e sua capacidade de transitar entre diferentes gêneros literários, mantendo, contudo, uma coerência temática e estilística. Enquanto o romance permite que ela explore e reconstrua suas experiências passadas através da ficção, os provérbios oferecem um meio de compartilhar suas reflexões sobre a vida e a moralidade de forma concisa e impactante. Juntas, essas obras contribuem para uma compreensão mais profunda de Carolina Maria de Jesus, não apenas como uma cronista de sua realidade, mas como uma pensadora e crítica social.

Embora hoje *Pedaços da Fome* e *Provérbios* tenham ganhado maior popularidade, especialmente devido às inúmeras pesquisas acadêmicas focadas na obra de Carolina Maria de Jesus, essas publicações não tiveram grande sucesso comercial na época de seu lançamento. Diferente do impacto imediato e amplo de *Quarto de Despejo*, ambas as obras passaram despercebidas pelo grande público, e Carolina enfrentou dificuldades financeiras significativas para publicá-las. Sem conseguir um editor ou financiador disposto a bancar os custos, ela própria arcou com as despesas de publicação, mas nunca conseguiu recuperar o investimento.

Esse insucesso comercial pode ter sido uma das razões que levaram Carolina a retornar ao gênero autobiográfico, semelhante aos diários que tanto sucesso haviam feito anteriormente. A autobiografia oferecia a ela uma forma de expressão que já havia conquistado o público e que, talvez, ela acreditava poder repetir, agora contando a triste e dura trajetória de sua infância. É necessário apontar que Carolina buscou, até o fim de sua vida, reproduzir o êxito alcançado com *Quarto de Despejo*, livro que havia capturado a atenção do público e da crítica com sua crueza e autenticidade das narrativas. Contudo, apesar dos inúmeros esforços, suas tentativas posteriores de retomar essa fórmula não tiveram o mesmo impacto.

Diante disso, podemos compreender essa volta ao autobiográfico como uma tentativa de resgatar a conexão emocional e imediata que havia conseguido com seus leitores em *Quarto de Despejo*. O sucesso desse livro residia em sua capacidade de dar voz a uma experiência de vida que era, ao mesmo tempo, singular e representativa de uma classe social marginalizada, assim como o era, em certa medida, também em *Diário de Bitita*. Assim, o retorno ao gênero autobiográfico

pode ser entendido como uma tentativa de recuperar uma fórmula que havia funcionado no passado, mas também como uma expressão da luta contínua de Carolina por reconhecimento e sustento através de sua arte. No entanto, não apenas o contexto de publicação e recepção de suas obras seguintes foi diferente, como também Carolina enfrentou o desafio de sustentar seu lugar como escritora sem o enorme apoio financeiro e institucional que havia sido crucial para o sucesso de sua primeira obra.

É dentro desse contexto que *Diário de Bitita*, originalmente intitulado *Um Brasil para os Brasileiros*, evidencia uma perspectiva central na obra de Carolina Maria de Jesus. Embora tenha produzido diversas antologias, romances, contos e outras obras ao longo de sua vida e, principalmente, no sítio em Parelheiros, foi essa obra específica que ela escolheu entregar à jornalista francesa Cléa Pisa, em 1972. Como discutido na introdução desta pesquisa, o *Diário de Bitita* carrega consigo uma série de peculiaridades, tanto em relação à forma como foi publicado na França e no Brasil, quanto em seu processo de produção.

Assim como já mencionado em diversos momentos dessa pesquisa, diferente dos diários autobiográficos que Carolina escreveu ao longo da vida, *Diário de Bitita* é uma obra construída a partir de uma retrospectiva distante, refletindo sobre as memórias de sua infância e juventude antes de sua chegada a São Paulo. Embora tenha sido utilizado no primeiro capítulo desta pesquisa para uma análise cronológica das idas e vindas de Carolina até seu estabelecimento na capital paulista, agora é necessário compreender o contexto de produção dessa obra para entender as intenções da autora ao organizar e entregar o manuscrito.

Um ponto que deve ser mencionado é a ausência de uma datação específica para o início da escrita das narrativas que compõem a obra. Estudos sobre os manuscritos de Carolina, como os realizados por Raffaella Fernandez, indicam que os capítulos foram escritos e reescritos diversas vezes, com palavras e estruturas modificadas e atualizadas ao longo dos anos. No entanto, o que sabemos, é que foi no sítio em Parelheiros, com a ajuda de sua filha Vera Eunice, a obra foi finalmente organizada e datilografada.

A análise de *Diário de Bitita* revela uma construção meticulosa da imagem que Carolina Maria de Jesus desejava projetar para seus leitores, refletindo não apenas sua história pessoal, mas também fazendo uma crítica contundente às estruturas sociais brasileiras que perpetuam a desigualdade e a injustiça. Esse

diário não é apenas um relato autobiográfico, mas uma obra carregada de significados que vão além do individual, servindo como uma plataforma para Carolina expor as raízes das opressões que vivenciou ao longo de sua vida.

4.1 A última mudança: estabelecendo seu lugar

No período em que Carolina Maria de Jesus começou a enfrentar um aumento nas críticas à sua obra, à sua escrita, e até mesmo ao seu jeito de ser, ela passou a construir uma visão idealizada da vida no campo. Para Carolina, o campo se tornou uma imagem de refúgio e recomeço, um contraste à vida urbana cheia de desafios. Essa idealização do campo ganhou força especialmente quando ela começou a viajar para divulgar seus livros, tendo a oportunidade de revisitar o interior do Estado de São Paulo e outras regiões do país.

Quem já percorreu as estradas do Brasil sabe que as paisagens ao longo do caminho tendem a se repetir. Imensas fazendas e extensos campos de cultivo dominam a vista, refletindo tanto a riqueza das terras quanto a histórica concentração fundiária que caracteriza o campo brasileiro. Essas observações não passaram despercebidas por Carolina, que, com base em suas próprias vivências, refletiu diversas vezes sobre essa realidade. Em *Casa de Alvenaria*, ela expressa uma dessas reflexões “Eu ia contemplando as exuberâncias do nosso país, a imensidade de terras sem cultivar, não culpo o homem do campo por abandonar as terras, porque eles trabalham e nunca têm nada - Eu já fui do campo, que quadro inesquecível!” (JESUS, 2021, p. 176).

Carolina reconhecia, assim, que a fuga dos trabalhadores rurais para as cidades era fruto de uma exploração contínua e implacável. Em outro momento, quando questionada sobre as causas da formação das favelas, ela aponta que: “Nós, os favelados somos os homens do campo. Devido o fazendeiro nos explorar ilimitadamente, deixamos as fazendas e fomos para a cidade” (JESUS, 2021, p. 210). Para ela, a origem da favela estava intimamente ligada à exploração no campo, que forçava trabalhadores a migrar para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

No primeiro capítulo desta tese, já analisamos as experiências de Carolina no campo, observando como essas vivências moldaram sua trajetória geográfica e, conseqüentemente, sua visão de mundo. Era impossível dissociar sua trajetória física das experiências sociais e históricas que a acompanharam, o que revelou as contradições presentes em suas idas e vindas entre o campo e a cidade, tanto no passado narrado como também no presente vivido.

Nas primeiras décadas de sua vida, Carolina compreendia o campo e a cidade de formas diversas, mas sempre a partir de uma perspectiva crítica, fruto de sua própria experiência de exploração e deslocamento. No entanto, a partir de 1961, observamos em Carolina um retorno a uma idealização do campo. Em 11 de março de 1961, ela escreveu “O meu sonho é sumir de São Paulo, ir para o campo. Não é egoísmo é ideal”. Essa idealização, no entanto, é diferente daquela de suas primeiras décadas de vida. Agora, seu sonho de voltar ao campo estava fundamentado, principalmente, na ideia da posse da terra, algo que representava, para ela, uma forma de escapar das dificuldades e contradições da vida urbana.

Ao explorar esse retorno idealizado ao campo, é crucial compreender como as ambigüidades da vida de Carolina Maria de Jesus influenciaram essa visão, já que o campo, embora representasse um refúgio, também trazia consigo as marcas da exploração e da desigualdade que ela conhecia tão bem. Carolina sonhava com uma vida mais tranquila no campo, mas era consciente das realidades complexas que permeavam esses espaços. Nesse contexto, a posse da terra se fazia fundamental, sendo o único meio para obter o sossego tão almejado.

Esse debate nos leva a retomar a passagem analisada no primeiro capítulo, que descreve o primeiro sítio onde a escritora residiu e trabalhou com sua família. Na memória de Carolina,

Minha mãe deixava o leito assim que o astro-rei ia surgindo, ia preparar a nossa refeição para irmos para a lavoura. Eu permanecia no leito, ouvindo os gorjeios das aves. Com a insistência de mamãe, eu deixava o leito, ia aleluiar no regato, fitando a água que promanava do seio das pedras cor de chumbo e era sempre tépida. A brisa perpassava suavemente. Eu aspirava os perfumes que exalavam das flores silvestres (JESUS, 2014b, p. 133).

Embora Carolina possa ter experimentado uma ligeira melhora em sua condição de vida naquele momento, principalmente pela melhoria na alimentação,

essa descrição revela mais do que uma simples lembrança de um passado remoto. Ao resgatar essa memória, Carolina parece também tentar explicar o presente. A linguagem rebuscada que utiliza para narrar essa lembrança sugere uma construção feita em um momento distinto, por uma Carolina já adulta, que busca ressignificar suas experiências passadas à luz das suas escolhas presentes.

A forma como essa memória foi descrita e detalhada, os termos empregados para evidenciar a paz que aquele ambiente transmitia e como isso se refletia em suas relações familiares, servem também para esclarecer a decisão de abandonar a cidade e mudar-se para o seu sítio, onde ela buscava resgatar aquele sentimento de estabilidade e segurança. No entanto, não podemos deixar de destacar que não seja possível afirmar com precisão se a memória retratada em *Diário de Bitita* é completamente verídica, especialmente no que diz respeito aos sentimentos narrados. Esses sentimentos podem ter sido de fato experienciados daquela forma ou podem apenas servir de pano de fundo para uma construção autobiográfica mais lírica.

O que sabemos, no entanto, é que Carolina mudou-se para o sítio na década de 1920, onde permaneceu com sua família por quatro anos, experimentando uma certa estabilidade, algo que contrastava fortemente com a turbulência que dominou sua vida nos anos subsequentes à fuga do lugar. Devemos também considerar a melhora na alimentação da família, possibilitada pela capacidade de plantar uma variedade maior de alimentos e criar alguns animais.

Assim, a estabilidade que a família encontrou naquele ambiente é resgatada por uma Carolina adulta, que busca significar suas próprias escolhas no presente. Assim como todos nós fazemos com nossas lembranças de infância, Carolina ressignificou suas memórias, acrescentando tons líricos, característicos do seu estilo literário, para construir uma narrativa que justifique e ilumine suas decisões e anseios ao longo da vida.

Nesse sentido, a ambivalência de Carolina em relação ao campo versus cidade, como evidenciado em seus escritos, reflete não apenas as condições materiais de sua vida, mas também as complexidades de sua identidade e experiência. Sua dificuldade em definir uma escolha clara entre esses dois ambientes sugere uma profunda conexão emocional e cultural com ambos, ao mesmo tempo em que revela as tensões e contradições inerentes a esses espaços.

Na análise *Emblemas do Silêncio*, José Carlos Sebe Bom Meihy (2008), aponta que “Carolina, desde cedo, segundo o que ela própria diz, decidiu ser ‘artista’. Ser ‘artista’ para ela significava o avesso do mundo rural. Sua vocação nitidamente urbana a levava a somar a tosca alfabetização como atributo para viver na cidade grande”. Por outro lado, Raffaella Fernandez observa que “Mesmo de maneira ambivalente, Carolina de Jesus não conseguia definir uma escolha pelo melhor local para viver, talvez por indecisão porque gostava dos dois, ou ainda contaminada por um discurso de direita” e diante disso, “essa ambivalência em relação à pobreza relacionada ao êxodo rural reaparece em seus textos, em muitos momentos” (FERNANDEZ, 2015).

Ao analisarmos a cronologia de suas obras, podemos observar uma alternância surpreendente entre o desejo de habitar o campo e o anseio pela vida urbana, como se Carolina estivesse em constante busca por um lugar que nunca encontrou completamente satisfatório. Essa oscilação entre diferentes espaços e estilos de vida ganha contornos ainda mais intrigantes quando consideramos a sequência temporal de suas principais obras literárias. A oscilação entre o campo e a cidade visível nas obras reflete, portanto, uma tensão constante entre diferentes mundos e experiências. Essa dualidade é central para entender sua trajetória como escritora e como pessoa, pois reflete sua busca incessante por um lugar em que pudesse encontrar paz e dignidade, para então alcançar uma espécie de reconhecimento.

Isso nos leva a analisar que, o sítio em Parelheiros, onde Carolina passou seus últimos anos, pode ser visto como uma tentativa de reconciliar essas duas dimensões de sua vida. Naquela casa inacabada, distante da agitação e frenesi do maior centro urbano do país, ela encontrou um refúgio da pressão da mídia e da intrusão em sua privacidade, mas também um espaço para refletir sobre sua trajetória e escrever sobre suas experiências.

A mudança para o sítio, frequentemente interpretada como um retorno à pobreza devido à simplicidade do local, na verdade, ofereceu à Carolina a tranquilidade e a simplicidade da vida no campo, possibilitando a reflexão sobre sua trajetória, a política, as desigualdades e tudo aquilo que ela não pôde expressar durante os anos de intenso sucesso. Assim, ao analisarmos as obras subsequentes publicadas por Carolina, analisamos não apenas uma mudança na estética em sua escrita, mas também uma análise profunda da perspectiva social e dos valores da

autora. Dessa forma, é nesse sentido que *Diário de Bitita* se destaca como uma obra de intensa complexidade e que merece ser mais uma vez ressaltada.

Como já indicado em outros momentos desta pesquisa, Carolina utiliza suas memórias, especialmente as da infância e juventude, como ferramentas para explicar e justificar a pessoa que ela se tornou no presente. Essa construção narrativa não busca apenas reviver o passado, mas interpretá-lo à luz dos valores que ela queria comunicar ao mundo. Ao resgatar momentos e figuras cruciais de sua vida, como seu avô Benedito, Carolina constrói uma ponte entre o que viveu e o que queria que seus leitores compreendessem sobre sua trajetória e os desafios que enfrentou e como eles moldaram os seus valores de mundo.

A figura de Benedito, ou o “Sócrates Africano” como era conhecido na comunidade, desempenha um papel central nessa narrativa. Ele não era apenas um avô carinhoso, mas um mentor intelectual que instigou em Carolina o amor pelo conhecimento, elementos que moldaram sua vocação artística. A reverência com que Carolina o descreve nas entrevistas e em *Diário de Bitita* sugere que ela o via como uma âncora moral e intelectual, cuja influência foi fundamental na formação de seus valores e na construção de sua identidade como poetisa.

Ao revisitar essas memórias e enfatizar a importância de seu avô, Carolina não apenas tenta se reconectar com suas raízes, mas também fortalece a narrativa de ser uma mulher que, apesar das adversidades, encontrou na educação e na escrita uma forma de resistência e afirmação pessoal, sendo isso resultado dos conselhos do avô.

Assim, esse diário deve ser visto como mais do que uma autobiografia; é uma declaração de princípios, um manifesto pessoal em que Carolina revela quem ela era e como queria ser lembrada. Ela constrói, através das palavras, um legado que, segundo o que nos parece, buscava transcender sua própria vida, ecoando como uma crítica às desigualdades sociais no Brasil, daí o título *Um Brasil para os Brasileiros*.

Dentro dessa perspectiva, Carolina Maria de Jesus dedicou uma parte significativa de *Diário de Bitita* para expor seus posicionamentos políticos, que parecem emergir de forma entrelaçada com suas memórias. Assim como já observado anteriormente, o Vargasismo e a ideologia do trabalhismo, promovida por Getúlio Vargas, são temas recorrentes em sua narrativa, refletindo a profunda influência que essas correntes políticas exerceram sobre sua vida e trajetória.

Do ponto de vista histórico, sabemos que Carolina viveu num período em que as discussões sobre direitos trabalhistas e as tensões sociais estavam no centro das preocupações do povo. Nas memórias trazidas à tona Carolina colocou a ideologia do trabalhismo, promovida por Vargas, não apenas como uma política de Estado que emergiu na década de 1920 como alternativa às oligarquias do período, mas principalmente como um elemento que moldava as expectativas e as aspirações da classe trabalhadora, como observado na sua própria trajetória. Nesse contexto, Carolina, que enfrentou as mesmas adversidades e esperanças de tantos outros trabalhadores, construiu sua própria versão da história com inclinações varguistas, colocando suas expectativas como tendo sido inteiramente norteadas pelas promessas feitas à classe trabalhadora.

O mais interessante nesse cenário, é que ao revisitar suas memórias e relacionar suas experiências pessoais com o cenário político da época, Carolina não só narra sua história de vida, mas também se posiciona como uma observadora (não muito) crítica das políticas de Vargas. Esse posicionamento, no entanto, é colocado como central no diário, para que os seus leitores entendessem como ela via o mundo ao seu redor e como essas visões moldaram sua trajetória e sua obra. Através de suas lembranças e reflexões, Carolina constrói uma narrativa que, embora pessoal, parece buscar ecoar as lutas, aspirações e posições políticas de toda uma classe social. Embora o período de governo de Getúlio Vargas tenha causado grande impacto na classe trabalhadora e suas relações de trabalho, isso não significa dizer que foram positivos. Muito pelo contrário, os anos de governo de Getúlio Vargas, inclusive durante a ditadura do Estado Novo, foram de intensos confrontos entre o governo e os trabalhadores.

Dentro dessa perspectiva devemos novamente retomar aquelas análises no tempo presente da escrita ou como resultado de uma trajetória muito mais complexa, carregada de objetivos e expectativas. Isso não significa dizer que sua ida para São Paulo não tenha sido bastante influenciada pelo discurso midiático e governamental do período. Afinal, São Paulo era considerada o maior centro de desenvolvimento do país e esse discurso ecoou pelos quatro cantos do Brasil, atraindo milhões de trabalhadores, nacionais e internacionais, durante a primeira metade do século XX.

No entanto, devemos considerar mais do que o simples deslocamento, mas também a complexidade dos resultados gerados por ele. Não é difícil vermos que,

no que tange às expectativas anunciadas por Carolina em relação às transformações políticas do período, ela não chegou nem perto de alcançar aquele status de trabalhadora propagado por aquele discurso. Não teve seguridade nos seus empregos, nem segurança alimentar, moradia fixa e depois de engravidar o que lhe restou foi a favela. Apesar disso, Carolina escolheu contar a sua história enfatizando essa perspectiva.

Diante disso, considerando o momento histórico como um todo, não apenas as questões trabalhistas, mas como a ditadura de Vargas ecoou por todos os lados, principalmente na mídia. Carolina chegou a São Paulo pouco antes do início do Estado Novo, momento em que o governo Vargas já exercia grande controle sobre os meios de comunicação. Sendo ela uma mulher pobre, mas com grandes ambições profissionais, um dos caminhos mais lógicos para poder adentrar naquele meio era concordar com o governo. Essa ideia se reforça ao observarmos a produção de poemas e uma suposta participação em sua campanha em 1950, como ela narra no conto *Favela*.

27 de maio de 1950 eu sai na Epoca. Quando os faveladós viram o meu retrato no jornal ficaram abismados. Dizia: - A D. Carolina esta no jornal. O que ela fez? Roubou? - Não! É poetisa. Esta dizendo que um dia, há de ser escritora! Ah! vou comprar o jornal para eu ver. Foi a quadra mais hedionda da minha vida! Eu não tinha roupas não tinha agassalhós. E o frio naquela época, era de estarrecer. Era a época da campanha elêitoral pra candidatura de Getulio Vargas. E o jornal que enaltecia o extinto presidente. Era o Defensôr. Dirigido pelo jornalista Jorge Corrêia. Cómo eu era getulista pedi ao senhor Jorge Córrêia, se açêitava minhas colaborações. E passei a escrever no "O defensôr". (Eis o artigo) 17 de junho de 1950... (JESUS, In. DINHA; FERNANDEZ (org), 2014c, p. 30).

A passagem evidencia com bastante clareza a contradição. Por mais que naquele momento o presidente do Brasil fosse Eurico Gaspar Dutra, o processo de favelização em São Paulo teve início muito antes de seu governo. Decorrente do crescimento desenfreado da capital paulista, impulsionada por um discurso de industrialização acelerada e oportunidades de trabalho, a cidade experienciou um aumento populacional impossível de ser absorvido pelo mercado, gerando uma massa de trabalhadores sem emprego e sem seguridade, como no caso da própria Carolina. No artigo, no entanto, ela aponta Vargas como salvador do Brasil, em suas

próprias palavras “de capacidade indiscutível e larga tirania política”, pois o Brasil “anarquizou-se” após o fim do seu governo.

Dentro da complexidade de sua trajetória, podemos observar que Carolina Maria de Jesus parece ter posicionado suas convicções políticas de maneira estratégica, alinhando-as com suas aspirações literárias e midiáticas. Isso sugere que, em diversos momentos, Carolina utilizou suas posições e declarações como ferramentas para garantir sua visibilidade e sobrevivência no cenário público. Como destaca Meihy e Levine “[Carolina] às vezes até exagerava em algumas afirmativas públicas, particularmente em relação a representantes do poder, no esforço de agradar” (MEIHY; LEVINE, 1996, p. 29). Tal comportamento não deveria surpreender seus leitores, considerando que sua vida e obra revelam inúmeras estratégias para lidar com as adversidades e garantir espaço na mídia, seja pela provocação ou pela adaptação ao contexto político-social.

Essas estratégias são claramente evidenciadas em pelo menos duas entrevistas concedidas por Carolina durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Após o golpe militar de 1964, Carolina passou a enfrentar uma forma velada de censura, especialmente devido ao conteúdo crítico de sua obra, que não se adequava ao discurso imposto pelo regime. Segundo Meihy, “por razões diversas e algumas de explicação indireta – como a inadequação da mensagem do seu primeiro livro ao padrão proposto pelo golpe militar de 1964, que evitava a crítica social” (MEIHY, 2008), editores começaram a evitá-la, temendo represálias econômicas e políticas. Isso configurou o que se convencionou chamar de “censura branca”, um processo de marginalização editorial.

É possível observar, por exemplo, uma diminuição drástica de sua presença na mídia, embora não tenha sido completamente apagada. Ao analisar o acervo do jornal *O Globo*, por exemplo, que foi um dos veículos que mais noticiou sobre Carolina ao longo dos anos, entre 1960 e 1961 seu nome apareceu mais de 40 vezes em reportagens sobre sua vida e obra. No entanto, entre 1962 e 1966, esse número caiu para aproximadamente 15 menções. Entre 1966 e 1969, não foi possível localizar nenhuma referência a seu nome. Embora isso não signifique que não existam, a dificuldade em encontrá-las sugere a marginalização da figura de Carolina à medida que o regime militar se tornou mais rígido.

Em 1969, no entanto, foi possível localizar uma entrevista bastante significativa concedida por Carolina Maria de Jesus, publicada no dia 11 de

dezembro, em *O Globo*, sob o título “Carolina prepara novo livro e envia sugestão ao Presidente”. O título já antecipa o tom da reportagem, que começa com uma breve exposição da situação da autora. Agora vivendo “num terreninho comprado com o pouco dinheiro que recebeu da venda de seus livros”, Carolina, embora não passasse fome, “não vive melhor que qualquer outro pobre caboclo deste País, mas, agora, não teme a fome, vê o mundo, interessa-se por ele, estuda, escreve” (O GLOBO, 1969, p. 8). No final da introdução, Carolina faz a seguinte afirmação “Tenho acompanhado todos os discursos do Presidente Garrastazu, de quem não temos nenhuma razão para falar mal. E porque demonstra governar para o bem dos brasileiros, vou escrever a ele, pedindo que tire os favelados das cidades e lhes dê terras no campo”, acentua (O GLOBO, 1969, p. 8).

Não é necessário ser um grande historiador para perceber que o Golpe Militar de 1964 foi orquestrado justamente para suprimir ideias como a que Carolina expressa nessa declaração. A distribuição de terras para os marginalizados estava longe dos planos do governo Médici, que consolidava a repressão ao redor desse período. O que chama atenção, contudo, é a forma como Carolina se dirige ao presidente, utilizando seu primeiro nome – talvez por achá-lo mais fácil de pronunciar – e não poupando elogios ao seu governo. Nesse ponto, percebemos uma estratégia clara: Carolina sabia aproveitar as brechas que lhe surgiam para divulgar-se.

Como ávida leitora e ouvinte de rádio, ela compreendia o funcionamento da censura e ajustava seu discurso para evitar represálias, buscando agradar as figuras no poder. Logo depois, ela menciona que está escrevendo um novo livro, diferente de seu *bestseller*, afirmando: “Que coisa horrorosa é *Quarto de Despejo*, até sinto vergonha dele” (O GLOBO, 1969, p. 8). Essa declaração reforça a ideia de que Carolina buscava se afastar da imagem construída por seu livro mais famoso, uma imagem que desagradava os sucessivos governos militares.

Essa estratégia de adaptação ao contexto político é reafirmada em outra entrevista, concedida em 1975, onde Carolina narra um episódio envolvendo um documentário sobre sua vida. Segundo ela, uma equipe de São Paulo produziu um filme que começava com sua presença em uma mansão de ricos, em que ela aparecia como empregada doméstica, limpando pratos e talheres, e depois a mostrava vivendo na favela. O filme, que contrastava sua vida na favela com a elite brasileira, foi exibido na TV europeia, mas logo sofreu protestos do governo

brasileiro, que apreendeu o material. “A fita foi apreendida e até me ofereceram uma cópia. Mas o que eu vou fazer com aquelas latas?”, relatou Carolina.

Essa entrevista foi concedida ao jornalista Carlos Rangel e publicada pela *Folha de São Paulo*, em 1975, sob o título *Após a Glória, Solidão e Felicidade*, e reforça a estratégia de adaptação de Carolina ao cenário político. Nela, Carolina reflete sobre o período em que escreveu *Quarto de Despejo*, afirmando que tinha “um gênio violento. Briguei com o governador Abreu Sodré e muitos outros políticos. Coisas da política. Briguei com o Governo”. No entanto, logo depois ela elogia o governo de Geisel. “Governo bom que está agradando é este do Geisel. O povo está gostando. Tenho ouvido muita opinião e, se fizer uma enquete...” (FOLHA S.P, 1975, p. 25).

Essas declarações mostram como Carolina ajustava suas críticas e discursos de acordo com o contexto político, aproveitando oportunidades para se promover e, ao mesmo tempo, suavizar seu tom diante do governo militar, buscando sobreviver em um período de forte repressão. Sua escolha de enfatizar certos aspectos de sua vida pública, exagerar em algumas declarações e até mesmo criticar figuras de poder, pode ser entendida não apenas como uma estratégia de autopromoção, mas também como uma forma de resistência frente à exclusão e à censura que enfrentava.

No entanto, ambas as reportagens nos ajudam a refletir sobre o tema da moradia, central na discussão deste tópico. Embora a narrativa comum, muitas vezes, destaque apenas o lado miserável da vida de Carolina no sítio em Parelheiros, em contraste com o glamour das viagens nacionais e internacionais que marcaram os anos de sucesso de seu primeiro livro, Carolina nos apresenta uma outra perspectiva de sua realidade.

Na reportagem de 1969, quando questionada se havia voltado às mesmas condições de vida que enfrentava na favela, Carolina faz questão de destacar a diferença: agora vivia em seu próprio sítio, “morando numa casa de alvenaria” e “cuidando de suas plantas”, cultivando frutas, verduras e legumes para o sustento da família. Ela confessa estar “feliz da vida” (O GLOBO, 1969, p. 8). Essa felicidade parecia refletir no livro que estava escrevendo à época, o qual, segundo Carolina, “tem coisas de matar de rir”.

Já em 1975, na entrevista concedida ao jornalista Carlos Rangel, Carolina reafirma esse sentimento de satisfação ao declarar “Agora, estou sossegada,

vivendo. Gosto da natureza, desse verde” e, ao final da reportagem, sublinha novamente “Agora sou muito mais feliz” (FOLHA S.P., 1975, p. 25).

Uma das últimas aparições de Carolina na mídia, antes de sua morte, foi em 1976, por ocasião do relançamento de *Quarto de Despejo* pela editora Edibolso. Embora, em 1975, ela tenha afirmado que “não suportava mais escrever”, no dia do lançamento, Carolina revela que continuava a escrever “contos, poesias e um livro inacabado” (O GLOBO, 1976).

Esses momentos finais da vida de Carolina Maria de Jesus revelam uma figura complexa, que, embora marcada pelo cansaço e por uma relação ambígua com sua própria obra, continuava a exercer sua função de escritora. A vida no sítio, longe do glamour e das dificuldades da fama que a seguiu após *Quarto de Despejo*, parecia trazer-lhe a paz e a serenidade que tanto almejava. As declarações em que expressa sua felicidade em viver na simplicidade do campo, cercada pela natureza e cultivando seu sustento, sugerem uma reconciliação com o que, para muitos, poderia parecer uma vida de reclusão ou fracasso.

A insistência em reafirmar sua felicidade e a serenidade que encontrava na vida rural, contrastando com a miséria que havia enfrentado na favela, reflete uma mulher que, embora tivesse experimentado o sucesso literário e a marginalização social, procurava refazer sua trajetória em seus próprios termos. As declarações sobre continuar escrevendo, mesmo em seus últimos anos de vida, indicam que, para Carolina, a escrita não era apenas um meio de crítica social ou de sobrevivência, mas também uma forma de manter viva sua voz e suas reflexões, por mais que estivesse cansada da exposição pública.

Sua aparição na mídia em 1976, às vésperas de sua morte, com a reedição de *Quarto de Despejo*, sublinha essa ambiguidade. Embora tentasse se afastar da obra que lhe trouxe notoriedade, Carolina ainda se via vinculada a ela, e sua produção literária inacabada sugere que, até o fim, buscava formas de contar novas histórias. Assim, Carolina Maria de Jesus permaneceu, até seus últimos dias, uma figura multifacetada, que navegava entre o reconhecimento e a invisibilidade, entre o desejo de se libertar da imagem construída pela sociedade e a necessidade de continuar escrevendo como um ato de resistência e autodefinição.

CONCLUSÃO

A vida e a obra de Carolina Maria de Jesus transcendem a mera busca por sobrevivência, ilustrando uma jornada íntima e complexa de busca por pertencimento, identidade e um lar. A moradia, em sua trajetória, ultrapassou a noção de necessidade física, transformando-se em um reflexo profundo das suas experiências emocionais, sociais e culturais. Ao analisarmos os “estágios” de sua vida, observamos que, embora se possa utilizar divisões metodológicas, há aspectos que se entrecruzam ao longo de sua existência, refletindo, em grande medida, sua concepção do que é ou não um lar.

A alternância entre o campo e a cidade, bem como as diversas formas de habitação que Carolina experimentou, ilustram sua constante busca por identidade, pertencimento e paz interior. No *Diário de Bitita*, a escritora descreve uma infância marcada pela incerteza da moradia, com mudanças constantes e poucas memórias de locais fixos. O terreno do avô Benedito surge como uma das poucas lembranças de um espaço estável, ainda que cercado por dificuldades e limitações. A primeira fazenda onde viveu com a família simbolizava uma tentativa de construir uma base, mas essa experiência foi efêmera, permeada por desafios econômicos e sociais. No entanto, Carolina resgata essas memórias com um sentimento de nostalgia e idealização, justificando escolhas em momentos posteriores da vida.

Já na favela do Canindé, onde residiu por 12 anos, Carolina viveu a miséria cotidiana, mas encontrou um suporte emocional na sensação de comunidade, mesmo que tenha negado essa conexão por muito tempo. Embora as condições duras sejam amplamente descritas em *Quarto de Despejo*, a favela representava, para ela, um espaço de pertencimento, mediado por laços de amizade e solidariedade, que coexistiam com a luta diária pela sobrevivência. Nesse ambiente de miséria, Carolina construiu um refúgio por meio da escrita, idealizando o que poderia ser um lar. Sua visão do que seria viver na casa de alvenaria revela essa construção, onde o espaço físico transcende as paredes e se torna um símbolo de felicidade, beleza e paz, em contraste com a favela, lugar de despejo dos marginalizados.

No entanto, esse ideal de moradia é desmantelado quando Carolina se muda para a cidade, como narrado em *Casa de Alvenaria*. Embora a mudança marcasse uma vitória material significativa, a escritora se viu exposta a uma invasão constante

de sua privacidade, com sua fama atraindo a curiosidade de estranhos e jornalistas. A vida urbana, apesar das oportunidades oferecidas, foi, para Carolina, também um espaço de opressão e miséria, em formas diferentes, mas igualmente avassaladoras. A casa, antes símbolo de ascensão social, logo se transformou em um lugar de desconforto e intrusão.

Nos últimos anos de sua vida, Carolina retorna ao campo, ao sítio em Parelheiros, refletindo um desejo de reconexão com suas origens e de busca por paz interior. O sítio, apesar das limitações e desafios, ofereceu-lhe um refúgio final, um espaço de segurança e tranquilidade não experimentado anteriormente. Essa alternância entre campo e cidade, que permeia sua obra, reflete sua visão crítica das desigualdades e exclusões em ambos os espaços. No campo, Carolina idealizava uma vida simples e próxima da natureza, mas essa idealização era marcada pela tensão entre a realidade rural e a promessa de uma existência mais digna. A cidade, por sua vez, representou tanto oportunidades quanto opressão.

O sítio em Parelheiros simbolizou não apenas o desejo de simplicidade, mas também uma tentativa de se reconectar com sua família e de ser quem realmente era, sem julgamentos. Mesmo que as expectativas de Carolina tenham sido maiores que aquelas as quais acreditou conquistar – sua maior frustração sendo o fato de não ter sido reconhecida como escritora em seus próprios termos – ela conseguiu realizar parte de seus objetivos. Sua residência final, de fato, foi a tão sonhada casa de alvenaria, representando a concretização de um desejo de estabilidade e segurança que buscava há muito tempo.

É importante notar que, apesar de não se considerar uma trabalhadora durante seus anos de sucesso, Carolina nunca abandonou completamente essa condição, enfrentando continuamente as flutuações e a precariedade do mercado de trabalho. Isso é evidente no último capítulo de sua vida, quando observamos os impactos diretos das transformações políticas e sociais não apenas em seu trabalho, mas em sua imagem pública. Mesmo com todas as adversidades, Carolina parece ter encontrado, ao menos em parte, a felicidade que tanto buscava. O sítio em Parelheiros proporcionou-lhe uma espécie de aposentadoria, que, apesar das dificuldades, ofereceu paz e tranquilidade.

A trajetória de Carolina Maria de Jesus revela não apenas as adversidades enfrentadas, mas também as estratégias engenhosas que ela desenvolveu para superar sua condição social e alcançar seus objetivos. Vinda de uma origem

humilde e marcada pela miséria, Carolina utilizou suas circunstâncias como combustível para a escrita, transformando suas experiências de sofrimento em um testemunho poderoso das realidades enfrentadas pelos trabalhadores e marginalizados. Seus diários, que começaram como registros pessoais da vida cotidiana na favela, ganharam visibilidade e transcendência, oferecendo uma visão crítica e íntima das condições de vida nas favelas e dos desafios enfrentados pelos marginalizados.

Carolina conseguiu, através de sua obra, documentar a realidade dos mais pobres e, ao mesmo tempo, proporcionar uma nova perspectiva sobre as desigualdades sociais no Brasil. Seu impacto na literatura e sua contribuição para a visibilidade das questões sociais são amplamente reconhecidos e valorizados hoje. Embora suas conquistas possam ter sido efêmeras em seu tempo, a memória de Carolina Maria de Jesus é celebrada, e sua obra, estudada e reconhecida como um testemunho do sofrimento e da resiliência dos marginalizados.

Sua história exemplifica a capacidade humana de resistência e a luta por um lugar na sociedade, transformando suas adversidades em conquistas significativas, mesmo diante de contextos desafiadores. A inclusão póstuma de sua obra no cenário literário e social reflete o reconhecimento duradouro de sua contribuição para a literatura e para a compreensão das realidades sociais no Brasil. Carolina Maria de Jesus não apenas destacou as dificuldades enfrentadas pelos marginalizados, mas também demonstrou a capacidade de criar e implementar estratégias para superar essas adversidades, deixando uma marca profunda e importante na memória nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

AURELI, Willy. *Carolina Maria, poetiza preta*. Folha da Manhã. fev. 1940. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=21600&anchor=141712&origem=busca&originURL=&pd=e3b5eb6743993cece51b74eeb39b5ff6>> Acesso em: 25 out. 2023.

DANTAS, Audálio. *O drama da favela escrito por uma favelada*. Folha da Noite, São Paulo, 9 de maio de 1958. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=45159&anchor=5458359&origem=busca&originURL=&pd=ec32503a61a0aa11bdeac38cd796dc24>> Acesso em: 21 maio 2021.

DANTAS, Audálio. *Retrato da favela no diário de Carolina*. O Cruzeiro, Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1959. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=Aud%c3%a1lio.%20Retrato%20da%20favela%20no%20di%c3%a1rio%20de%20Carolina.&pagfis=124937>> Acesso em: 21 maio 2021.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 2014a.

JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo LTDA, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2014b.

JESUS, Carolina Maria de. *Provérbios*. São Paulo: [s.n.], 1963b.

JESUS, Carolina Maria de. *Antologia Pessoal*. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert (Org.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996a.

JESUS, Carolina Maria de. *Meu estranho diário*. In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert (Org.). São Paulo: Editora Xamã, 1996b.

JESUS, Carolina Maria de. *Pedaços da Fome*. São Paulo: Editora Aquila LTDA, 1963a.

JESUS, Carolina Maria de. *Onde estaes felicidade?* In: DINHA; FERNANDEZ, Rafaella (Org.). São Paulo: Me Parió Revolução, 2014c.

JESUS, Carolina Maria de. *Caderno nº 11*. 1958. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352132/mss1352132.pdf> Acesso em: 30 jun. 2021.

GONÇALVES, Delmiro. Amargura, consôlo, rispidez, num original da favela. O Estado de São Paulo, São Paulo, 09 de setembro de 1960. Disponível em:

<https://acervo.estadao.com.br/paginas-da-historia/decada_1960.shtm > Acesso em: 30 jun. 2021.

HOMEM, Homero. *Pensei que “êsse negócio” de ser escritora fôsse diferente*. O Globo, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1960.

SILVA, H. César M. da. “Quarto de Despejo”. O Globo, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1960. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019601025> > Acesso em: 30 jun. 2021.

Poesia, fogões e panelas... Queimou a feijoada por causa de um verso – com a cabeça cheia de borboletas! Tem o “vício da poesia” - Uma palestra pitoresca com a “poetisa negra”. A Noite, Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_04&pagfis=12978 > Acesso em: 25 out. 2023.

Escritora da favela sai da “sucursal do inferno” para um mundo melhor. O Globo, Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1960. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019600831> > Acesso em: 30 jun. 2021.

Carolina de Jesus autografará, hoje, “Quarto de Despejo”. O Globo, Rio de Janeiro, 09 de novembro de 1960. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019600831> > Acesso em: 30 jun. 2021.

Carolina trocou favela por apartamento. Última Hora, Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1960. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&Pesq=carolina%20maria%20de%20jesus&pagfis=67203> > Acesso em: 12 set. 2024.

Carolina, milionária. Folha de S. Paulo, São Paulo, 24 de dezembro de 1960. Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=306&keyword=Jesus&anchor=4505244&origem=busca&originURL=&maxTouch=0&pd=e02c0b852b43f363d4d1401875ea7b27> > Acesso em: 12 set. 2024.

Pensei que “êsse negócio” de ser escritora fôsse diferente. O Globo, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1960. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo/resultado/> Acesso em: 12 set. 2024.

“Mas a senhora é negra: As cartas (nunca enviadas) de uma escritora franco-martinicana à brasileira Carolina Maria de Jesus”. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/mas-senhora-e-negra/> > Acesso em: 21 jul. 2021.

Bibliografia

ANTONIO, Maria Dias. Os cárceres da Guanabara através do jornal Última Hora (1960-1961). *Revista de História*, v. 25, n. 43. João Pessoa, jul./dez.2020, p.343-360.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação verbal*. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 421 p. 2000.

BARROS, Myrian Moraes Lins de. Memória, experiência e narrativa. *Revista Iluminuras, Porto Alegre*, v. 12, n. 29, pp. 4-17, 2011.

BASTIANI, Tania Mara de. *Trajatória de lutas e formação agrária no Oeste Catarinense*. Passo Fundo, Acervus, 2021.

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, junho/2008.

_____. Sobras da vida: o trabalho dos catadores de recicláveis no Brasil. In: Simpósio Nacional De História, 24., 2007, São Leopoldo, RS. Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006.

_____. *Ficção e confissão*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.

CASTILHO, Juliana Vargas de. *A favelização do espaço urbano em São Paulo. Estudo de caso: Heliópolis e Paraisópolis*. 2013. 257f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CORTINA, Adela. *Aporofobia, el rechazo al pobre: un desafío para la democracia*. Buenos Aires: Paidós, 2017, 200 p.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. *Adhemar de Barros (1901-1969): A origem do “rouba, mas faz”*. Dissertação. (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. p.130, 2008.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*. Projeto História, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

DANTAS, Audálio. Casa de Alvenaria - história de uma ascensão social. In: JESUS, Carolina Maria de. *Casa de Alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo LTDA, 1961, p. 6.

DANTAS, Audálio. *Tempo de Reportagem: histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Leya, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: Adhemar de Barros, Miguel Arraes, Carlos Lacerda, Leonel Brizola*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

DEUS, Flávio Rocha de. O conceito “aporofobia” de Adela Cortina: reflexões sobre a sistêmica aversão aos pobres e a pobreza. Anãnsi: *Revista de Filosofia*, Salvador, v. 2, n. 1, 2021.

DOUGLASS, Frederick. *Autobiografia de um escravo*. São Paulo: Vestígio, 2021.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

EGA, Françoise. *Cartas a uma negra*. 1ªed, São Paulo: Todavia, 2021, p. 5.

_____. “Mas a senhora é negra: As cartas (nunca enviadas) de uma escritora franco-martinicana à brasileira Carolina Maria de Jesus”. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/mas-senhora-e-negra/>> Acesso em: 21 jul. 2021.

FARIAS, Tom. *Carolina: uma biografia*. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FRASSON, Ivana Bocate. *Na cozinha, o duro pão; no quarto, a dura cama: um percurso pelos espaços na obra de Carolina Maria de Jesus*. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de pós-graduação em Letras da Universidade de Londrina. Londrina, 158p. 2016.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. *Processo criativo nos manuscritos do espólio literário de Carolina Maria de Jesus*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Campinas, p. 315, 2015.

FLORÊNCIO, Beatriz Aparecida Bessa. *Análise geoambiental da bacia hidrográfica do ribeirão borá: Sacramento/Conquista (MG)*. Tese. (Doutorado em Geografia). Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 198p. 2010.

GADELHA, Regina Maria d’Aquino Fonseca. A lei de terras (1850) e a abolição da escravidão: capitalismo e força de trabalho no Brasil do século XIX. *Revista História*, São Paulo. p. 153-162, jan/jul. 1989.

GOMES, Angela Maria de Castro; D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1987.

GOFFMAN, Ervin. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008, p. 12.

GONÇALVES, Delmiro. *Amargura, consôlo, rispidez, num original da favela*. O Estado de São Paulo, São Paulo, 09 de setembro de 1960. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/paginas-da-historia/decada_1960.shtm> Acesso em: 30 jun. 2021.

JÚNIOR, Antonio Gasparetto. *Recursos extremos da administração estatal: as declarações de estado de sítio na Primeira República brasileira*. Tese. (Doutorado em História). Programa de pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 372p. 2018.

KREIDLOW, Daniel; FERRARO, Alceu Ravello. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Revista Educação e Realidade*, UFRGS. v. 29, n. 2, 2004.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

LANGROUVA, Helena. A excelência da razão, da contemplação e da vida intelectual na procura de felicidade. *Ágora. Estudos Clássicos em debate*: Portugal, n. 8, pp. 31-40, 2006.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ªed. Companhia das Letras, São Paulo, 2012.

LEJEUNE, Philippe. *El pacto autobiográfico*. Barcelona: Novagràfik, 1991.

LEVI, Giovanni. *Usos da biografia*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à história*. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG. Belo Horizonte, 1980.

MEIHY, J. C. S. B. ; LEVINE, R. M. *Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus*. 2ªed. Minas Gerais: Bertolucci, 2015.

_____. *Cinderela Negra: A Saga de Carolina Maria de Jesus*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues de. *Os caminhos literários de Carolina Maria de Jesus: experiência marginal e construção estética*. Dissertação (Mestrado em

Letras) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013, p. 19.

PIRES, Julio Manoel. O desenvolvimento econômico de Ribeirão Preto: 1930-2000. In: *Associação Comercial e Industrial de Ribeirão Preto: Um espelho de 100 anos*. Ribeirão Preto: Gráfica São Francisco, p. 179-191, 2004.

PERPÉTUA, Elzira Divina. Aquém do Quarto de Despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 22, 2003.

_____. Produção e recepção de Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus: Relações publicitárias, contextuais e editoriais. *Revista Em Tese*, Belo Horizonte, v. 5, p. 33-42, dez. 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, Nestor Goulart. *São Paulo: vila, cidade, metrópole*. São Paulo: PMSP, 2004.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez: autores associados, 1992.

RIOS, Fábio Daniel. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. *INTRATEXTOS*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, pp. 1-22, 2013.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de; PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Habitação em São Paulo. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 48, 2003.

SINGER, Paul. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SILVA, H. César M. da. "Quarto de Despejo". O Globo, Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1960. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019601025>> Acesso em: 30 jun. 2021.

SOARES, Poliana. *Carolina Maria de Jesus: uma análise social e cultural da tradução*. Tese. (Doutorado em Processos e Manifestações Culturais). Programa de pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Novo Hamburgo, 207p. 2023.

SOUSA, Fernanda da Silva e. *Livro com cartas para Carolina Maria de Jesus abriga empatia e revolta*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2021/04/livro-com-cartas-para-carolina-maria-de-jesus-abriga-empatia-e-revolta.shtml>> Acesso em: 16 maio 2021.

THOMPSON, E. P. *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*. Tradução de Sérgio Moraes Rêgo Reis. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WEBER, M. A “*objetividade*” nas Ciências Sociais. In: Gabriel Cohn (org). Max Weber. Trad. de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 2 ed. São Paulo: Ática, 1982.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites Políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade, na História e na Literatura*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WOORTMANN, Klaas. Casa e família operária. *Anuário Antropológico*, v. 5, n. 1, p. 119-150, 1981. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6139> Acesso em: 26 out. 2023.